

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

### **Formato eletrónico único europeu (ESEF) e versão PDF**

Este documento constitui uma versão não oficial e não auditada em formato PDF do Relatório Anual 2022 da Cofina, SGPS, S.A.. Esta versão foi preparada para facilitar o seu uso e não inclui informação conforme o disposto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial do relatório ESEF está disponível no website da CMVM e foi submetida a 6 de abril de 2023. Este documento é uma cópia integral da referida informação financeira. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.



**COFINA, SGPS, S.A.**

Rua Manuel Pinto Azevedo, 818

4100 – 320 Porto PORTUGAL

Tel: + 351 22 834 65 00

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt)

### **ÍNDICE**

(SECÇÕES INCLUÍDAS NO PRESENTE DOCUMENTO)

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE, que inclui o RELATÓRIO DE REMUNERAÇÕES**

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

# RELATÓRIO DE GESTÃO

31 de dezembro de 2022

### ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	5
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO .....	6
EVOLUÇÃO BOLSISTA .....	7
ATIVIDADE DO GRUPO .....	9
ANÁLISE FINANCEIRA .....	10
GESTÃO DE RISCO .....	13
PERSPETIVAS FUTURAS .....	14
ANÁLISE DAS CONTAS SEPARADAS .....	15
PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL .....	16
DISPOSIÇÕES LEGAIS .....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO .....	21

### Senhores acionistas

O Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A. (daqui em diante “Cofina” ou “Sociedade” ou “Grupo”), em observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022, tendo, ao abrigo do número 6 do art.º 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais (C.S.C.), optado por apresentar um Relatório de Gestão Único que, dando cumprimento a todas as exigências legais aplicáveis, permitirá uma análise completa, prática e integrada da informação aí disponibilizada.

### INTRODUÇÃO

O ano de 2022 ficou marcado pelo início da guerra na Ucrânia. Para além da terrível devastação causada pela invasão deste país, perpetrada pela Federação Russa, esta situação conduziu à inflação generalizada dos custos variáveis.

Apesar deste enquadramento, o Grupo Cofina assistiu a uma recuperação da atividade face ao ano de 2021, com impacto essencialmente na evolução do mercado publicitário, continuando a apostar no desenvolvimento de novos formatos publicitários, com crescente foco na vertente digital e eventos, através das marcas que, de forma geral, lideram nos respetivos segmentos.

A nível interno o Grupo manteve o registo de procura de eficiência enquadrado pelas perspetivas de evolução do setor e pelos efeitos negativos que a guerra provocou. Desta forma, foram ajustadas de forma dinâmica as estratégias para cada marca, considerando a dimensão e formato mais adequados, preço de capa, estratégia editorial, entre outros.

No contexto dessa procura de eficiência, e numa lógica de reorganização de uma importante área de suporte ao negócio, que é a área da impressão das publicações, que se externalizou, a subsidiária Cofina Media, S.A. deliberou a dissolução (e entrada em liquidação) da, por sua vez, subsidiária, Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.. A dissolução foi deliberada a 1 de setembro de 2022 e devidamente registada na Conservatória do Registo Comercial, encontrando-se a sociedade em liquidação desde então, tendo os membros do respetivo Conselho de Administração sido nomeados seus Liquidatários.

### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Durante o ano de 2022, o ambiente macroeconómico global não foi constante, tendo existido diversos desafios às operações das empresas e às pessoas. No início do ano, aparentemente assistíamos a uma recuperação económica, dado que a maior parte das economias mundiais já tinham regressado a níveis de atividade pré-pandémicos. No entanto, a 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou a invasão armada à Ucrânia, tendo este evento interrompido o ciclo de crescimento que se vinha a verificar até então.

Com o início da guerra, assistiu-se a um agravamento significativo das condições económicas globais, marcado por uma forte subida de preços em resultado dos graves constrangimentos ao nível das cadeias de abastecimento, tendo levado a que a inflação tivesse atingido níveis acima de 10% na Zona Euro, EUA e Reino Unido. Para contrariar a tendência crescente da inflação, através da desaceleração do consumo, os bancos centrais anunciaram diversas subidas das taxas de juro de referência, o que provocou um aumento dos custos sensíveis às variações das taxas de juro, como, por exemplo, os custos com a habitação, aumentando a pressão sobre o rendimento disponível das famílias. O Banco Central Europeu (BCE) subiu as taxas de referência pela primeira vez em mais de dez anos, tendo-se verificado quatro subidas durante 2022, num total de subidas de 250 pontos base. Ao nível do mercado laboral, os aumentos salariais não acompanharam a inflação, reduzindo os rendimentos reais das famílias, mesmo com o apoio das medidas tomadas pelos governos para suavizar os impactos da subida dos preços.

As projeções relativas à inflação são para que desça para valores à volta dos 4% nas Economias Avançadas. As previsões da variação anual do PIB global a preços constantes (em %) da economia mundial andam maioritariamente na ordem dos 2% a 3% para 2023: 1,7% do Banco Mundial, 2,5% da Comunidade Europeia, 2,9% do Fundo Monetário Internacional e 2,2% da OCDE, valores que andam abaixo das taxas de crescimento previstas antes da pandemia.

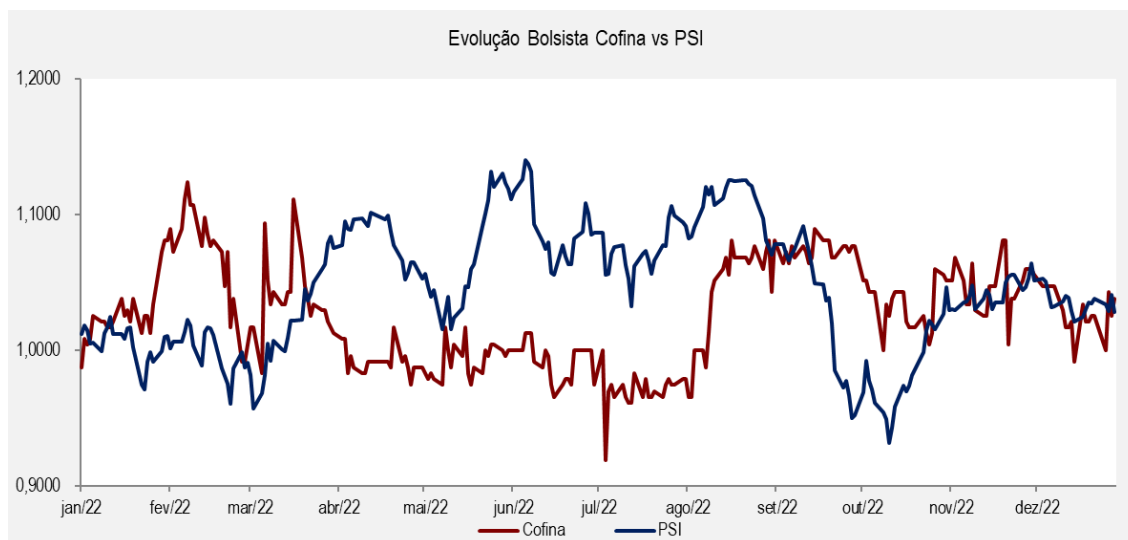
Na Zona Euro, no ano de 2022, a inflação média foi de 8,4% e as previsões são para que desça para valores à volta dos 6% a 7% em 2023, à medida que a política monetária mais restritiva produza efeitos e as pressões da procura diminuam. Há sinais de que o pico já tenha sido atingido, com a evolução favorável dos preços da energia que tem vindo a ocorrer. Quanto ao crescimento da economia da Zona Euro, segundo dados do Eurostat, verificou-se um crescimento de 3,5%, valor que aparenta ser bastante positivo. No entanto, o que se estimava é que o crescimento fosse muito mais forte caso não se tivesse iniciado a guerra na Ucrânia, já que a economia estava em fase de recuperação após a pandemia. Relativamente ao desemprego, a previsão é que a taxa de desemprego na Zona Euro suba ligeiramente para 7,1% em 2023, face aos 6,8% de 2022.

Em Portugal, a inflação chegou a atingir valores acima de 10%, sendo que a inflação média em 2022 se situou nos 7,8%, a mais alta desde 1992. Esta subida de preços contribuiu para uma contração do consumo, que estava ainda a recuperar da redução sentida nos anos da pandemia. Segundo o Banco de Portugal, em 2023, a previsão é que a inflação retraia para 5,8% e 2,4% em 2024, à medida que os preços se estabilizarem. Quanto ao crescimento, segundo a OCDE, é esperado que atinja 1,0% em 2023 e 1,2% em 2024.

Fonte: IMF - Informação de Mercados Financeiros, Relatório de Enquadramento Macroeconómico em 2022 e Cenário para 2023, 27 de fevereiro de 2023

### EVOLUÇÃO BOLSISTA

(Nota: O PSI foi considerado como um índice com valor inicial idêntico ao do título em análise, de forma a possibilitar uma melhor comparação das variações das cotações)

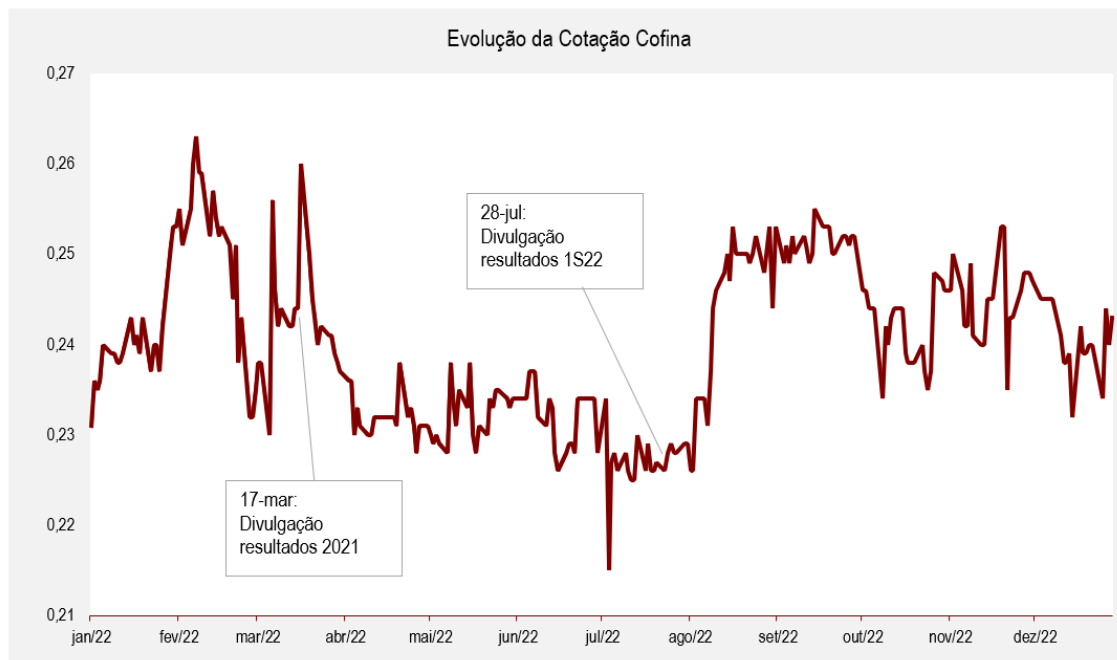


No final de 2022, as ações da Cofina encerraram a 0,243 Euros por ação, sendo a correspondente capitalização bolsista de 24,9 milhões de Euros.

No ano de 2022, as ações da Cofina foram transacionadas a uma cotação máxima de 0,263 Euros e a uma cotação mínima de 0,215 Euros. No total, foram transacionadas cerca de 10,6 milhões de ações, o que equivale a 10,3% do capital emitido.



Seguem os principais eventos que marcaram a evolução da cotação das ações da Cofina durante 2022:



- No comunicado relativo ao anúncio da performance do Grupo no exercício de 2021, divulgado a 17 de março de 2022, a Cofina apresentou um resultado líquido consolidado de 4,2 milhões de Euros. As receitas operacionais cifraram-se nos 75,8 milhões de Euros e o EBITDA fixou-se nos 13,9 milhões de Euros. Nesse dia, as ações encerraram a cotar nos 0,244 Euros por ação;
- No dia 28 de julho de 2022, o Grupo comunicou ao mercado os resultados do primeiro semestre de 2022, tendo registado receitas operacionais de 37,6 milhões de Euros. O EBITDA atingiu os 6,6 milhões de Euros e a margem de EBITDA foi 17,6%. O resultado líquido fixou-se em 3,3 milhões de Euros e a dívida líquida nominal nos 31,6 milhões de Euros.

### ATIVIDADE DO GRUPO

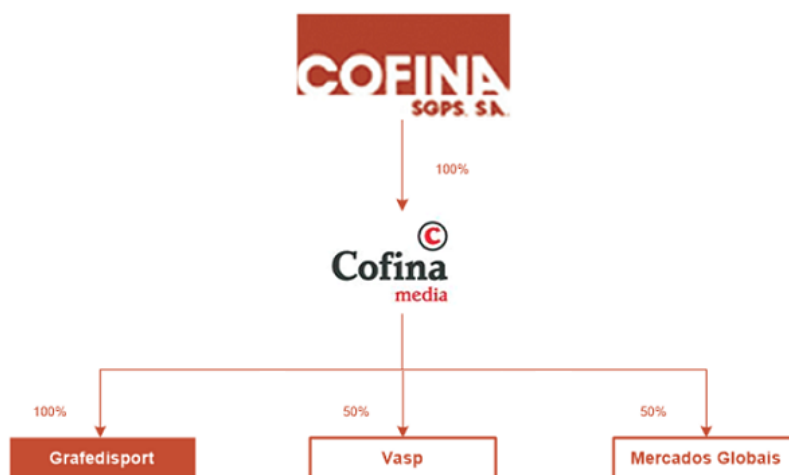
O Grupo Cofina desenvolve a sua atividade essencialmente na área dos *media* e conteúdos. A subsidiária chave nesta área de negócio é a Cofina Media, S.A..

O Grupo Cofina, através da subsidiária Cofina Media, edita/explora os seguintes produtos publicados em papel: jornal diário generalista “Correio da Manhã”, jornal diário desportivo “Record”, jornal económico “Negócios”, jornal gratuito “Destak”, revista semanal generalista “Sábado”, revista semanal de televisão “TV Guia”, canal de televisão distribuído em todas as plataformas de cabo “Correio da Manhã TV” (CMTV), organização e gestão de eventos e exploração dos vários produtos nas plataformas digitais, bem como outros produtos digitais, como por exemplo a “Flash” e a “Máxima”.

Na Cofina Media, e no segmento televisão, a CMTV consolidou e aumentou a liderança nos canais por subscrição.

Na imprensa escrita verificou-se a tendência de aumento do investimento publicitário e de redução do número de exemplares vendidos.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 o organigrama das participações do Grupo Cofina era como segue:



O Correio da Manhã continua a ser o jornal diário mais vendido em Portugal. De acordo com a APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação), vendeu em 2022 uma média por edição de cerca de 43 mil exemplares impressos, atingindo um *share* de 55% nos diários generalistas.

A TV Guia, revista do segmento de televisão obteve em 2022 cerca de 30 mil exemplares vendidos por edição, mantendo o *share* nas revistas de televisão de 39% em 2022.

Apesar do contexto adverso que caracteriza o setor de Imprensa, em termos de quota de mercado, o Grupo Cofina continuou a manter a liderança nas várias publicações onde os seus principais produtos se inserem.

Destaque para o desempenho do canal “CMTV” que no ano de 2022 registou um *share* médio de 4,84% (4,35% em 2021), sendo o canal com maior audiência no cabo e o quarto maior canal português, imediatamente atrás das *Free to Air* (SIC, TVI e RTP 1).

## ANÁLISE FINANCEIRA

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotado na União Europeia (IFRS-UE).

(milhares de euros)	2022	2021	Var (%) 2022/2021
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>76 037</b>	<b>75 849</b>	<b>0,2%</b>
Circulação	29 579	32 324	-8,5%
Publicidade	28 164	26 812	5,0%
Produtos de <i>marketing</i> alternativo e outros	18 294	16 713	9,5%
<b>Receitas por segmentos</b>	<b>76 037</b>	<b>75 849</b>	<b>0,2%</b>
Imprensa	55 760	58 390	-4,5%
Televisão	20 277	17 459	16,1%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(62 481)</b>	<b>(61 077)</b>	<b>2,3%</b>
<b>EBITDA Operacional</b>	<b>13 556</b>	<b>14 772</b>	<b>-8,2%</b>
Margem EBITDA	17,8%	19,5%	+ 1,6 p.p.
EBITDA Operacional Imprensa	8 622	9 854	-12,5%
Margem EBITDA Imprensa	15,5%	16,9%	- 1,4 p.p.
EBITDA Operacional Televisão	4 934	4 918	0,3%
Margem EBITDA Televisão	24,3%	28,2%	- 3,8 p.p.
Imparidade do Goodwill e Custos não recorrentes	(4 605)	(914)	403,8%
<b>EBITDA</b>	<b>8 951</b>	<b>13 858</b>	<b>-35,4%</b>
Amortizações e depreciações	(3 115)	(3 488)	-10,7%
<b>EBIT</b>	<b>5 836</b>	<b>10 370</b>	<b>-43,7%</b>
Margem EBIT	7,7%	13,7%	- 6,0 p.p.
Resultados Financeiros	1 845	(3 194)	157,8%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>7 681</b>	<b>7 176</b>	<b>7,0%</b>
Imposto sobre o rendimento	2 770	(2 951)	-193,9%
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>10 451</b>	<b>4 225</b>	<b>147,4%</b>

As receitas totais da Cofina ascenderam a 76,0 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 0,2% em relação ao ano anterior. As receitas de publicidade registaram um crescimento de 5,0% e as receitas de *marketing* alternativo e outras cresceram 9,5%, tendo as receitas de circulação registado um decréscimo de 8,5%.

Em 31 de dezembro de 2022 os custos operacionais foram superiores aos do ano anterior, o que se explica pelo impacto da cobertura da guerra na Ucrânia, bem como da inflação generalizada dos preços, nomeadamente, o preço do papel, da eletricidade e dos combustíveis.

Durante o período em análise o Grupo registou imparidade de Goodwill no montante de 3,6 milhões de Euros, assim como custos não recorrentes relacionados com a liquidação da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. - Em Liquidação, no montante de 1 milhão de euros.

O EBITDA do Grupo, excluindo imparidade de Goodwill e custos não recorrentes, foi de 13,6 milhões de Euros (-8,2%). Considerando a imparidade de Goodwill e dos custos não recorrentes, o EBITDA ascende a 9,0 milhões de Euros.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 10,5 milhões de Euros, um crescimento de 147,4% face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica Imposto sobre o rendimento foi reconhecido o efeito da reversão da provisão em resultado do desfecho favorável ao Grupo de processos fiscais.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Relatório de Gestão

Em 31 de Dezembro de 2022, a dívida líquida nominal da Cofina era de 25,6 milhões de Euros o que corresponde a uma redução de 8,3 milhões de Euros relativamente à dívida líquida nominal registada a 31 de dezembro de 2021, a qual era de 33,9 milhões de Euros.

O *Free Cash Flow* (FCF) (considerado como redução de dívida líquida) yield de 2022 (FCF/capitalização bolsista), com base na cotação bolsista de 31 de dezembro de 2022, ascendeu a 33,3%.

De seguida, são apresentados alguns indicadores dos principais segmentos de negócio:

### Segmento Televisão

O segmento de Televisão da Cofina é constituído pelo canal CMTV, o único canal generalista exclusivamente de cabo.

(milhares de euros)	2022	2021	Var (%) 2022/2021
<b>Receitas Operacionais Televisão</b>	<b>20 277</b>	<b>17 459</b>	<b>16,1 %</b>
<b>Custos operacionais Televisão</b>	<b>(15 343)</b>	<b>(12 541)</b>	<b>22,3 %</b>
<b>EBITDA Operacional Televisão</b>	<b>4 934</b>	<b>4 918</b>	<b>0,3 %</b>
Margem EBITDA Televisão	24,3 %	28,2 %	- 3,8 p.p.

As receitas totais da CMTV ascenderam a 20,3 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 16,1%.

O EBITDA do segmento Televisão foi de 4,9 milhões de Euros, em linha com o ano anterior.

Em 2022, a CMTV registou um *share* médio diário de 4,84%, mantendo a liderança destacada nos canais de cabo e sendo o quarto canal mais visto em Portugal.

### Segmento de Imprensa

O segmento de imprensa da Cofina engloba os jornais diários Correio da Manhã, Record e Negócios, as revistas Sábado e TV Guia e os respetivos *sites*, bem como a área de BOOST (Eventos, *Activation* e *Publishing*).

(milhares de euros)	2022	2021	Var (%) 2022/2021
<b>Receitas Operacionais Imprensa</b>	<b>55 760</b>	<b>58 390</b>	<b>-4,5 %</b>
Circulação	29 579	32 324	-8,5 %
Publicidade	16 274	17 534	-7,2 %
Produtos de <i>marketing</i> alternativo e outros	9 907	8 532	16,1 %
<b>Custos operacionais Imprensa</b>	<b>(47 138)</b>	<b>(48 536)</b>	<b>-2,9 %</b>
<b>EBITDA Operacional Imprensa</b>	<b>8 622</b>	<b>9 854</b>	<b>-12,5 %</b>
Margem EBITDA Imprensa	15,5 %	16,9 %	-1,4 p.p.

No ano de 2022, as receitas do segmento Imprensa, foram de 55,8 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 4,5% face ao ano anterior. As receitas de circulação registaram um decréscimo de 8,5%, e as receitas provenientes de publicidade de 7,2%. As receitas associadas aos produtos de marketing alternativo e outros registaram um crescimento de 16,1%.

Os custos operacionais foram de 47,1 milhões de Euros, representando uma redução de 2,9% face ao ano anterior, e o EBITDA deste segmento apresentou um decréscimo de 12,5%, tendo ascendido a 8,6 milhões de Euros.

### **ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Durante o exercício de 2022, os administradores não executivos da Sociedade atuaram de forma eficaz nas funções de acompanhamento e monitorização da atividade dos membros executivos.

Em 2022, à semelhança de anos anteriores, os membros não executivos do Conselho de Administração participaram ativamente e de forma regular nas reuniões do Conselho de Administração, tendo discutido as matérias em análise e manifestado a sua posição relativamente às diretrizes estratégicas do Grupo e às áreas de negócio. Sempre que se revelou necessário, aqueles membros mantiveram um contacto estreito e direto com os responsáveis operacionais e financeiros do Grupo. No exercício de 2022, e no desenrolar das reuniões do Conselho de Administração, os Administradores executivos prestaram todas as informações que foram requeridas pelos membros não executivos do Conselho de Administração.

### **GESTÃO DE RISCO**

A Gestão do Risco tem um papel vital na estrutura de gestão do Grupo. É nosso entendimento que a gestão do risco é um potenciador da criação de valor.

A descrição mais abrangente dos riscos relacionados com as atividades do Grupo, pode ser consultada nas secções anexas do Relatório de Governo da Sociedade, Demonstrações Financeiras Consolidadas e notas anexas, Demonstrações Financeiras Separadas e notas anexas e Relatório de Sustentabilidade.

### PERSPETIVAS FUTURAS

Apesar das incertezas que a conjuntura internacional apresenta, a Cofina tem conseguido continuar a apresentar resultados positivos e de crescimento no mercado publicitário, afirmando-se cada vez mais neste mercado, sendo este crescimento o resultado da sua aposta no desenvolvimento de novos formatos e na maximização do potencial das várias marcas e segmentos.

Face aos enormes desafios, quer da economia global, quer do setor dos media em particular, a gestão do Grupo Cofina continuará particularmente atenta aos sinais e à evolução do mercado para conseguir identificar da forma mais ágil e eficiente possível todas as formas de reação de modo a que as decisões a tomar representem um equilíbrio entre os interesses económicos, por um lado, e as crescentes preocupações de sustentabilidade, por outro, que estão hoje, mais do que nunca, no centro das preocupações do Grupo Cofina.

Remetemos ainda para as considerações divulgadas na nota 35 Eventos Subsequentes no Anexo das demonstrações financeiras consolidadas.

### ANÁLISE DAS CONTAS SEPARADAS

O Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A. adotou, na preparação das suas demonstrações financeiras separadas os IAS/IFRS, tal como adotados pela União Europeia.

Em 31 de dezembro de 2022, em termos individuais, o resultado antes de impostos foi positivo, no montante de 13,2 milhões de Euros, que compara com o resultado antes de impostos reexpresso positivo de 4,9 milhões de Euros, obtido em 2021.

No que se refere aos gastos financeiros, os mesmos em 2022 ascenderam a 0,7 milhões de Euros, que comparam com 0,8 milhões de Euros obtidos em 2021.

O resultado líquido do exercício em 2022 foi positivo, no montante de 14,1 milhões de Euros, superior ao resultado líquido do exercício reexpresso obtido em 2021, no montante de 5,1 milhões de Euros.



### PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL

A Cofina, SGPS, S.A., na qualidade de *holding* do Grupo, registou nas suas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, um resultado líquido de 14.052.100 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reservas livres

14 052 100

O Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A. propõe ainda à Assembleia Geral a distribuição de reservas livres no montante de 3.076.975 Euros, sob a forma de dividendos.

A proposta de distribuição de lucros de reservas livres implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,03 Euros por ação.

### DISPOSIÇÕES LEGAIS

#### Ações próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66, número 5, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de dezembro de 2022 a Cofina não detinha ações próprias, bem como não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício.

#### Ações detidas pelos órgãos sociais da Cofina

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de dezembro de 2022, os seguintes administradores da Cofina detinham as seguintes ações:

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça <sup>(a)</sup>	20 488 760
João Manuel Matos Borges de Oliveira <sup>(b)</sup>	15 400 000
Paulo Jorge dos Santos Fernandes <sup>(c)</sup>	14 235 474
Domingos José Vieira de Matos <sup>(d)</sup>	12 395 257
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira <sup>(e)</sup>	10 277 248

(a) As 20.488.760 ações correspondem ao total das ações da COFINA – SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., da qual a administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante.

(b) As 15.400.000 ações correspondem ao total das ações da COFINA – SGPS, S.A. detidas pela sociedade CADERNO AZUL S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante.

(c) As 14.235.474 ações correspondem ao total das ações da COFINA - SGPS, S.A. detidas pela sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., da qual o administrador Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante.

(d) As 12.395.257 ações correspondem ao total das ações da COFINA – SGPS, S.A. detidas pela sociedade LIVREFLUXO, S.A., da qual o administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante.

(e) As 10.277.248 ações correspondem ao total das ações da COFINA – SGPS, S.A. detidas pela sociedade VALOR AUTÊNTICO, S.A., da qual o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante.

Em 31 de dezembro de 2022, o Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral não possuíam ações representativas do capital social da Cofina.

### Participação no Capital da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2022 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16.º, 20.º e 29.º-R do Código de Valores Mobiliários, informa-se que as Sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33%, 50%, 66% e 90% dos direitos de voto, são como segue:

<b>Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira</b>	<b>Nº ações detidas em 31-dez-2022</b>	<b>% capital social com direito de voto</b>
Através da sociedade Valor Autêntico, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	10 277 248	10,02 %
<b>Total imputável</b>	<b>10 277 248</b>	<b>10,02 %</b>

<b>Domingos José Vieira de Matos</b>	<b>Nº ações detidas em 31-dez-2022</b>	<b>% capital social com direito de voto</b>
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	12 395 257	12,09 %
<b>Total imputável</b>	<b>12 395 257</b>	<b>12,09 %</b>

<b>Paulo Jorge dos Santos Fernandes</b>	<b>Nº ações detidas em 31-dez-2022</b>	<b>% capital social com direito de voto</b>
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	14 235 474	13,88 %
<b>Total imputável</b>	<b>14 235 474</b>	<b>13,88 %</b>

<b>João Manuel Matos Borges de Oliveira</b>	<b>Nº ações detidas em 31-dez-2022</b>	<b>% capital social com direito de voto</b>
Através da sociedade Caderno Azul, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	15 400 000	15,01 %
<b>Total imputável</b>	<b>15 400 000</b>	<b>15,01 %</b>

<b>Ana Rebelo Carvalho Menêres de Mendonça</b>	<b>Nº ações detidas em 31-dez-2022</b>	<b>% capital social com direito de voto</b>
Através da sociedade Promendo Investimentos, S.A. (da qual é acionista dominante e administradora)	20 488 760	19,98 %
<b>Total imputável</b>	<b>20 488 760</b>	<b>19,98 %</b>

A Cofina não foi notificada de quaisquer participações acima de 20% dos direitos de voto.

### **Informação não Financeira**

Conforme imposto pela Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta pelo direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, o Grupo deve prestar informação sobre matérias não financeiras. Tal informação deverá ser suficiente para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

A informação não financeira prevista no Decreto-Lei n.º 89/2017 está incluída no Relatório de Sustentabilidade que integra o presente Relatório e Contas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderíamos concluir sem agradecer aos diversos *stakeholders* do Grupo Cofina a confiança depositada na nossa organização, junto dos quais queremos renovar, diariamente, o nosso compromisso com a excelência.

Gostaríamos, ainda, de expressar um reconhecido agradecimento a todos os nossos colaboradores, pelo enorme dedicação e empenho, que nos constroem todos os dias, e pela confiança demonstrada na nossa organização, fundamental para os bons resultados alcançados.

Gostaríamos ainda de agradecer ao Conselho Fiscal pelo acompanhamento continuado das nossas operações.

# **ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**31 de dezembro de 2022**

### **DECLARAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29 G DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Cofina, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Cofina, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

### **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Os membros do Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art.º 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), informamos que não existem dívidas vencidas perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

### Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 29.º R do Código dos Valores Mobiliários, e de transações sobre os mesmos efetuados no decurso do exercício:

Membro do Conselho de Administração	Nº ações detidas em 31-dez-2021	Aquisições	Alienações	Nº ações detidas em 31-dez-2022
Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)	14 235 474	—	—	14 235 474
João Manuel Matos Borges de Oliveira (imputação via CADERNO AZUL, S.A.)	15 400 000	—	—	15 400 000
Domingos José Vieira de Matos (imputação via LIVREFLUXO, S.A.)	12 395 257	—	—	12 395 257
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via VALOR AUTÊNTICO, S.A.)	10 277 248	—	—	10 277 248
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça (imputação via PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A.)	20 488 760	—	—	20 488 760



## GLOSSÁRIO

**Custos operacionais:** Custo das vendas + Fornecimentos e serviços externos + Gastos com o pessoal + Provisões e perdas por imparidade (excluindo Imparidade do Goodwill e Custos não recorrentes) + Outros gastos

**Custos operacionais Imprensa:** Custos operacionais do segmento Imprensa

**Custos operacionais Televisão:** Custos operacionais do segmento Televisão

**Dívida líquida nominal:** Outros empréstimos (valores nominais) + Empréstimos bancários (valores nominais) – Caixa e equivalentes de caixa

**EBIT:** EBITDA + Amortizações e depreciações

**EBITDA:** EBITDA Operacional – Imparidade do Goodwill e Custos não recorrentes

**EBITDA Operacional:** Receitas operacionais – Custos operacionais

**EBITDA Operacional Imprensa:** Receitas operacionais Imprensa – Custos operacionais Imprensa

**EBITDA Operacional Televisão:** Receitas operacionais Televisão – Custos operacionais Televisão

**Margem EBIT:** EBIT / Receitas operacionais

**Margem EBITDA:** EBITDA Operacional / Receitas operacionais

**Margem EBITDA Imprensa:** EBITDA Operacional Imprensa / Receitas operacionais Imprensa

**Margem EBITDA Televisão:** EBITDA Operacional Televisão / Receitas operacionais Televisão

**Outras receitas operacionais:** Produtos de marketing alternativo e outros + *Fees* de presença e outros

**Receitas operacionais:** Vendas + Prestação de Serviços + Outros rendimentos

**Receitas operacionais Imprensa:** Receitas operacionais do segmento Imprensa

**Receitas operacionais Televisão:** Receitas operacionais do segmento Televisão

**Resultados antes de imposto:** EBIT – Resultados Financeiros

**Resultados financeiros:** Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos -

- Gastos financeiros + Rendimentos financeiros

**Resultado líquido consolidado:** Resultados antes de impostos - Impostos sobre o rendimento

# RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

31 de dezembro de 2022

### GOVERNO DA SOCIEDADE

A COFINA, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “**COFINA**” ou “**Sociedade**”) apresenta, de seguida, aos seus Acionistas, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* e à sociedade em geral, o Relatório de Governo da Sociedade (“**Relatório**”).

O modelo de Relatório que se apresenta é o que consta do Regulamento n.º 4/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“**CMVM**”), e a informação dele constante cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários (“**CVM**”).

A COFINA submete-se ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades do *Instituto Português de Corporate Governance* (“**IPCG**”) de 2018 revisto em 2020 (“**Código de Governo das Sociedades do IPCG**”).

A Sociedade proporciona, permanentemente, elevados níveis de formação às suas equipas, de forma a assegurar que as decisões são tomadas com base em critérios de sustentabilidade e que o trabalho desenvolvido pelas mesmas tem o seu foco no alcance dos objetivos.

A COFINA está convicta de que a evolução dos resultados que tem vindo a demonstrar numa área de negócio com condições de mercado exigentes e muitas vezes adversas, traduzem a adequação e atingimento dos objetivos que têm vindo a ser definidos.

O compromisso da COFINA para com os seus Acionistas e o mercado em geral é, claro: melhorar permanentemente o trabalho que desenvolve e apresentar excelentes resultados.

## PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

### A. ESTRUTURA ACIONISTA

#### I. Estrutura de capital

##### 1. Estrutura de capital

O capital social da COFINA é de € 25.641.459,00, integralmente subscrito e realizado e está representado por 102.565.836 ações, sem valor nominal. As ações representativas do capital social da Sociedade são nominativas e escriturais.

Da totalidade dos direitos de voto emitidos, 70,98% são, tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, por referência a 31 de dezembro de 2022, imputados aos titulares de participações qualificadas listados em II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon, gerido pela *Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.*

##### 2. Restrições à transmissibilidade das ações e à titularidade de ações

Os Estatutos da Sociedade não incluem qualquer restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade e não existem acionistas titulares de direitos especiais. Assim, as ações da COFINA são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

##### 3. Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2022.

##### 4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos

Não existem acordos significativos celebrados pela COFINA que incluam quaisquer cláusulas de mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição), i.e., que entrem em vigor, sejam alterados, determinem pagamentos, assunção de encargos ou cessem nessas circunstâncias ou em caso de mudança da composição do órgão de administração, assim como não existem quaisquer condições específicas que limitem o exercício de direitos de voto pelos acionistas da Sociedade, suscetíveis de interferir no êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Alguns contratos de financiamento das subsidiárias da COFINA, e apenas destas, contêm as normais cláusulas tipo de reembolso antecipado em caso de alteração de controlo acionista das mesmas.

##### 5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A COFINA não adotou quaisquer medidas defensivas.

##### 6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

**II. Participações Sociais e Obrigações detidas****7. Participações qualificadas**

Em 31 de dezembro de 2022, e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 29.º-R do CVM, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33%, 50%, 66% e 90% dos direitos de voto, são como segue:

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	Nº ações detidas em 31-dez-2022	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Valor Autêntico, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	10 277 248	10,02 %
<b>Total imputável</b>	<b>10 277 248</b>	<b>10,02 %</b>

Domingos José Vieira de Matos	Nº ações detidas em 31-dez-2022	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	12 395 257	12,09 %
<b>Total imputável</b>	<b>12 395 257</b>	<b>12,09 %</b>

Paulo Jorge dos Santos Fernandes	Nº ações detidas em 31-dez-2022	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	14 235 474	13,88 %
<b>Total imputável</b>	<b>14 235 474</b>	<b>13,88 %</b>

João Manuel Matos Borges de Oliveira	Nº ações detidas em 31-dez-2022	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Caderno Azul, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	15 400 000	15,01 %
<b>Total imputável</b>	<b>15 400 000</b>	<b>15,01 %</b>

Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça	Nº ações detidas em 31-dez-2022	% capital social com direito de voto
Através da sociedade Promendo Investimentos, SA (da qual é acionista dominante e administradora)	20 488 760	19,98 %
<b>Total imputável</b>	<b>20 488 760</b>	<b>19,98 %</b>

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório Anual de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em [http://www.cofina.pt/investors/shareholder-structure.aspx?sc\\_lang=pt-pt](http://www.cofina.pt/investors/shareholder-structure.aspx?sc_lang=pt-pt)

**8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)**

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, diretamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao Relatório Anual de Gestão nos termos exigidos pelo artigo 447.º do CSC e pelo artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.

**9. Poderes do Conselho de Administração relativos a aumentos do capital**

O Conselho de Administração dispõe das competências e dos poderes que lhe são conferidos pelo CSC e pelos Estatutos da Sociedade.

Por deliberação tomada em Assembleia Geral realizada a 29 de janeiro de 2020, foi conferido ao Conselho de Administração o poder de aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, definindo os seus termos e características, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:

a) O montante global máximo do(s) aumento(s) do capital social não poderá exceder oitenta e cinco milhões de Euros e cinco cêntimos;

- b) O(s) aumento(s) opera(m) pela emissão de novas ações, que podem ser de uma ou mais categorias permitidas por lei ou pelos Estatutos, com ou sem prêmio de emissão;
- c) O Conselho de Administração fixará as condições da(s) emissão(ões), bem como os termos do exercício da preferência dos acionistas na respetiva subscrição, salvo em caso de ser aplicável limitação ou supressão deliberada pela Assembleia Geral;
- d) A atribuição preferencial não subscrita pelos acionistas pode ser oferecida à subscrição de terceiros, nos termos permitidos na lei e na deliberação de emissão do Conselho de Administração;
- e) Esta autorização compreende deliberações do Conselho de Administração de um ou mais aumentos de capital, por novas entradas em dinheiro, com o limite referido em a) acima;
- f) A deliberação de aumento no exercício desta autorização será necessariamente precedida de prévio parecer favorável do Conselho Fiscal, nos termos prescritos na Lei.

### **10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade**

Não existem relações significativas de natureza comercial a referir que tenham sido estabelecidas, diretamente, entre os titulares de participações qualificadas, e a Sociedade e que a esta tenham sido notificadas.

A informação sobre os negócios entre a Sociedade e as partes relacionadas pode ser consultada na nota 29 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 18 do Anexo às Contas Separadas da Sociedade referentes a transações com partes relacionadas.

## **B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

### **I. ASSEMBLEIA GERAL**

#### a) Composição da mesa da Assembleia Geral

#### **11. Identificação e cargo dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato**

A mesa da Assembleia Geral da COFINA é constituída, em observância do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da Sociedade e do artigo 374.º do CSC, por um presidente e por um secretário eleitos em Assembleia Geral, pelos acionistas da Sociedade, para cada mandato correspondente a três anos, coincidente com o mandato do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A 31 de dezembro de 2022, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, em exercício do segundo mandato:

Presidente: Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão

Secretária: Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços

O mandato em curso corresponde ao triénio que se iniciou em 2020 e termina em 2022.

#### b) Exercício do direito de voto

#### **12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto**

Na COFINA não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto.

O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única categoria de ações, correspondendo a cada ação um voto, não existindo, assim, limitações estatutárias ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista.

A Sociedade não emitiu ações preferenciais sem direito a voto.

A participação dos acionistas em Assembleia Geral depende da comprovação da qualidade de acionista por referência à “Data do Registro” nos termos legais aplicáveis e definidos no Aviso Convocatório, não estabelecendo a Sociedade qualquer exigência adicional face às exigências impostas por lei.

Importa ainda referir que, em linha com o disposto no n.º 2 do artigo 23.º-C, do CVM, o exercício dos direitos de participação e votação em Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registro, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Os acionistas individuais e as pessoas coletivas poderão fazer-se representar por quem designarem para o efeito mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

Um acionista pode ainda, nos termos legais aplicáveis, designar diferentes representantes em relação às ações de que seja titular em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso legalmente prevista para os acionistas a título profissional.

Os acionistas da Sociedade podem votar por correspondência em relação a todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, por declaração escrita, com a identificação do acionista, quando pessoa singular, pelo envio de cópia certificada do seu cartão de cidadão, o que é solicitado em observância do n.º 2 do artigo 5.º, da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 61/2021, de 19 de Agosto, e, quando pessoa coletiva, pela assinatura devidamente reconhecida, nos termos legais aplicáveis.

De acordo com os Estatutos da Sociedade:

- Sem prejuízo da prova da qualidade de acionista em observância dos termos e dos prazos previstos na lei, só serão admitidos os votos por correspondência enviados por correio registado para a sede da Sociedade, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e recebidos por este até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.
- A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou por quem, legalmente, o represente, devendo o acionista, caso seja pessoa singular, acompanhar a declaração de voto de cópia certificada do seu documento de identificação e, caso seja pessoa coletiva, ser a sua assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o ato.
- As declarações de voto deverão (i) indicar o ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita, (ii) indicar a proposta concreta a que se destina, com indicação do dos proponentes, bem como (iii) conter a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.
- Os votos emitidos por correspondência contam para a verificação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, sendo o resultado da votação por correspondência relativamente a cada ponto da ordem de trabalhos divulgado no ponto a que disser respeito.
- Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso da presença, na Assembleia Geral, do acionista que o emitiu ou de representante por ele designado.
- Caso as declarações de voto omitam o sentido de voto em relação a propostas apresentadas anteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos, considerar-se-á que esse acionista se abstém relativamente a essas propostas.
- Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Sem prejuízo de monitorizar em permanência a adequação do seu modelo e de dar resposta imediata a qualquer solicitação que lhe seja dirigida em sentido diverso, a COFINA tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade não implementou os mecanismos necessários ao exercício do direito de voto por via eletrónica, nem à participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos. Estas modalidades de voto e de participação nunca foram solicitadas à Sociedade por qualquer Acionista, pelo que se considera que a ausência de tais formas de votação e de participação não consubstanciam qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto e de participação em Assembleia Geral.

De referir, ainda, que a Sociedade divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por lei, a convocatória das Assembleias Gerais, que contém informação sobre a forma de habilitação dos acionistas para participação e exercício do direito de voto, bem como sobre procedimentos a adotar para o exercício do voto por correspondência ou para designação de representante.

A Sociedade divulga ainda, nos termos legais aplicáveis, as propostas de deliberação, as informações preparatórias exigidas por lei, as minutas de carta de representação e de boletins de voto para o exercício do voto por correspondência, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Neste contexto, a Sociedade está convicta de que o modelo vigente promove e incentiva, nos termos amplamente descritos neste Relatório, a participação dos Acionistas em Assembleia Geral.

### ***13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários***

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único acionista ou grupo de acionistas.

### ***14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada***

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as deliberações sociais são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social representado na assembleia, exceto quando seja exigida por lei uma diferente maioria.

Numa segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no CSC.



## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### a) Composição

#### **15. Identificação do modelo de governo adotado**

A COFINA adota o modelo de governo denominado monista, que contempla um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º do CSC e de um Revisor Oficial de Contas, em observância do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC, por remissão do n.º 3 do já mencionado artigo 278.º.

O Conselho de Administração é, assim, o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação da gestão pelo Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências.

A Sociedade monitoriza em permanência a adequação do modelo adotado, o qual se tem revelado perfeitamente adequado à dimensão e estrutura da Sociedade, e base essencial à boa performance do Grupo, garantindo um adequado fluxo de informação entre os vários órgãos da sociedade.

Em matéria de política de diversidade nos órgãos sociais importa referir que é um tema que não é novo para o Grupo COFINA. Na verdade, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo, a Sociedade, desde cedo, potenciou a assunção de cargos de topo por mulheres, como é exemplo a eleição, já em 2009, da Dra. Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, tendo sido eleitas em 2020 a Dra. Laurentina da Silva Martins e a Dra. Alda Maria Farinha dos Santos Delgado, tendo esta última renunciado ao cargo em 27 agosto de 2021, num conselho composto atualmente por seis membros, onde um terço do órgão de administração da Sociedade é constituído por mulheres.

Num período temporal em que não existia qualquer imposição legal, já a COFINA se encontrava a trilhar um caminho de evolução crescente, tendo uma representatividade de género considerada expressiva na sua organização.

E é assim porque a COFINA assenta a sua cultura em critérios de meritocracia.

Adicionalmente, a COFINA publicou, durante o ano de 2022, o Plano para a Igualdade de Género, a executar durante o ano de 2023, e que tem como objetivo fundamental, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º, n.º 1, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, contribuir, ainda mais, para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Os membros que integram o Conselho de Administração e que se encontram em exercício de funções têm revelado e têm já provas dadas nesse sentido, serem titulares das características individuais (nomeadamente competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência, como já referido) para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas de uma forma alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, desde logo pela sua senioridade e experiência.

Por outro lado, mas não menos relevante, a COFINA considera que o equilíbrio de género no seio do seu órgão de gestão, e que é anterior à entrada em vigor da Lei, demonstra que a política de diversidade não é um tema novo no Grupo que, fiel a princípios de meritocracia, desde há largos anos que atribui cargos de topo na sua gestão, a mulheres.

## **16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração**

A eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade cabe aos Acionistas, por deliberação tomada em Assembleia Geral. Os membros são eleitos para mandatos correspondentes a períodos de três anos, podendo a sua reeleição ser deliberada por uma ou mais vezes.

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de doze, eleitos em Assembleia Geral, a qual poderá, desde logo, designar o respetivo Presidente.

O posicionamento de mercado que o Grupo tem vindo a conquistar e os resultados apresentados ao mercado comprovam que a equipa de gestão da Sociedade tem realizado as suas funções com rigor e competência.

Ainda em matéria de eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração, importa referir a regra estatutária constante do artigo 15.º dos Estatutos, nos termos da qual na Assembleia Geral eleitoral um dos administradores poderá ser eleito, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. Havendo propostas nesse sentido, a eleição será efetuada isoladamente antes da eleição dos demais administradores. Cada uma das listas referidas anteriormente deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher. Nenhum acionista poderá subscrever mais do que uma das referidas listas. Se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas. A Assembleia Geral não poderá proceder à eleição de quaisquer outros administradores enquanto não tiver sido eleito um administrador, em conformidade com o acima exposto, salvo se não forem apresentadas tais listas. Faltando administrador eleito, será chamado o respetivo suplente e, na falta deste, realizar-se-á nova eleição, à qual serão aplicadas, com as necessárias adaptações, as regras acima descritas. No entanto, o disposto no artigo 15.º dos Estatutos só será aplicável se, em alguma circunstância, a Sociedade vier a ser considerada de subscrição pública, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada.

## **17. Composição do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração, composto atualmente por seis membros, é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, atuando sempre da forma que considerar que melhor defende os interesses da Sociedade, na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*.

Em 31 de dezembro de 2022 este órgão era composto pelos seguintes elementos:

- Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Presidente
- João Manuel Matos Borges de Oliveira – Vogal
- Domingos José Vieira de Matos – Vogal (não executivo)
- Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira – Vogal (não executivo)
- Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça – Vogal (não executiva)
- Laurentina da Silva Martins – Vogal (não executiva)

Todos os membros atuais do Conselho de Administração foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 30 de abril de 2020 para o triénio 2020/2022.

NOME	PRIMEIRA NOMEAÇÃO	DATA DE TERMO DO MANDATO
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1990	31 de dezembro de 2022
João Manuel Matos Borges de Oliveira	1990	31 de dezembro de 2022
Domingos José Vieira de Matos	1990	31 de dezembro de 2022
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	maio de 2009	31 de dezembro de 2022
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	maio de 2009	31 de dezembro de 2022
Laurentina da Silva Martins	abril de 2020	31 de dezembro de 2022

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes**

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração, composto por seis membros, incluía dois membros executivos: Paulo Jorge dos Santos Fernandes e João Manuel Matos Borges de Oliveira e quatro membros não executivos: Domingos José Vieira de Matos, Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira, Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça e Laurentina da Silva Martins.

O número de administradores executivos, ao longo do ano de 2022, correspondeu a 33% dos membros do Conselho de Administração, sendo este número, quando comparado com o número total de membros que integram o órgão, adequado e equilibrado face à natureza e dimensão da Sociedade.

Esta conclusão resulta, em particular, da ponderação da experiência, percurso, perfil e conhecimento dos administradores executivos, incluindo as competências específicas de cada um dos administradores executivos, considerando-se que este número de membros, à luz dos riscos e exigências inerentes à sua atividade, é suficiente para assegurar uma gestão eficaz, eficiente e prudente da Sociedade.

A atividade dos administradores executivos é desenvolvida em articulação com o trabalho dos demais membros que integram o Conselho de Administração da COFINA (ou seja, os administradores não executivos), os quais, também considerando o seu perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional, são em número suficiente, adequado e equilibrado à natureza e dimensão da Sociedade.

Na verdade, a COFINA considera que o número de administradores não executivos permite garantir um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização, da atividade desenvolvida pelos executivos, sobretudo tendo em conta que a Sociedade desenvolveu mecanismos tendentes a permitir aos administradores não executivos tomadas de decisão independentes e informadas, nomeadamente através de:

- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilização dos livros de atas, registos, documentos e restantes antecedentes de operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

A Sociedade, nesta matéria, tal como noutras, leva a cabo em permanência uma avaliação à adequação do modelo vigente, tendo concluído que o mesmo se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Acrescente-se que o relatório de gestão da sociedade inclui a “*Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração*”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos administradores não executivos durante o exercício de 2022.

O Conselho de Administração inclui um membro independente, a Dra. Laurentina Martins.

Assim, a COFINA considera verificados, em relação a esta Administradora, os critérios de independência previstos quer no ponto 18.1. do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013, o que classifica esta administradora como administradora independente, quer os critérios de independência ínsitos na recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

### **19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração**

A informação curricular dos membros que integram o Conselho de Administração é apresentada no anexo I do Relatório de Governo da Sociedade.

### **20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto**

Em 31 de dezembro de 2022, o Presidente do Conselho de Administração Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante da ACTIUM CAPITAL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 13,88% do capital da COFINA.

O administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante da CADERNO AZUL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 15,01% do capital da COFINA.

O administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante da VALOR AUTÊNTICO, S.A., sociedade detentora de uma participação de 10,02% do capital da COFINA e é irmão do administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante da LIVREFLUXO, S.A., sociedade detentora de uma participação de 12,09% do capital da COFINA.

A administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante da Promendo Investimentos, S.A., sociedade detentora de uma participação de 19,98% do capital da COFINA.

Na COFINA existe uma política de prevenção de situações de conflito de interesses, política essa que se encontra consagrada no Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, aprovado inicialmente pelo Conselho de Administração no dia 19 de novembro de 2020 e revisto no dia 24 de novembro de 2022, tendo obtido os respetivos pareceres prévios favoráveis do Conselho Fiscal da Sociedade. Existe, adicionalmente, um Código de Ética e de Conduta, que é também de aplicação transversal a todos os níveis da organização, incluindo aos membros dos órgãos sociais.

De acordo com o Código de Ética e de Conduta, um dos valores da COFINA é a integridade. Ser íntegro implica correção total na relação com os outros e com a empresa, pressupondo lealdade e transparência nos comportamentos. A COFINA confia na integridade de todos os seus Colaboradores e, por isso, exige a todos eles lealdade e transparência.

Deste modo, não permite que existam situações de conflito de interesses entre qualquer Colaborador ou Parceiro e a COFINA.

Existirá um conflito de interesses quando (i) o interesse particular do Colaborador ou do Parceiro interfere, ou parece que interfere, por qualquer forma, com os interesses da empresa como um todo e/ou (ii) um Colaborador ou

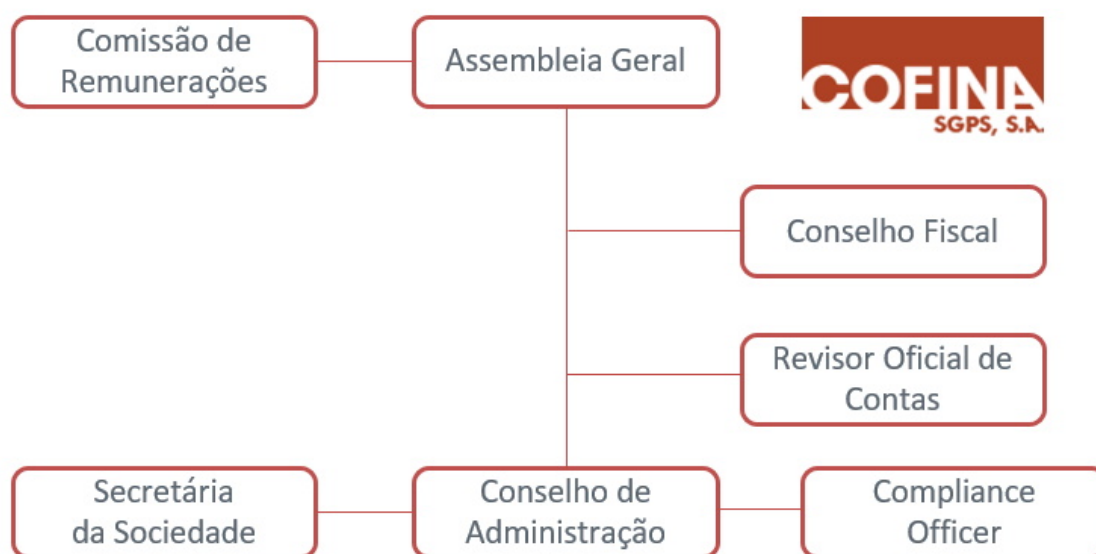
um Parceiro, ou membros próximos da sua família ou amigos, recebem um benefício pessoal impróprio em resultado da posição que esse Colaborador ou Parceiro ocupa na empresa.

Quando confrontados com uma potencial situação de conflito de interesses, os Colaboradores ou os Parceiros deverão:

- informar os supervisores diretos, por escrito, sobre o conflito de interesses em que estão ou poderão estar envolvidos, antes de empreender qualquer operação ou concluir o negócio em causa;
- abster-se de (i) intervir ou influenciar, direta ou indiretamente, a tomada de decisões que poderão afetar as entidades com as quais possa haver conflito de interesses, e (ii) participar em reuniões em que tais decisões são discutidas ou se avaliem informações confidenciais que afetem tal conflito.

O Colaborador ou o Parceiro deve abster-se de agir, em todos os momentos, em função das suas próprias motivações, não dando prioridade aos seus próprios interesses ou de terceiros, sempre que tal possa pôr em causa interesses da COFINA.

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade**



De acordo com a estrutura atual de Governo da Sociedade, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, atuando sempre da forma que considerar que melhor defende os interesses da Sociedade, na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*. O Conselho de Administração é constituído atualmente por seis membros, eleitos em Assembleia Geral, dos quais um presidente e cinco vogais, sendo quatro deles não executivos.

O Conselho de Administração, no exercício das funções que lhe estão cometidas, estabelece uma interação permanente com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas, colaborando com o órgão de fiscalização de forma transparente e rigorosa, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

Não existe limitação ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, pelo que os membros do Conselho de Administração da COFINA, integram, na maioria dos casos, os órgãos de administração das subsidiárias mais relevantes do grupo, assegurando um acompanhamento próximo e permanente das respetivas atividades.

O Conselho de Administração da COFINA incentiva todas as direções e áreas operacionais a criar equipas multidisciplinares, com vista ao desenvolvimento de projetos de relevo no Grupo, multidisciplinaridade essa que permite assegurar a identificação de questões e a análise das formas de resolução das mesmas sob as diferentes perspetivas, garantindo-se uma visão mais transversal sobre os temas em análise. A COFINA acredita que o estabelecimento de canais de comunicação ágeis e eficazes entre as direções da Sociedade, entre estas e as áreas operacionais e de todas estas com os conselhos de administração de cada subsidiária e da própria Sociedade é a forma de melhor executar os projetos, identificar os riscos associados, desenvolver os mecanismos necessários à sua mitigação, numa perspetiva verdadeiramente abrangente e analisada sob diversos pontos de vista.

A COFINA acredita que um fluxo de informação eficaz dentro da organização é a única forma que permite assegurar um igualmente adequado fluxo de informação entre as equipas multidisciplinares e os órgãos sociais e, consequentemente, destes em relação aos acionistas, aos investidores, aos demais *stakeholders*, analistas financeiros e ao mercado em geral.

Em observância desta política do Grupo, que está perfeitamente alinhada com a Recomendação I.1.1. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, a COFINA tem assegurado a divulgação, rigorosa e tempestiva de informação ao mercado, através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM (SDI da CMVM), garantindo o acesso a essa informação, aos seus acionistas, demais *stakeholders* e ao mercado em geral, no mesmo momento e com o mesmo nível de detalhe.

Em linha com o que se acaba de expor, a COFINA apresenta de seguida as Comissões e/ou departamentos da Sociedade e respetivas competências e atribuições:

### **Comissão de Remunerações**

O Conselho de Administração considera que, face à sua estrutura organizativa e à dimensão e complexidade da Sociedade (conforme, em detalhe, se explicita no ponto 28 *infra*), a única comissão especializada que se revela necessária é a Comissão de Remunerações.

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários e da Recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Em termos de gestão corporativa, a COFINA destaca as seguintes áreas:

### **Área de Corporate Finance**

A área de *Corporate Finance* da COFINA, dada a sua visão integrada e transversal a nível de todas as sociedades do grupo, é responsável, por um lado, pela definição de estratégias e políticas de gestão financeira e, por outro, por assegurar a *interface* com os mercados de capitais, de dívida e bancários. Cabe-lhe ainda o desenvolvimento dos mecanismos necessários à implementação das estratégias e políticas de gestão financeiras delineadas.

### **Área de Planeamento e Controlo de Gestão**

A área de planeamento e controlo de gestão da COFINA presta apoio na implementação das estratégias corporativas e/ou dos negócios, seguidas pelo grupo. Esta área prepara e analisa a informação de gestão a nível de



todas as sociedades do grupo, bem como ao nível consolidado, seja semestral ou anual, monitorizando desvios em relação ao orçamento e propondo as necessárias medidas corretivas. Assume ainda a responsabilidade pela construção de planos de negócio, integrando as equipas de trabalho multidisciplinares criadas para este efeito, atividades que vai desenvolvendo a par com a permanente realização de estudos técnicos e de *benchmark* dos negócios existentes, de modo a monitorizar a performance da COFINA tendo em conta a sua posição estratégica no mercado.

### **Área de Jurídico**

A área legal da COFINA presta apoio jurídico em todas as áreas de atividade do grupo, monitorizando e garantindo, por um lado, a legalidade das atividades desenvolvidas, e assegurando, por outro, as relações com a *Euronext Lisbon*, com a CMVM e com os acionistas sempre que em causa estejam matérias legais. Esta área é igualmente responsável pelo acompanhamento da política de governo das sociedades com vista ao cumprimento das melhores práticas neste domínio. Cabe-lhe ainda a responsabilidade da elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais, a gestão dos aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial usados pelo grupo, tais como marcas e patentes, logótipos, domínios e direitos de autor, exercendo ainda as funções de secretariado societário numa permanente monitorização de conformidade jurídica, apoiando o Conselho de Administração na implementação das suas estratégias.

### **Área de Compliance**

A área de *Compliance* assume as responsabilidades previstas na legislação e na regulamentação em vigor, por forma a assegurar que os órgãos de gestão e de direção, bem como todos os trabalhadores, conhecem as regras legais e regulamentares aplicáveis, incluindo códigos, normativas e políticas, internas e externas, relevantes nas diversas áreas de atividade do grupo Cofina, tendo em vista a mitigação dos riscos financeiros, económicos, legais e reputacionais.

### **Área de Relações com Investidores**

A área de relações com investidores da COFINA estabelece a relação entre o grupo e a comunidade financeira, divulgando permanentemente informação relevante e atualizada sobre a atividade do mesmo. Cabe-lhe ainda prestar apoio ao Conselho de Administração no fornecimento de informação atualizada sobre o mercado de capitais, bem como, prestar apoio à gestão das relações institucionais da COFINA, estabelecendo contacto permanente com investidores institucionais, acionistas e analistas e representando o grupo em associações, fóruns ou eventos (nacionais ou internacionais)

### **Área de Controlo de Gestão a Nível das Subsidiárias**

Acrescente-se que as empresas operacionais do Grupo COFINA possuem órgãos próprios de controlo de gestão que exercem a sua atividade a todos os níveis das empresas participadas, elaborando relatórios mensais periodicamente reportados aos respetivos Conselhos de Administração.

Os administradores da COFINA centram a sua atividade, essencialmente, na gestão das participações do grupo e na definição das suas linhas estratégicas. As decisões relativas a matérias estruturantes para a atividade do Grupo são tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções.

A gestão corrente das sociedades operacionais é desempenhada pela administração de cada uma das subsidiárias, as quais integram igualmente, por regra, alguns dos administradores da COFINA, para além de outros administradores com competências e pelouros especificamente definidos.

Importa referir que o exercício de cargos de administração por parte dos administradores da Sociedade nas sociedades subsidiárias materializa-se num aprofundado conhecimento do negócio, perto das operações e das pessoas o que leva a que as decisões tomadas ao nível da *holding* do grupo, a COFINA, sejam assim ainda mais conscientes e informadas.

A COFINA acredita que quanto mais profundo é o conhecimento dos administradores da Sociedade, sobre as especificidades e subtilidades do negócio, mais acertadas são as decisões em relação às linhas estratégicas e, consequentemente, ao sucesso das decisões ao nível da administração de topo.

Deste modo, e tendo em consideração o desenvolvimento da atividade dos membros do Conselho de Administração, quer na COFINA, quer nas suas subsidiárias, o organigrama funcional pode ser apresentado do seguinte modo:

<b>COFINA, SGPS, S.A.</b> Paulo Fernandes João Borges de Oliveira Domingos Matos Pedro Borges de Oliveira Ana Mendonça Laurentina Martins	
<b>COFINA MEDIA</b> Paulo Fernandes João Borges de Oliveira Luís Santana Ana Dias Fonseca	<b>GRAFEDISPORT</b> (em liquidação) Luís Santana Ana Dias Fonseca

### b) Funcionamento

#### **22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração**

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível para consulta na página na internet da Sociedade ([www.cofina.pt](http://www.cofina.pt)) (separador “Acerca da Cofina”, secção “Governo da Sociedade”).

#### **23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas**

Os Estatutos da Sociedade estabelecem, no seu artigo 17.º, que o Conselho de Administração reunirá sempre que for convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou a pedido de quaisquer dois administradores e, pelo menos, uma vez por trimestre.

O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

Durante o ano de 2022, o Conselho de Administração reuniu seis vezes, com uma assiduidade de 100%.

As reuniões do Conselho de Administração são marcadas e preparadas com antecedência, e atempadamente disponibilizada documentação referente às matérias constantes da respetiva ordem de trabalhos, no sentido de assegurar a todos os seus membros as condições necessárias ao exercício das suas funções e à adoção de deliberações de forma amplamente informada.

De igual modo as respetivas convocatórias e posteriormente as atas das reuniões, são disponibilizadas ao presidente do Conselho Fiscal.



## **24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos**

Em linha com o que se refere no ponto 21 supra, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais.

É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários e da Recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Pelo menos um membro da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais Anuais quando a Declaração sobre Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais integrar a Ordem de Trabalhos, de forma a assegurar o esclarecimento de quaisquer questões que, sobre a mesma, aí se possam levantar. Na Assembleia Geral Anual realizada em 2022, encontrava-se presente um dos membros daquela comissão, a saber, Dr. Pedro Pessanha.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, plasmada na referida Declaração, a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

## **25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos**

A avaliação de desempenho dos administradores executivos tem por base critérios pré-determinados, assentes em indicadores de desempenho objetivamente fixados para cada mandato, os quais se encontram alinhados com a estratégia de médio/longo prazo de desempenho da Sociedade e de crescimento do negócio.

A política de remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração inclui uma componente variável de médio prazo e destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas, visando aumentar a consciencialização sobre a importância do respetivo desempenho para o sucesso global da Sociedade e será calculado cobrindo o período correspondente a um mandato, tendo como base critérios objetivos e pré-determinados, a saber: (i) retorno total para o acionista (remuneração de ação mais dividendo distribuído); (ii) somatórios dos resultados líquidos consolidados dos 3 anos (2020 a 2022); e; (iii) evolução dos negócios da Sociedade.

O valor total da componente de médio prazo não pode ser superior a 50% da remuneração fixa auferida durante o período dos 3 anos.

## **26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício**

O compromisso dos administradores da COFINA com a natureza e exigência das funções que assumiram é total. Neste sentido, a gestão de topo do Grupo é uma gestão presente, próxima das pessoas e do negócio.

As suas atividades profissionais, a indicação de outras empresas onde desempenham funções de administração e a indicação de outras atividades relevantes exercidas pelos mesmos, é apresentada no anexo I do Relatório de Governo da Sociedade.

---

## **27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento**

O Conselho de Administração considera que, face à estrutura organizativa e à dimensão e complexidade da Sociedade (conforme, em detalhe, se explicita no ponto 28 *infra*), a única comissão especializada que se revela necessária é a Comissão de Remunerações.

A COFINA tem assim formalmente constituída uma Comissão de Remunerações, eleita pela Assembleia Geral para o mandato correspondente ao triénio que se iniciou em 2020 e que termina em 2022, cuja composição é a seguinte:

- João da Silva Natária – Presidente
- André Seabra Ferreira Pinto – Vogal
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal

A Comissão de Remunerações dispõe de um regulamento de funcionamento válido para o mandato em curso, aprovado em sede de reunião dessa mesma comissão, regulamento esse que se encontra disponível para consulta no website da Sociedade ([www.cofina.pt](http://www.cofina.pt)) (separador “Acerca da Cofina”, secção “Governo da Sociedade”).

## **28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)**

A COFINA, conforme já amplamente referido ao longo do presente Relatório, monitoriza em permanência a adequação do modelo vigente. Nesse sentido, dessa monitorização permanente tem resultado a conclusão de que, em virtude da sua estrutura organizativa, face à reduzida dimensão do Conselho de Administração, que é composto por seis membros, se afigura desnecessária uma designação formal de uma Comissão Executiva no seio do Conselho de Administração.

No entanto, e tal como referido no ponto 18 do presente Relatório, dos seis membros que integram o Conselho de Administração, dois desempenham funções de cariz executivo – mais prático ou operacional – observando o seguinte:

- (i) envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- (ii) disponibilidade para o fornecimento, aos administradores ditos não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade, e ainda,
- (iii) disponibilização dos livros de atas, registos, documentos e restantes antecedentes de operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das subsidiárias do grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores ditos executivos nesse processo.

Desta forma, considera a Sociedade estarem garantidas as condições necessárias para que as decisões relativas a matérias estratégicas sejam, tal como são tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções, de forma esclarecida e informada, totalmente focada na criação de valor para os acionistas.

Não obstante, e tal como se refere supra, o Conselho de Administração tem refletido regularmente sobre a adequação da sua estrutura organizativa, tendo vindo sempre a resultar dessas reflexões a conclusão da conformidade de tal estrutura com as melhores práticas de governo das sociedades, o que se tem vindo a materializar no desempenho positivo da Sociedade.

## **29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências**

Em linha com o que se refere nos pontos 21 e 24 *supra*, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais.

É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários e da Recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Durante o ano de 2022, a Comissão de Remunerações reuniu uma vez tendo com um grau de assiduidade correspondente a 100%. A ata da mencionada reunião encontra-se registada no livro de atas da Comissão de Remunerações, nos termos legais aplicáveis.

### **Secretário da Sociedade**

O Secretário da Sociedade exerce as competências que lhe estão atribuídas por lei, nomeadamente o disposto no artigo 446.º B do Código das Sociedades Comerciais e que são, entre outras, as seguintes: a) Secretariar as reuniões dos órgãos sociais; b) Lavrar as atas e assiná-las conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respetivos e o presidente da mesa da assembleia geral, quando desta se trate; c) Conservar, guardar e manter em ordem os livros e folhas de atas, as listas de presenças, o livro de registo de ações, bem como o expediente a eles relativo; d) Proceder à expedição das convocações legais para as reuniões de todos os órgãos sociais; e) Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade; f) Certificar que todas as cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados são verdadeiras, completas e atuais; g) Satisfazer, no âmbito da sua competência, as solicitações formuladas pelos acionistas no exercício do direito à informação e prestar a informação solicitada aos membros dos órgãos sociais que exercem funções de fiscalização sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva; h) Certificar o conteúdo, total ou parcial, do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares; i) Certificar as cópias atualizadas dos estatutos, das deliberações dos sócios e da administração e dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, bem como assegurar que elas sejam entregues ou enviadas aos titulares de ações que as tenham requerido e que tenham pago o respetivo custo. Cabe-lhe ainda apoiar o fluxo de informação entre o Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização e assegurar o registo tempestivo das deliberações sociais junto da Conservatória do Registo Comercial.

As funções de secretariado da Sociedade foram exercidas de forma regular durante o exercício de 2022.

## **III. FISCALIZAÇÃO**

### **a) Composição**

## **30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado**

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

---

**31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro**

O Conselho Fiscal é designado pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos, renovável por uma ou mais vezes. É composto por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, em número a deliberar pela Assembleia Geral, devendo existir um ou dois suplentes consoante a sua composição for de, respetivamente, três ou mais membros, assumindo, em pleno, as funções que lhe estão atribuídas por lei, nas quais se inclui a proposta de designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em observância do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 413.º do CSC, bem como da alínea b) do número 2 do artigo 420.º do CSC.

Em 31 de dezembro de 2022, este órgão era composto pelos seguintes membros:

- António Luís Isidro de Pinho – Presidente
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal
- Ana Paula dos Santos Silva e Pinho – Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto – Suplente

O membro do Conselho Fiscal Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa foi eleito, pela primeira vez, em abril de 2014, para o mandato que se iniciou em 2014 e cessou em 2016, tendo sido reeleito, em abril de 2017, para um segundo mandato (triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019), em abril de 2020, para um terceiro mandato (ano de 2020), e, em abril de 2021, para um quarto mandato que se iniciou em 2021 e cessará em 2022. Já o membro António Pinho foi eleito pela primeira vez em Abril de 2017, para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019, tendo cumprido em 2020 o seu segundo mandato (de um ano) e sido reeleito, em abril de 2021, para um terceiro mandato que se iniciou em 2021 e cessará em 2022. O membro Ana Paula dos Santos Silva e Pinho foi eleita em Abril de 2020, tendo cumprido o seu primeiro mandato (ano de 2020) e sido reeleita em abril de 2021 para um segundo mandato que se iniciou em 2021 e cessará em 2022. O membro suplente do Conselho Fiscal André Seabra Ferreira Pinto foi eleito, pela primeira vez, em abril de 2014, para o mandato que se iniciou em 2014 e cessou em 2016. Em abril de 2017 foi eleito suplente, tendo sido reeleito suplente em abril de 2020 e em abril de 2021.

A Sociedade entende que o número de membros do Conselho Fiscal está totalmente alinhado com a natureza, dimensão, riscos e atividade da Sociedade e permite garantir que as suas funções (dos membros do Conselho Fiscal) são desempenhas de acordo com os poderes e competências que estão atribuídos.

Esta análise teve em linha de conta, igualmente, a estrutura da COFINA e a articulação que existe entre os membros deste órgão e os demais órgãos da sociedade, em especial o Revisor Oficial de Contas (identificado no ponto 39 *infra*) e o Auditor Externo (identificado no ponto 42 *infra*).

**32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art.º 414.º, n.º 5 do CSC**

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, aferindo-se a independência de cada um dos seus membros de acordo com a definição que é dada nos termos do n.º 5 do artigo 414.º e incompatibilidade de acordo com a definição do n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do CSC.

À exceção do vogal Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa, que ao ser reeleito para o quarto mandato (2021-2022) deixou de ser independente nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º do CSC, todos os restantes membros que compõem o Conselho Fiscal da Sociedade cumprem as regras de incompatibilidade e de independência acima identificadas. Esta conformidade é declarada pelos respetivos membros em declaração que individualmente subscrevem e entregam na Sociedade.

### **33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes**

Todos os membros que integram o Conselho Fiscal da COFINA dispõem da formação, competência e da experiência necessárias ao pleno exercício das funções, em linha com o disposto no n.º 4 do artigo 414.º do CSC e no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. O Presidente deste órgão está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

No Anexo I do Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas as qualificações profissionais e as demais atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal.

#### **b) Funcionamento**

### **34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal**

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta no *website* da Sociedade ([www.cofina.pt](http://www.cofina.pt)), separador “Acerca da Cofina”, secção “Governo da Sociedade”.

### **35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal**

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal da Sociedade reuniu cinco vezes, com uma assiduidade de 100% relativamente a todos os seus membros. As correspondentes atas encontram-se registadas no livro de atas do Conselho Fiscal.

### **36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas**

Os membros do Conselho Fiscal assumiram um compromisso com a Sociedade, que têm vindo a cumprir de forma escrupulosa e que se materializa num nível de disponibilidade totalmente consentâneo com os interesses da Sociedade.

A informação relativa a outros cargos exercidos, qualificações e experiência profissional dos membros do Conselho Fiscal encontra-se detalhada no Anexo I do Relatório de Governo da Sociedade.

#### **c) Competências e funções**

### **37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo**

É da competência do Conselho Fiscal aprovar previamente a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a contratar ao Auditor Externo.

Como nota prévia, importa referir que o próprio Conselho de Administração, quando pondera a possibilidade de contratar serviços adicionais ao Auditor Externo ou ao Revisor Oficial de Contas, assegura, antes de comunicar a sua decisão ao Conselho Fiscal, que àqueles ou a entidades que integram a sua rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio, possam pôr em causa a sua independência.

Concluindo o Conselho de Administração que estão reunidas as condições para apresentar o tema ao Conselho Fiscal, este analisa, de forma prévia e aprofundada, o âmbito de tais serviços adicionais a prestar pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas, tomando uma decisão favorável se, da análise levada a cabo resultar que: *(i)* a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do Auditor Externo; *(ii)* está assegurado um equilíbrio saudável entre os normais serviços de auditoria e os serviços adicionais cuja prestação está a ser alvo de análise e que *(iii)* os serviços adicionais cuja prestação se propõe não configuram serviços cuja

prestação estava vedada nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 140/2015, de 9 de setembro. Nesta sua análise o Conselho Fiscal analisa ainda se *(iv)* os serviços adicionais serão prestados em cumprimento dos níveis de qualidade em vigor no Grupo e tendo sempre como pano de fundo o objetivo de que a prestação dos mesmos, caso venha a ocorrer, não ponha em causa a independência que se lhe exige no exercício das funções de auditoria.

Importa referir a este propósito que a Deloitte & Associados, SROC, S.A., antes de aceitar a adjudicação dos serviços realiza, igualmente, um rigoroso *assessment* interno para aferir que os serviços que se propõe prestar não afetem, em nenhuma circunstância, os critérios de independência que se propôs cumprir aquando da aceitação da eleição para o exercício das funções.

A Sociedade considera assegurado, assim, um triplo grau de controlo, na verificação do não comprometimento dos critérios de independência, aquando da decisão de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

Importa acrescentar que o Conselho Fiscal recebe ainda, anualmente, a declaração de independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Todas as potenciais ameaças à independência do Auditor Externo, quando existam, assim como as respetivas medidas de salvaguarda são avaliadas e discutidas, de forma aberta e transparente, entre o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

### **38. Outras funções dos órgãos de fiscalização**

A fiscalização da Sociedade compete ao Conselho Fiscal que exerce na COFINA as responsabilidades, tal como previstas no artigo 420º do CSC e no seu Regulamento (referido no ponto 34 deste relatório e acessível no site da Sociedade em [http://www.cofina.pt/about-cofina/corporate-governance/governance.aspx?sc\\_lang=pt-pt](http://www.cofina.pt/about-cofina/corporate-governance/governance.aspx?sc_lang=pt-pt)), destacando-se as seguintes competências estatutárias e legalmente atribuídas:

- a) Fiscaliza a administração da sociedade;
- b) Fiscaliza o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, emitindo pareceres sobre os documentos de prestação de contas e respetivos relatórios da Administração;
- c) Acompanha e fiscaliza a eficácia do sistema de gestão de riscos, controlo interno, efetuando recomendações, sempre que se justifiquem;
- d) Recebe comunicações de alegadas irregularidades;
- e) Informa a Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efetuado e do resultado das mesmas.

O Conselho Fiscal representa ainda a Sociedade, junto do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços e a respetiva remuneração, zelando igualmente para que sejam asseguradas, dentro do grupo, as condições adequadas à prestação daqueles serviços.

O Conselho Fiscal é o primeiro destinatário dos relatórios emitidos pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como, o interlocutor do Grupo no relacionamento com aquelas entidades, cabendo-lhe ainda pronunciar-se sobre projetos relevantes e planos de trabalhos e sobre a adequação dos recursos afetos à execução desses projetos.

O Conselho Fiscal é, assim, responsável por elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração e fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco e de controlo interno.

O Conselho Fiscal, em articulação com o Conselho de Administração, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, prestando todo o apoio necessário e assumindo expressamente esse compromisso de que não haja acesso, por parte de terceiros, indevido e intempestivo, à informação relevante.



Adicionalmente, o órgão de fiscalização é chamado a intervir para emitir parecer sempre que em causa esteja a realização de transações entre administradores da COFINA e a própria Sociedade ou entre a COFINA e sociedades que consigo se encontrem numa relação de domínio ou de grupo em que o interveniente é administrador, nos termos do artigo 397.º do CSC. Esta intervenção do Conselho Fiscal será solicitada independentemente do nível de materialidade da operação em causa.

O Auditor Externo, por sua vez, e enquanto parte do órgão de fiscalização da Sociedade, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa *(i)* o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas; *(ii)* verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na Empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e *(iii)* emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, na qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 66.º-B do CSC na sua atual redação ou, não incluindo, assegurando que essa informação consta de relatório separado igualmente disponibilizado aos acionistas, se cumpre as disposições do artigo 29.º-H do CVM, se obedece à estrutura do Regulamento n.º 4/2013 da CMVM e, ainda, se contempla na informação constante do mesmo, uma declaração sobre o cumprimento do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Durante o exercício de 2022, o Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e certificação legal das contas, em interação com o Conselho Fiscal, contando sempre com a colaboração plena, no sentido de celeridade e expedita, do Conselho de Administração no acesso às informações solicitadas.

Em linha com o que se acaba de referir, o Revisor Oficial de Contas pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2022, informação que fez constar do seu relatório anual de auditoria, o qual será sufragado pelos Acionistas em Assembleia Geral Anual.

O órgão de fiscalização monitoriza e assegura o cumprimento por parte da COFINA e das suas subsidiárias, da legislação aplicável a cada momento de modo a poder avaliar os níveis de *compliance* do Grupo nesta matéria, que tem classificado como elevados e alinhados com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

#### IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

##### **39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa**

O revisor oficial de contas da Sociedade é a Deloitte & Associados, SROC S.A., registada na CMVM com o número 20161389, representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado, registado na CMVM com o número 20160762.

##### **40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo**

A Deloitte & Associados, SROC S.A. é responsável pela revisão oficial de contas da Sociedade e das sociedades do Grupo desde 2021, sob proposta do Conselho Fiscal, tendo sido eleita para o seu primeiro mandato anual na Assembleia Geral de 30 de abril de 2021 e para o segundo mandato anual na Assembleia Geral de 29 de abril de 2022.

##### **41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade**

O revisor oficial de contas é, simultaneamente, Auditor Externo da Sociedade conforme detalhado nos pontos abaixo.

## V. AUDITOR EXTERNO

**42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art.º 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM**

O Auditor Externo da Sociedade, designado para os efeitos do artigo 8.º do CVM, é a Deloitte & Associados, SROC S.A., registada sob o n.º 20161389 na CMVM, representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado, registado na CMVM com o número 20160762.

**43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo**

O Auditor Externo foi eleito, tal como o sócio que o representa, para um primeiro mandato anual em 2021 e cumpriu em 2022 o seu segundo mandato (de um ano).

**44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções**

No que respeita à rotação do Auditor Externo, a Sociedade não tinha estabelecida, até à data de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, uma política de rotação do Auditor Externo baseada num número pré-determinado de mandatos, tendo em conta, designadamente, o facto de tal política de rotação não constituir uma prática comum ou habitual e por a Sociedade, na monitorização permanente da adequação e justeza do modelo vigente, não ter nunca identificado situações de perda de independência ou quaisquer outras situações que pudessem aconselhar a adoção de uma política formal que exigisse tal rotação.

A entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 1 de Janeiro de 2016, veio consagrar um novo regime aplicável à rotação dos revisores oficiais de contas aplicável às sociedades cujas ações se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado, como é o caso da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal iniciou, durante o ano de 2016, um processo de seleção com vista à eleição de um novo ROC que, cumprindo todas as exigências legais ao nível de competências técnicas e de independência, pudesse a sua eleição ser proposta em Assembleia Geral Anual, o que veio a acontecer na Assembleia Geral Anual de 2017, onde veio a ser eleita a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., para exercer um primeiro mandato trienal. A Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., veio ulteriormente a ser reeleita para um segundo mandato anual (2020), tendo a Assembleia Geral Anual de 2021 deliberado eleger a Deloitte & Associados, SROC, S.A., para o primeiro mandato correspondente ao ano de 2021 e para um segundo mandato correspondente ao ano de 2022.

Neste sentido, a Sociedade não dispõe de uma política formal, interna, que disponha sobre a rotatividade do Auditor Externo, considerando-a desnecessária, porquanto cumpre as imposições legais, nesta matéria, em toda a sua extensão.

**45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita**

O Conselho Fiscal, no exercício das suas funções, acompanha, ao longo do exercício, o desempenho das funções do Auditor Externo, bem como efetua anualmente uma avaliação da independência do mesmo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal promove, sempre que necessário ou adequado em função dos desenvolvimentos da atividade da Sociedade ou de exigências legais ou de mercado, uma reflexão sobre a adequação do Auditor Externo ao nível que exige para o exercício das suas funções.



**46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação**

Foram prestados, durante o exercício de 2022, pelo Auditor Externo, serviços distintos dos de auditoria, em concreto, foram prestados serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente, de revisão limitada intercalar de uma subsidiária. Os referidos serviços foram aprovados pelo Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador de serviços em causa nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

**47. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

	31.12.2022		31.12.2021	
<u>Pela Sociedade</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	33 000	24,4 %	25 000	35,7 %
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	—	0,0 %	—	0,0 %
<u>Por entidades que integram o Grupo</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	47 000	34,8 %	45 000	62,3 %
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	55 000	40,7 %	—	0,0 %
<u>Total</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	80 000	59,3 %	70 000	100,0 %
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	55 000	40,7 %	—	0,0 %
	<u>135 000</u>		<u>70 000</u>	

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. Estatutos

**48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da sociedade**

As alterações estatutárias seguem os termos legais aplicáveis, constantes em particular do CSC, os quais exigem a maioria de dois terços dos votos emitidos para a aprovação dessa deliberação.

### II. Comunicação de irregularidades

**49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade**

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades, por parte de qualquer Colaborador, Parceiro, Fornecedor ou qualquer outro *Stakeholder* em observância do disposto na alínea j) do número 1 do artigo 420.º do CSC.

O Grupo COFINA dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número I.2.4. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (*Whistleblowing*), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que seja solicitada.

Se ao Conselho de Administração chegar algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de *Whistleblowing*, remetê-lo-á este órgão, de imediato, para o Conselho Fiscal.

O reporte ao Conselho Fiscal de qualquer irregularidade ou indício de irregularidade, deverá ser efetuado através de carta em envelope fechado com a menção da sua confidencialidade, para a seguinte morada: Rua Manuel Pinto de Azevedo, número 818, 4100-320 Porto. Só serão aceites e tratadas denúncias anónimas a título excecional.

Importa referir que, ao longo do exercício de 2022 não foram reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade quaisquer comunicações de irregularidades.

Destaca-se neste contexto o facto de a Cofina ter passado a dispor também de um canal de denúncias disponível on-line, no seu *website*, para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de Dezembro, ao qual poderão ser dirigidas todas e quaisquer denúncias relacionadas com o âmbito de aplicação da referida lei, anónimas ou não. A Sociedade assegura e garante os necessários mecanismos de encaminhamento e tratamento das referidas denúncias, salvaguardando a estrita confidencialidade e a proteção do denunciante, nos termos legais aplicáveis.

Em 2022 não foram recebidas quaisquer denúncias para os efeitos da referida Lei.

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### **50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno**

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na COFINA, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização, inculcando-lhes tal responsabilidade em todas os processos de tomada de decisão.

A gestão de risco é levada a cabo numa lógica de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio.

A gestão ambiental, assente em critérios de sustentabilidade, e a Responsabilidade Social assumem um papel cada vez mais determinante no seio da organização, sendo que a gestão do risco é monitorizada, também nestas áreas, com cada vez maior acuidade.

A gestão de risco, apesar de não se consubstanciar num departamento formalmente constituído, está assegurada no Grupo COFINA, ao nível de cada uma das direções, que estão suficiente e aprofundadamente conscientes da necessidade de identificação e quantificação do risco associado a todas as decisões, com critérios bem definidos que lhes permitem ajuizar, de modo autónomo e em cada caso concreto, se o risco pode ser assumido pela direção ou se a decisão da sua assunção, desde logo por critérios de materialidade ou de exposição do Grupo, deve ser levada a Conselho de Administração da sociedade em causa, seja a COFINA, seja qualquer uma das suas subsidiárias. Desta forma, as equipas operacionais do Grupo atuam tendo por base critérios claros de *(i)* níveis de assunção de risco e quem deverá tomar a decisão de os assumir ou não e *(ii)* da identificação de formas de mitigação dos mesmos.

A gestão de riscos é, assim, assegurada por todas as direções da COFINA, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados, os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias direções do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da COFINA, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e, consoante o nível de exposição, é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e

- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

Cabe ao Conselho de Administração decidir, a cada momento, qual o nível de exposição assumido pelo Grupo nas suas diferentes atividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, definir limites globais de risco e assegurar que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidos.

Na monitorização do processo de gestão de risco o Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela estratégia da COFINA, tem o seguinte quadro de objetivos e responsabilidades:

- Conhecer os riscos mais significativos que afetam o Grupo;
- Assegurar a existência, no interior do Grupo, de níveis apropriados de conhecimento dos riscos que afetam as operações e forma de os gerir;
- Assegurar a divulgação da estratégia de gestão de risco a todos os níveis hierárquicos;
- Assegurar que o Grupo tem capacidade de minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos no negócio;
- Assegurar que o processo de gestão de risco é adequado e que se mantém uma monitorização rigorosa dos riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto nas operações do Grupo;
- Assegurar uma comunicação permanente com o Conselho Fiscal, dando-lhe a conhecer o nível de exposição do risco assumido e solicitando, sempre que necessário, os pareceres deste órgão que considerar necessários à tomada de decisões conscientes e informadas, assegurando que os riscos identificados e as políticas definidas, são analisados sob as perspetivas multidisciplinares que norteiam a atuação do grupo.

As subsidiárias gerem os riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidos.

O Conselho Fiscal acompanha e fiscaliza, em permanência, o desempenho do grupo nesta matéria.

Com base nesta metodologia, a COFINA tem vindo a concluir que tem conseguido garantir uma maior consciência na tomada das decisões em todos os níveis da organização, atendendo à responsabilidade inerente de cada *player* interno, o que contribui para que as pessoas se sintam mandatadas, verdadeiramente envolvidas e com uma participação ativa no desempenho da Sociedade.

A COFINA, como já por diversas vezes referiu ao longo deste Relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo que se tem vindo a revelar totalmente adequado face à sua estrutura organizativa.

## **51. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade**

Cabe ao Conselho Fiscal avaliar o funcionamento dos mecanismos de gestão de risco, e é a este órgão que são reportados os procedimentos de controlo considerados adequados à respetiva mitigação. É, assim, responsabilidade deste órgão a supervisão das ações desencadeadas na Sociedade nestas matérias e a verificação periódica de que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com o definido pelo Conselho de Administração.

O Auditor Externo, no exercício das suas funções, verifica a adequação dos mecanismos e procedimentos em causa assegurando o reporte das suas conclusões ao Conselho Fiscal.

Ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de monitorizar tais mecanismos e procedimentos.

## **52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos**

A gestão do risco é assegurada, na COFINA, por todas as direções e unidades operacionais, nos termos amplamente descritos no ponto 51 *supra*. A COFINA, como já por diversas vezes referiu também ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo

concluído, até à data, que o mesmo que se tem vindo a revelar totalmente adequado face à estrutura organizativa da Sociedade.

### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade**

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua atividade, nomeadamente ao nível das suas unidades operacionais. Destacam-se os seguintes fatores de risco financeiro, que se encontram detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas:

1. Risco de mercado:
  - 1.1 risco de taxa de juro;
  - 1.2 risco de taxa de câmbio.
2. Risco de liquidez;
3. Risco de crédito;
4. Risco de capital.

Para além dos riscos financeiros acima identificados, importa ter em consideração que o Grupo também se encontra exposto a riscos legais, fiscais e regulatórios.

A COFINA, bem como o seu negócio, dispõem de assessoria legal, fiscal e regulatória permanente, que funciona em articulação com as áreas de negócio, assegurando, preventivamente, a proteção dos interesses do Grupo no cumprimento escrupuloso das disposições legais aplicáveis às áreas de negócio da Sociedade.

Esta assessoria é igualmente apoiada a nível nacional e internacional por prestadores de serviços externos que a COFINA contrata de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, rigor e profissionalismo.

No entanto, a COFINA e as suas participadas podem vir a ser afetadas por alterações legais ocorridas tanto em Portugal como na União Europeia ou em outros países onde desenvolve as suas atividades. A COFINA não controla, naturalmente, tais alterações que, caso ocorram, poderão ter um impacto adverso nos negócios do Grupo podendo, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades no respeito e observância das disposições legais.

Por último, o Grupo encontra-se, ainda, exposto a riscos de mercado em matéria de concorrência e clientes:

#### a) Concorrência

Risco relacionado com a entrada de novos concorrentes ou reposicionamento dos atuais e com as ações que estes possam levar a cabo para conquistar mercado (introdução de novos produtos, serviços, etc.). A incapacidade em competir em áreas como o preço, gama de produtos, qualidade e serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a COFINA efetua constante *benchmarking* das ações da sua concorrência e investe em novos formatos e produtos de forma a oferecer aos seus clientes uma proposta sempre inovadora.

#### b) Clientes

Um fator fundamental de risco no setor dos *media* é a propensão dos consumidores a variarem os seus padrões de consumo, dependendo sobretudo de fatores sociais e económicos.

Os consumidores alteram frequentemente as suas preferências e expetativas, o que exige uma contínua adaptação e melhoria da oferta. Para antecipar as tendências de mercado e do consumidor, o Grupo analisa regularmente

informação sobre os comportamentos dos leitores, tendo por base estudos de mercado e de opinião de entidades independentes com elevada reputação no mercado.

#### **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos**

Tal como descrito no ponto 52, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais do Grupo, incluindo a política de gestão de risco, encontrando-se devidamente suportado pelas equipas de gestão das subsidiárias, que asseguram não só a monitorização permanente, como o reporte, ao Conselho de Administração da COFINA, das situações detetadas, no sentido de assegurar um controlo permanente e efetivo de risco.

O processo de identificação e avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos na COFINA funciona do seguinte modo:

São identificados os riscos que o Grupo enfrenta no normal desempenho da sua atividade. Em relação a todos os riscos identificados com materialidade relevante, é medido o impacto no desempenho financeiro e no valor do Grupo. Posteriormente é feito um estudo comparativo do valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis e, em consequência, é monitorizada a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura, o que decorre, mais ou menos, no respeito pela seguinte metodologia:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias unidades operacionais do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da COFINA, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e consoante o nível de exposição é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

A Sociedade tem vindo a implementar estratégias adicionais de gestão de risco que visam garantir, essencialmente, que os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, acionistas e demais *stakeholders*.

De entre essas estratégias destacam-se as seguintes:

- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis e são efetivamente aplicadas;
- A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- Os recursos da COFINA são usados de forma eficiente e racional; e
- O valor para o acionista é maximizado e a gestão operacional adota as medidas necessárias para corrigir aspetos reportados.

Decorrido que esteja todo este processo, a decisão, nesta matéria, cabe ao Conselho de Administração, na sua qualidade de órgão executivo atuando nos termos que considerar que, em cada momento, melhor asseguram os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

#### **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

Quanto ao controlo de risco no processo de divulgação de informação financeira apenas um número muito restrito de colaboradores da COFINA está envolvido no processo de divulgação de informação financeira.

Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando formalmente notificados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação.

As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

O sistema de controlo interno nas áreas da contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- A utilização de princípios contabilísticos, detalhados ao longo das notas às demonstrações financeiras, constitui uma das bases do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos da Sociedade e suas subsidiárias permitem uma garantia razoável que apenas são registadas transações devidamente autorizadas e que essas transações são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades operacionais, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um calendário de encerramento de contas e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos em profundidade;
- Ao nível das demonstrações financeiras individuais das várias empresas do grupo, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos e contabilísticos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela direção financeira de cada subsidiária. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela equipa de consolidação. Este processo constitui um elemento adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente, garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos e dos procedimentos de corte de operações assim como a verificação dos saldos e transações entre empresas do grupo;
- As demonstrações financeiras consolidadas anuais são preparadas sob a supervisão da direção financeira. Os documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria; e
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é gerido pelo Conselho de Administração e supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, estes órgãos analisam as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

No que se refere aos fatores de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro salientamos a utilização de estimativas contabilísticas que têm por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, bem como o conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes. Salientamos igualmente os saldos e as transações com partes relacionadas: no Grupo COFINA os saldos e transações com entidades relacionadas referem-se essencialmente às atividades operacionais correntes das empresas do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos remunerados a taxas de mercado.

O Conselho de Administração, em articulação com o Conselho Fiscal, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, no sentido de obviar o acesso, indevido e extemporâneo, de terceiros, à informação relevante.

#### IV. Apoio ao Investidor

##### **56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto**

Em observância das disposições legais aplicáveis, bem como dos regulamentos da CMVM nesta matéria, a COFINA assegura, sempre em primeira mão, a divulgação aos seus acionistas e ao mercado em geral, de todas as informações relativas ao negócio das empresas do grupo que se enquadram no conceito de informação privilegiada.

Desta forma, a COFINA tem vindo a assegurar, de forma permanente e tempestiva, a divulgação de informação aos seus acionistas e ao mercado em geral, no preciso momento em que a mesma assume a natureza de informação privilegiada.

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor do qual fazem parte, o Representante para as Relações com o Mercado e o *Investor Relations*.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:

Rua Luciana Stegagno Picchio, n.º 3  
1549-023 Lisboa  
Tel: + 351 21 049 42 46  
Fax: + 351 21 049 31 55  
Email: [sede@cofina.pt](mailto:sede@cofina.pt)

Através da sua página oficial na Internet ([www.cofina.pt](http://www.cofina.pt)), a COFINA disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada, bem como das suas subsidiárias. Este *website* é igualmente utilizado pela empresa para divulgação de comunicados efetuados à imprensa com indicação sobre quaisquer factos relevantes para a vida societária, os quais são sempre objeto de divulgação prévia no Sistema de Divulgação de Informação da CMVM. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas do Grupo dos últimos exercícios. A generalidade da informação é disponibilizada no *website* da Sociedade em português e inglês.

### **57. Representante para as relações com o mercado**

As funções de Representante para as Relações com o Mercado são desempenhadas por Miguel Valente e as funções de *Investor Relations* por Ricardo Mendes Ferreira.

### **58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores**

Sempre que necessário, o Representante para as Relações com o Mercado assegura a prestação de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas num prazo máximo de cinco dias úteis.

## **V. Sítio de Internet**

### **59. Endereço(s)**

A COFINA tem disponível uma página na Internet com a informação sobre a Sociedade e o Grupo. O endereço é [www.cofina.pt](http://www.cofina.pt).

### **60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais**

[www.cofina.pt \ investidores \ perfil empresarial](http://www.cofina.pt/investidores/perfil_empresarial)

### **61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões**

[www.cofina.pt \ investidores \ estatutos](http://www.cofina.pt/investidores/estatutos)  
[www.cofina.pt \ acerca da cofina \ governo da sociedade \ arquivo](http://www.cofina.pt/acerca_da_cofina/governo_da_sociedade/arquivo)



**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso**

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ acerca da cofina \ governo da sociedade \ arquivo

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ investidores \ contactos IR

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ investidores \ gabinete de apoio ao investidor

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais**

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ investidores \ relatórios financeiros

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ investidores \ calendário financeiro

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada**

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ investidores \ assembleias gerais

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes**

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt) \ investidores \ assembleias gerais

## D. RELATÓRIO DE REMUNERAÇÕES

O Conselho de Administração apresenta, de seguida, um relatório claro e compreensível, que proporciona uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídas ou devidas durante o último exercício a cada membro dos órgãos de administração e fiscalização, em conformidade com a política de remuneração referida no artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

A informação constante do presente relatório cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

O tratamento, pela Sociedade, dos dados pessoais incluídos no presente relatório sobre as remunerações tem por objetivo aumentar o seu nível de transparência quanto à remuneração dos respetivos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma a reforçar o nível de responsabilização destes últimos e a capacidade de fiscalização dos acionistas relativamente à remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

Este relatório de remunerações é submetido a apreciação na assembleia geral anual seguinte ao exercício a que diz respeito e explicita de que forma a apreciação da assembleia geral anterior foi tida em conta.

Após a assembleia geral, o relatório sobre as remunerações é publicado em [www.cofina.pt](http://www.cofina.pt), mantendo-se disponível durante, pelo menos, 10 anos.



## I. Competência para a determinação

### 66. *Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais*

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

## II. Comissão de remunerações

### 67. *Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores*

A COFINA tem, atualmente, definida uma Comissão de Remunerações, eleita em assembleia geral de acionistas para integrar um mandato de três anos, com início em 2020 e termo em 2022, e cuja composição é a seguinte:

- João da Silva Natária – Presidente
- André Seabra Ferreira Pinto – Vogal
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal

Todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes em relação aos membros do Conselho de Administração e a qualquer outro grupo de interesses.

Quanto à identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para prestar apoio a esta Comissão, importa referir que cabe nas suas atribuições a autonomia de, a expensas da Sociedade e em observância de critérios de razoabilidade no que a esta matéria diz respeito, contratar prestadores de serviços externos que, com independência, possam levar a cabo avaliações, estudos e a elaboração de relatórios que possam coadjuvar aquela comissão no exercício pleno e cabal das suas funções, nos termos melhor explicitados no ponto 68 *infra*.

Esta comissão deve apoiar-se em estudos de *benchmarking* em matéria política retributiva, assegurando que a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais está alinhadas com as melhores práticas em uso em empresas de igual relevo e dimensão.

Em 2022 não considerou esta comissão necessária a contratação de quaisquer pessoas ou entidades para apoiar as suas tomadas de decisão.

### 68. *Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações*

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Remunerações estão espelhados nos currículos disponíveis no website da Sociedade em [www.cofina.pt](http://www.cofina.pt), separador “Investidores”, Secção “Assembleias Gerais/2020/Currículos”.

A COFINA considera que a experiência e percurso profissionais dos membros que integram a Comissão de Remunerações são plenamente adequados ao exercício das funções que lhe estão cometidas, permitindo-lhes exercê-las com o rigor e com a eficácia que se exige. Sem prejuízo das qualificações dos demais membros, faz sentido destacar o Dr. João da Silva Natária, pela elevada experiência e conhecimentos específicos de que dispõe em matéria de avaliação e de política remuneratória.

Adicionalmente, e em complemento do que já se referiu no ponto 67 *supra*, sempre que tal se revela necessário, aquela comissão recorre a recursos especializados, internos ou externos, para suportar as suas deliberações.

Nessas situações, a Comissão de Remunerações decide livremente a contratação, pela COFINA, dos serviços de consultoria considerados necessários ou convenientes, tendo o cuidado de assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à COFINA ou às suas subsidiárias, sem autorização expressa da Comissão de Remunerações.

### III. Estrutura das remunerações

#### **69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários**

Tal como estipulado no artigo 26.º-B do Código dos Valores Mobiliários, é submetida à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos sociais.

De acordo com a Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e com as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance 2018 (e revisto em 2020), a aprovação anual da Política de Remuneração dos órgãos de Administração e de Fiscalização deixou de ser obrigatória tendo lugar apenas no decurso do mandato se a Emitente assim o desejar ou se pretender propor à consideração dos acionistas eventuais alterações à política em vigor.

Não obstante, a Comissão de Remunerações procede a uma análise anual sobre a adequação da Política em vigor com o intuito de propor à Assembleia Geral eventuais ajustes ou alterações que se venham a considerar necessários.

Realizada a avaliação à política de remuneração e compensação dos órgãos sociais em vigor e aos princípios base dessa política, aprovados pela Comissão de Remunerações em abril de 2021 e, posteriormente, aprovados pela Assembleia Geral anual realizada também em 2021, mantendo-se os mesmos perfeitamente atuais e adequados e não havendo necessidade de propor quaisquer alterações, deliberou esta Comissão que a declaração sobre a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da Cofina, SGPS, S.A. continuaria a vigorar até ao termo do mandato em curso.

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da COFINA, aprovada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2021, em vigor durante o ano de 2022, obedece aos seguintes princípios:

#### **PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA COFINA**

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da COFINA assenta no pressuposto de que a competência, a dedicação, a disponibilidade e a performance são os elementos determinantes de um bom desempenho, e que só com um bom desempenho é possível assegurar o necessário alinhamento com os interesses da sociedade e dos seus acionistas.

Tendo em vista o interesse, a cultura e a estratégia de longo prazo da Sociedade, a Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da COFINA visa, tal como estabelecido no artigo 26.º-C, n.º 1, do CVM, *“contribuir para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade”*:

- Atrair e reter os melhores profissionais para as funções a desempenhar, proporcionando as necessárias condições de estabilidade no exercício das funções;
- Premiar o desempenho, mediante uma remuneração adequada aos mecanismos de defesa dos interesses dos Acionistas, desincentivando a assunção excessiva de riscos, ao prever mecanismos de diferimento da remuneração variável;
- Premiar o foco na melhoria contínua, na produtividade e na criação de valor de longo prazo para os acionistas;
- Premiar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética de atividades relevantes da Sociedade.

A Política está assente em critérios que visam a sustentabilidade da Sociedade, está alinhada com o benchmarking comparável e, cumprindo os requisitos legais, assenta nos seguintes vetores:

#### Responsabilidade inerente às funções desempenhadas

As funções desempenhadas e as responsabilidades assumidas por cada membro são, necessariamente, tidas em consideração na definição da remuneração. Não estão na mesma posição todos os membros entre si o que impõe uma definição cuidadosamente casuística. Na avaliação do nível de responsabilidade deve-se considerar o tempo de dedicação, a exigência imposta pelas áreas sob a sua supervisão e as funções desempenhadas nas subsidiárias.

#### Situação económica da Sociedade

A definição das remunerações tem que ser compatível com a dimensão e capacidade económica da Sociedade, não deixando de se assegurar a adequada e justa remuneração.

#### Crítérios de mercado

A observância de regras de mercado, através de um exercício comparativo (“*benchmark*”), é essencial para retribuir adequadamente e de forma competitiva, tendo em consideração a prática do mercado de referência (a nível nacional e internacional), em condições de mercado, a atividade desenvolvida e os resultados obtidos.

#### Alinhamento de interesses da gestão com os objetivos estratégicos da Sociedade

A definição das remunerações deve assentar em critérios de avaliação de desempenho e de objetivos, de natureza financeira e não financeira, alinhados com a estratégia empresarial da Sociedade e que assegurem a efetiva sustentabilidade da Sociedade no longo prazo.

#### Compromisso ESG

Os objetivos associados à definição das remunerações devem estar associados ao desempenho da Sociedade em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG), traduzindo o compromisso de desenvolvimento sustentável, em especial no âmbito da sustentabilidade ambiental, da Sociedade, bem como o permanente cumprimento dos valores e princípios éticos da Sociedade e que constituem uma pedra angular na forma como esta se estrutura e relaciona com todos os stakeholders.

#### Condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores

As remunerações definidas devem ter em consideração as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores da Sociedade, o que é alcançado através de um exercício comparativo (“*benchmark*”) com o mercado de referência (a nível nacional e internacional), tendo por referência funções equivalentes, por forma a garantir a equidade interna e um elevado nível competitivo.

A Comissão de Remunerações COFINA entende que estes princípios estão de acordo com o quadro legislativo e recomendatório em vigor, refletindo, de igual modo, aquela que é a visão da Sociedade sobre esta matéria.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A Comissão de Remunerações COFINA, em linha com o modelo organizativo da Sociedade e os princípios acima descritos, teve em consideração as seguintes medidas:

- i. reforço da necessidade de manutenção de um processo de definição de objetivos e avaliação de desempenho;
- ii. assegurar a coerência entre os objetivos quantitativos e qualitativos;

- iii. garantir que os objetivos quantitativos dos Administradores estão alinhados com os objetivos quantitativos dos quadros mais relevantes da Sociedade.

A remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder os € 1.100.000,00 Euros por ano.

### 1) Administradores Não Executivos

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração corresponde a uma retribuição mensal fixa, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, tendo carácter exclusivamente fixo.

A remuneração individual de qualquer administrador não executivo não pode ultrapassar os 80.000 euros/ano, tendo carácter exclusivamente fixo.

### 2) Administração Executiva

A remuneração dos Administradores Executivos da COFINA integra duas componentes:

- a. Componente fixa, valor pago mensalmente.
- a. Componente variável, que inclui um prémio variável de médio prazo.

A componente variável destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas e será calculada cobrindo o período completo de um mandato, correspondente ao período compreendido entre 2020 e 2022, tendo como base:

- Retorno total para o acionista (valorização de ação mais dividendo distribuído)
- Somatório dos resultados líquidos dos 3 anos (2020 a 2022)
- Evolução dos negócios do Grupo

O valor total da componente de médio prazo não pode ser superior a 50% da remuneração fixa auferida durante o período dos 3 anos.

A componente variável (de curto prazo e de médio prazo) é apurada de acordo com o desempenho individual de cada administrador executivo, tendo em conta a respetiva avaliação individual anual, de acordo com os objetivos quantitativos (de natureza financeira e não financeira) e qualitativos previamente definidos.

Os objetivos quantitativos e qualitativos são, por natureza, de longo prazo e, portanto, têm um calendário que se pode estender por um ou mais anos.

Os objetivos individuais quantitativos devem refletir o desempenho financeiro da Sociedade, nomeadamente o seu crescimento e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros deverão ter em linha de conta os objetivos estratégicos da Sociedade, em especial a evolução do volume de negócios e dos resultados da Sociedade e a solidez financeira e de capital da Sociedade.

Os objetivos individuais qualitativos devem refletir o atingimento dos indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo.

O processo de avaliação de desempenho individual de cada administrador executivo é anual, devendo ser suportado em evidências concretas, disponibilizadas à Comissão de Remunerações da COFINA.

Em face das diferentes áreas de negócio abrangidas pela Sociedade, julga-se adequado que o pagamento da remuneração dos administradores executivos, na componente fixa e/ou na componente variável, possa ser repartido entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração sejam por eles integrados, de acordo com os termos que venham a ser definidos pela Comissão de Remunerações da COFINA.

Desta forma, e com base nas medidas acima elencadas, é entendimento da Comissão de Remunerações COFINA que a remuneração dos administradores executivos (e, bem assim, dos administradores não executivos) é adequada e, tal como estabelecido no artigo 26.º-C, n.º 1, do CVM, “*contribui[r] para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade*”.

## CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será baseada em valores anuais fixos, em níveis considerados adequados para funções similares.

## ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração da mesa da Assembleia Geral será exclusivamente fixa e seguirá as práticas de mercado.

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas terá uma remuneração fixa adequada ao exercício das suas funções e de acordo com a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

## NÚMERO DE AÇÕES E OPÇÕES CONCEDIDAS

Não se encontra em vigor nem está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de ações ou opções, ou qualquer outro sistema de incentivos em ações ou opções.

## COMPENSAÇÃO PELA CESSAÇÃO DE FUNÇÕES ANTES OU NO TERMO DOS RESPECTIVOS MANDATOS E RESTITUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, genericamente, não existem condições compensatórias adicionais às legalmente estabelecidas, exceto no caso de existência de contrato de administração que, sobre esta matéria, possa contemplar condições particulares.

Não existem na Sociedade mecanismos que prevejam a possibilidade de solicitar a restituição, a administradores, de remuneração variável.

Não foram pagas, em 2022, quaisquer indemnizações a ex-membros do Conselho de Administração, ou membros dos demais órgãos sociais, por cessação das suas funções.

## ABRANGÊNCIA DOS PRINCÍPIOS

Os princípios a que obedecem as políticas de remuneração e compensação constantes da presente declaração abrangem não só o conjunto das remunerações pagas pela COFINA mas também as remunerações que aos seus membros do Conselho de Administração sejam pagas por sociedades por ela direta ou indiretamente controladas.

**70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos**

A política de remuneração dos administradores executivos visa assegurar uma contrapartida adequada e rigorosa do desempenho e contribuição de cada administrador para o sucesso da organização, alinhando os interesses dos

administradores executivos com os dos Acionistas e da Sociedade. Adicionalmente, a política de remuneração prevê uma componente variável de médio prazo, indexada ao desempenho da Sociedade, destinada a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos Acionistas e com os interesses de longo prazo da Sociedade.

As propostas de remuneração dos administradores executivos são elaboradas, tendo em conta: *(i)* as funções desempenhadas na COFINA e nas diferentes subsidiárias; *(ii)* a responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho individual; *(iii)* o conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função; *(iv)* a situação económica da Empresa; *(v)* a remuneração auferida em empresas do mesmo setor e outras sociedades cotadas na *Euronext Lisbon*. Em relação a este último aspeto, a Comissão de Remunerações tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente cotadas na *Euronext Lisbon*, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes à COFINA.

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual da remuneração dos administradores, do desempenho da Sociedade e da remuneração média de trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresenta-se do seguinte modo:

Variações Anuais	2018 vs. 2017	2019 vs. 2018	2020 vs. 2019	2021 vs. 2020	2022 vs. 2021
<b>Remunerações dos Administradores Executivos</b>					
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	N/A	100,00 %	— %	— %	— %
João Manuel Matos Borges de Oliveira	N/A	100,00 %	— %	— %	— %
<b>Remunerações dos Administradores Não Executivos</b>					
Domingos José Vieira de Matos	N/A	100,00 %	— %	— %	— %
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	N/A	100,00 %	— %	— %	— %
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	N/A	100,00 %	— %	— %	— %
Laurentina da Silva Martins	N/A	N/A	N/A	N/A	— %
Alda Maria Farinha dos Santos Delgado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Luís Manuel Castilho Godinho Santana	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Desempenho da Sociedade</b>					
EBITDA	30,16 %	18,72 %	(40,13 %)	38,01 %	(35,41 %)
Receitas <sup>(1)</sup>	(0,47 %)	(1,42 %)	(18,84 %)	6,17 %	0,25 %
Resultado Líquido	31,31 %	7,46 %	(77,78 %)	165,87 %	147,40 %
<b>Remuneração Média dos Trabalhadores em Termos Equivalentes a Tempo Inteiro</b>					
Trabalhadores do Grupo	3,15 %	(0,31 %)	(1,21 %)	5,49 %	3,39 %

<sup>(1)</sup> Receitas = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

Importa recordar a este propósito que, em 2017, os membros do Conselho de Administração, atentas as condições adversas do mercado em que a COFINA operava, deixaram de auferir qualquer remuneração pelo exercício dos seus cargos em todas as empresas do Grupo Cofina.

## **71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente**

Na Assembleia Geral de 30 de abril de 2021 foi aprovada a política de remunerações conforme detalhado no ponto 69 acima a qual prevê uma componente variável de curto prazo e de médio prazo.

Não estão previstos mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que coloquem em causa a razão de ser da remuneração variável. Contudo, a Comissão de Remunerações tem em conta estes fatores nos critérios de determinação da remuneração variável.

A Sociedade não celebrou quaisquer contratos com membros do Conselho de Administração que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração, nem tem conhecimento de que existam contratos idênticos celebrados com terceiros.

## **72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento**

A informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento encontra-se desenvolvida no ponto 69. do presente Relatório.

## **73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações**

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em que haja lugar à atribuição de ações ou outro sistema de incentivos em ações, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

## **74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções**

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em que haja lugar à atribuição de opções ou outro sistema de incentivos em opções, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

## **75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários**

A COFINA não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários para além da remuneração variável, nos termos descritos *supra*.

## **76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais**

A COFINA não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

## **IV. Divulgação das remunerações**

## **77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem**

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, explicita-se que as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da COFINA durante o ano de 2022, no exercício das suas funções, incluíram apenas remunerações fixas e foram pagas diretamente pela COFINA e não por qualquer das suas subsidiárias. O montante ascendeu a 272.000,00 Euros repartido como segue: Paulo



---

Fernandes – 80.000 Euros; João Borges de Oliveira – 80.000 Euros; Domingos Matos – 28.000 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 28.000 Euros; Ana Mendonça – 28.000 Euros; Laurentina Martins – 28.000,00 euros.

***78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum***

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração foram integralmente pagas pela COFINA, não existindo, por referência a 31 de dezembro de 2022, administradores remunerados por outras sociedades do Grupo.

***79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos***

Durante o exercício não foram pagas quaisquer remunerações a título de participação nos lucros ou sob a forma de prémios.

***80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício***

Durante o exercício não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

***81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade***

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código de Valores Mobiliários, clarifica-se que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo baseado na situação da COFINA e nas práticas correntes de mercado em sociedade de igual relevo e dimensão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a remuneração dos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 28.620 Euros distribuída como segue: António Pinho – 12.000 Euros; Pedro Pessanha – 8.310 Euros; Ana Paula Pinho – 8.310 Euros.

A remuneração auferida pelo revisor oficial de contas encontra-se descrita no ponto 47 acima.

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual da remuneração do Conselho Fiscal, do desempenho da Sociedade e da remuneração média de trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresenta-se do seguinte modo:



Variações Anuais	2018 vs. 2017	2019 vs. 2018	2020 vs. 2019	2021 vs. 2020	2022 vs. 2021
<b>Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal</b>					
Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa	20,00 %	25,00 %	(20,00 %)	(30,75 %)	— %
António Luís Isidro de Pinho	N/A	— %	— %	44,40 %	— %
Ana Paula dos Santos Silva e Pinho	N/A	N/A	N/A	N/A	— %
Guilherme Paulo Aires da Mota Correia Monteiro	N/A	— %	N/A	N/A	N/A
André Seabra Ferreira Pinto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
José Guilherme Barros Silva	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Desempenho da Sociedade</b>					
EBITDA	30,16 %	18,72 %	(40,13 %)	38,01 %	(35,41 %)
Receitas <sup>(1)</sup>	(0,47 %)	(1,42 %)	(18,84 %)	6,17 %	0,25 %
Resultado Líquido	31,31 %	7,46 %	(77,78 %)	165,87 %	147,40 %
<b>Remuneração Média dos Trabalhadores em Termos Equivalentes a Tempo Inteiro</b>					
Trabalhadores do Grupo	3,15%	(0,31 %)	(1,21 %)	5,49 %	3,39 %

<sup>(1)</sup> Receitas = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

## 82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do presidente da mesa da Assembleia-Geral relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 3.500 Euros e a remuneração da secretária da mesa ascendeu a 1.500 Euros.

## V. Acordos com implicações remuneratórias

### 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

A política de remunerações mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

### 84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou outros dirigentes da COFINA, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R do CVM, que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. Não se encontram igualmente previstos acordos com os administradores no sentido de assegurar qualquer compensação em caso de não recondução no mandato.

## VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

### **85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários**

A COFINA não possui plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código de Valores Mobiliários.

### **86. Caracterização do plano**

A COFINA não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações de aquisição de ações.

### **87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa**

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da Sociedade, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código de Valores Mobiliários.

### **88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes**

Não aplicável conforme exposto acima.

## **E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

### **I. Mecanismos e procedimentos de controlo**

### **89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas**

A Sociedade aprovou, por deliberação do Conselho de Administração do dia 24 de novembro de 2022, após parecer prévio favorável do Conselho Fiscal emitido no dia 21 de novembro de 2022, uma revisão do Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, e que se encontra disponível no sítio da Sociedade ([http://www.cofina.pt/about-cofina/corporate-governance/governance.aspx?sc\\_lang=pt-pt](http://www.cofina.pt/about-cofina/corporate-governance/governance.aspx?sc_lang=pt-pt)).

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários.

O seu parecer é, naturalmente, vinculativo.

Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência.

Importa ainda referir que a Sociedade presta, pelo menos trimestralmente, ao Conselho Fiscal todas as informações que este solicite, incluindo nomeadamente o reporte sobre transações com partes relacionadas, nunca tendo estado em causa a realização de qualquer transação que pudesse pôr em causa o rigor e a transparência que pauta a atuação da Sociedade, sem que tivesse sido observado o procedimento de solicitação de parecer prévio ao Conselho Fiscal.

## **90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência**

No exercício de 2022 não foram realizados quaisquer outros negócios ou transações comerciais significativas entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, e que tenham sido objeto de notificação à Sociedade.

Refira-se, adicionalmente, que não se concretizaram quaisquer negócios ou transações com membros do Conselho Fiscal.

As transações levadas a cabo pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de Grupo não assumem materialidade digna de registo, tendo, no entanto, sido efetuadas em condições normais de mercado e, sendo todas elas enquadráveis da atividade corrente da Sociedade, não merecem ser alvo de divulgação separada.

## **91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação**

As transações com administradores da COFINA ou com sociedades que estejam em relação de grupo ou domínio com aquela em que o interveniente seja administrador, independentemente do montante, estão sempre sujeitas à autorização prévia do Conselho de Administração, no pressuposto de que tenha sido emitido parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos prescritos pelo artigo 397.º do CSC.

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

Em 2022 não foi necessário o Conselho Fiscal emitir qualquer parecer dado que não ocorreram transações passíveis de serem sujeitas à apreciação daquele órgão.

## **II. Elementos relativos aos negócios**

## **92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 29 das Notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na nota 18 das Notas anexas às Demonstrações Financeiras Separadas da Sociedade.

---

## PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O presente relatório de governo da Sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na COFINA, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria.

A avaliação apresentada cumpre as exigências legais do artigo 29.º-H do CVM, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, o grau de observância das Recomendações do IPCG integradas no Código de Governo das Sociedades do IPCG, uma vez ser este o Código de Governo da Sociedade adotado pela Sociedade.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, assim como pelo artigo 447.º do CSC, pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, de 2 de outubro de 2008, e pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

Todas as disposições legais mencionadas no presente Relatório e as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, poderão ser consultadas em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [https://cam.cgov.pt/images/ficheiros/2020/revisao\\_codigo\\_pt\\_2018\\_ebook-05.11.2020.pdf](https://cam.cgov.pt/images/ficheiros/2020/revisao_codigo_pt_2018_ebook-05.11.2020.pdf), respetivamente.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Separadas e consolidadas relativas ao exercício social de 2022, bem como com o Relatório de Sustentabilidade que dá cumprimento ao disposto no artigo 66.º-B do CSC, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

### 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A COFINA tem vindo a incentivar e a promover todas as ações tendentes à adoção das melhores práticas de *Corporate Governance*, pautando a sua política por elevados padrões éticos e de responsabilidade social, ambiental e com decisões cada vez mais assentes em critérios de sustentabilidade.

A gestão integrada e eficaz do grupo é um designio do Conselho de Administração da COFINA que, estimulando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses dos acionistas, dos colaboradores da Sociedade e demais *Stakeholders*.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º-H do CVM, elencam-se, de seguida as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG a cujo cumprimento a Sociedade se propôs.

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
<b>Capítulo I — Parte Geral</b>		
<p><b>Princípio geral:</b> O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.</p>		
<b>I.1. Relação da sociedade com investidores e informação</b>		
<p><b>Princípio:</b> <i>As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação</i></p>		
<b>Recomendação</b>		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 21, 38, 56 a 65
<b>I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade</b>		
<b>Princípios:</b>		
<i>I.2.A As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas</i>		
<i>I.2.B As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões</i>		
<i>I.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros</i>		
<b>Recomendações</b>		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 15, 19, 26, 33 e 36
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 22, 27, 29, 34 e 61
I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 23, 29 e 35

I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 38 e 49
<b>I.3. Relação entre órgãos da sociedade</b>		
<b>Princípio:</b> <i>Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções</i>		
<b>Recomendações</b>		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 18, 28, 38 e 59 a 65
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 18, 23, 28, 38
<b>I.4. Conflitos de interesses</b>		
<b>Princípio:</b> <i>Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão</i>		
<b>Recomendações</b>		
I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 20
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 20
<b>I.5. Transações com partes relacionadas</b>		

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

Governo da Sociedade

## *Princípio:*

*Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização*

## **Recomendações**

<i>I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas</i>	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 89
<i>I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral</i>	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 89

Capítulo II — Acionistas e Assembleia Geral		
<i>Princípios:</i>		
<i>II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social</i>		
<i>II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.</i>		
<i>II.C A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia</i>		
Recomendações		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão	<b>Parcialmente Adotada</b>	Parte 1, ponto 12 clarificação sobre recomendação parcialmente adotada infra
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica	<b>Parcialmente Adotada</b>	Parte 1, ponto 12 clarificação sobre recomendação parcialmente adotada infra
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 4 e 84
Capítulo III — Administração Não Executiva e Fiscalização		
<i>Princípios:</i>		
<i>III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade</i>		



*III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais*

*III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade*

#### Recomendações

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	<b>Não adotada</b>	Clarificação sobre recomendação não adotada infra
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 18 e 31
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 17 e 18

<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p>Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas</p>	<b>Não adotada</b>	Clarificação sobre recomendação não adotada infra
<p>III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).</p>	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
<p>III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração</p>	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 15 e 38

III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias	Adotada	Parte 1, Pontos 27 e 29
<b>Capítulo IV — Administração Executiva</b>		
<b>Princípios:</b>		
<i>IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável</i>		
<i>IV.B Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderados, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.</i>		
<b>Recomendações</b>		

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo	<b>Adotada</b>	Clarificação sobre recomendação adotada infra
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 21 e 28
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 21, 50 e 54
<b>Capítulo V — Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações</b>		
<b>V.1 Avaliação anual de desempenho</b>		
<i>Princípio:</i>		
<i>A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio</i>		
<b>Recomendações</b>		
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade	<b>Adotada</b>	Clarificação sobre recomendação adotada infra

V.2 Remunerações		
<b>Princípio:</b>		
V.2.A A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade		
V.2.B Os administradores devem receber uma remuneração: que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade; que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e que premeie o desempenho.		
Recomendações		
V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
V.2.4 A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 24
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 67
V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 67 e 68

V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 69 a 76
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade	<b>Adotada</b>	Parte 1, ponto 69
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor	<b>Adotada</b>	Clarificação sobre recomendação adotada infra
<b>V.3 Nomeações</b>		
<i>Princípio:</i>		
<i>Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar</i>		
<b>Recomendações</b>		
V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato	<b>Adotada</b>	Parte 1, pontos 16, 19, 22, 29, 31 e 33
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género	<b>Recomendação não aplicável</b>	Clarificação sobre recomendação não aplicável infra
<b>Capítulo VI — Controlo Interno</b>		
<i>Princípio:</i>		
<i>Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida</i>		

Recomendações		
VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos	Adotada	Parte 1, pontos 21, 51 a 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Adotada	Parte 1, ponto 51
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29, 38 e 50 a 55
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento	Adotada	Parte 1, pontos 50 a 55
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido	Adotada	Parte 1, pontos 38 e 50 a 55
<b>Capítulo VII — Informação Financeira</b>		
VII.1 Informação Financeira		
<i>Princípios:</i>		

*VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna*

*VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas*

#### Recomendações

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada	<b>Adotada</b>	parte 1, pontos 34 e 38
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------	-------------------------

#### VII.2 Revisão Legal de Contas e Fiscalização

##### Princípio:

*Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem*

#### Recomendações

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	<b>Adotada</b>	parte 1, pontos 34, 37, 38 e 42 a 47
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços	<b>Adotada</b>	parte 1, pontos 37 e 38
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito	<b>Adotada</b>	parte 1, pontos 37 e 38

- **Recomendação II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica**

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere ao voto por via eletrónica, a Sociedade não desencadeou os mecanismos necessários à sua implementação (i) porque essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista e (ii) por considerar que tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.



A COFINA tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas Assembleias Gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta iteração tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

- **Recomendação II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica**

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere à possibilidade de realização da Assembleia Geral por meios telemáticos, a Sociedade não desencadeou os mecanismos necessários à sua implementação porque (i) essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista, (ii) os custos de implementação dos meios telemáticos são elevados e (iii) tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

Remetendo e reforçando para o que se acabou de referir no ponto anterior, a COFINA tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta iteração tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Desta forma, entende-se que estão já assegurados todos os meios necessários e adequados a assegurar a participação na Assembleia Geral.

- **Recomendação II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione**

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

- **Recomendação III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independent director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.**

Atendendo à dimensão e à estrutura da Sociedade, tendo sobretudo em conta a concentração da respetiva estrutura de capital e o número total de administradores que integram o Conselho, que é de apenas seis, e tendo ainda em conta a performance de atuação do atual presidente do Conselho que se tem revelado perfeitamente adequada e alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus acionistas, a COFINA considera que a designação de um Lead Independent Director apenas para efeitos de cumprimento de um critério meramente formal não acrescentaria valor relevante.

- **Recomendação III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência.**

**Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:**

- (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;**
- (ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;**
- (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;**
- (iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;**
- (v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;**
- (vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas**

A sociedade não dispõe de um terço de administradores independentes, mas considera que a sua estrutura de Gestão está alinhada com as melhores práticas na medida em que tem estabelecidos mecanismos tendentes a permitir aos administradores não executivos, tomadas de decisão independentes e informadas, tais como:

- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Disponibilização dos livros de atas, registos, documentos e restantes antecedentes de operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

A Sociedade ponderou e refletiu sobre este circunstancialismo considerando, por um lado, o modelo societário adotado e, por outro, a composição e o modo de funcionamento dos seus órgãos sociais como um todo, (nomeadamente o Conselho de Administração enquanto órgão colegial, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, com a independência que lhes é inerente) tendo concluído que a eventual designação, por razões meramente formais, de administradores independentes, não traria valias significativas para o desempenho da Sociedade, ou para um (eventual) melhor funcionamento do modelo adotado, considerando que quer aquele, quer este, que se têm vindo a revelar positivos, pertinentes, adequados e eficientes.

Acrescente-se que o relatório de gestão inclui, a “Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos administradores não executivos durante o exercício de 2022.

- **Recomendação III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period)**

A Sociedade não tem nenhum administrador na circunstância descrita.

- **Recomendação IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo**

A COFINA, considerando a sua estrutura organizativa, e a reduzida dimensão do Conselho de Administração que é composto por seis membros, entende desnecessária uma designação formal de uma Comissão Executiva no seio do Conselho de Administração.

No entanto, e tal como referido no ponto 28 do presente Relatório, dos 6 membros que integram o Conselho de Administração, 2 desempenham funções de cariz executivo - mais prático ou operacional –, pelo que se considera que estão garantidas as condições necessárias para que as decisões relativas a matérias estratégicas sejam, tal como são, tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções, de forma esclarecida e informada, totalmente focada na criação de valor para os acionistas.

- **Recomendação V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade**

A avaliação do desempenho do Conselho de Administração, é submetida à apreciação da Assembleia Geral nos termos da lei, tendo por referência o cumprimento do plano estratégico e orçamento da Sociedade, a sua gestão de riscos, funcionamento interno e as suas relações com os demais órgãos da Sociedade. O Conselho de Administração não elege um momento para, formalmente, proceder de forma documentada a essa autoavaliação, mas essa autoavaliação é feita regularmente, num órgão que reúne, pelo menos uma vez por trimestre, e que leva a cabo um acompanhamento tão próximo e regular da atividade da sociedade, que traduz a justeza e adequação da atuação do órgão.

Adicionalmente, e como previsto no CSC (artigo 376.º), a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade.

- **Recomendação V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações**

A política de remunerações aprovada não prevê um sistema de benefícios de pensões ou pagamento compensações.

- **Recomendação V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos**

A componente variável da retribuição da Sociedade não contempla a atribuição de opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações.

- **Recomendação V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor**

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Remunerações estabelece que a remuneração individual de qualquer administrador não executivo tem carácter exclusivamente fixo.

- **Recomendação V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações**

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

- **Recomendação V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes**

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

- **Recomendação V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género**

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

### 3. Outras informações

Em linha com o que vem sendo dito, a COFINA gostaria de fazer notar que, das sessenta recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, o número adotado é muito significativo, o que se materializa numa gestão diligente e cautelosa, absolutamente focada na criação de valor para a Sociedade e, consequentemente, para os acionistas.

## ANEXO I

### QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

#### 1. Conselho de Administração

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração:

#### **Paulo Jorge dos Santos Fernandes**

É licenciado em Engenharia Eletrónica pela Universidade do Porto, tendo posteriormente concluído um MBA na Universidade Nova de Lisboa.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador desde então. A atividade da Ramada Investimentos inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual é acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido, sempre com funções executivas (*Chairman* e CEO), na construção e gestão do grupo desde a sua criação, que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador (atualmente co-Vice-Presidente), tendo assumindo funções executivas na construção do grupo desde a sua fundação e até 2020, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e também enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da participada da ALTRI, à data subsidiária, GreenVolt, através de uma operação bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais portugueses. É também acionista e administrador não executivo. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1994	Iniciou a sua atividade profissional na CORTAL, tendo chegado a Presidente em 1994
1995	Administrador da CRISAL - CRISTAIS DE ALCobaça, S.A.
1997	Administrador do Grupo Vista Alegre, S.A.
1997	Presidente do Conselho de Administração da ATLANTIS - Cristais de Alcobaça, S.A.
2000/2001	Administrador da SIC

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções em diversas associações:

1989/1994	Presidente da FEMB (Fédération Européenne de Mobilier de Bureau) para Portugal
1989/1990	Presidente da Assembleia Geral Assoc. Industr. Águeda
1991/1993	Membro do Conselho Consultivo Assoc. Ind. Portuense
Desde 2005	Membro do Conselho Superior da Associação do Antigos Alunos de MBA
2013/2016	Presidente da Mesa do Conselho Fiscal do BCSD
Desde 2006	Membro do Conselho Consultivo em Engenharia e Gestão do IST
2016/2020	Membro do Conselho da CELPA – Associação da Indústria Papeleira

Em 31 de dezembro de 2022, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Actium Capital, S.A. (a)
- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Articulado – Actividades Imobiliárias, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofina Media, S.A.
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)

Em 31 de dezembro de 2022, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

- Fisio Share - Gestão De Clínicas, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### João Manuel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, tendo concluído o MBA do INSEAD.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador executivo (*Chairman* e CEO) desde então. A atividade da Ramada Investimentos inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual é acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido, na construção e gestão do grupo desde a sua criação, que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador (atualmente co-Vice-Presidente), tendo assumindo funções executivas na construção do grupo desde a sua fundação e até 2020, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e também enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da participaa da ALTRI, à data subsidiária, GreenVolt, através de uma operação bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1983	Adjunto do Diretor de Produção da Cortal
1984/1985	Diretor de Produção da Cortal
1987/1989	Diretor de Marketing da Cortal
1989/1994	Diretor Geral da Cortal
1989/1995	Vice-presidente do Conselho de Administração da Cortal
1989/1994	Administrador da Seldex
1996/2000	Administrador não executivo da Atlantis, S.A.
1997/2000	Administrador não executivo da Vista Alegre, S.A.
1998/1999	Administrador da Efacec Capital, SGPS, S.A.
2008/2015	Presidente do Conselho Fiscal da Porto Business School
2008/2011	Administrador não executivo da Zon Multimédia, SGPS, S.A.
2011/2013	Membro do ISCTE-IUL CFO Advisory Forum
Desde 2019	Membro da Comissão de Remunerações da Fundação de Serralves

Em 31 de dezembro de 2022, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Caderno Azul, S.A. (a)
- Cofina Media, S.A.
- Cofihold, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (a)

## RELATÓRIO E CONTAS 2022

Governo da Sociedade

---

- Indaz, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Universal – Afir, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.



## Domingos José Vieira de Matos

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo iniciado atividades de gestão em 1978.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador desde então. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual é acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido na construção e gestão do grupo desde a sua fundação, que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador, e tendo participado na construção do grupo desde a sua fundação, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e também enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da participada da ALTRI, à data subsidiária, GreenVolt, através de uma operação bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1978/1994	Administrador da Cortal, S.A.
1983	Sócio-Fundador da Promede – Produtos Médicos, S.A.
1998/2000	Administrador da Electro Cerâmica, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (a)
- Livrefluxo, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A. (a)
- Universal - Afir, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto. Em 2000 concluiu o Executive MBA no Instituto Empresarial Portuense em parceria com a ESADE-Business School de Barcelona, atualmente Católica Porto Business School. Em 2009 fez o Curso de Avaliação de Empresas na EGE- Escola de Gestão Empresarial.

É acionista e administrador da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinariação e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também acionista e administrador da COFINA, grupo que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente acionista e administrador da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da participada da ALTRI, à data subsidiária, GreenVolt, através de uma operação bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1986/2000	Assessor de gerência de FERÁGUEDA, Lda.
1992	Gerente da Bemel, Lda.
1997/1999	Assistente de Direção da GALAN, Lda.
1999/2000	Adjunto de Direção do Departamento de Serras e Ferramentas da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2000	Diretor do Departamento de Serras e Ferramentas de F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2006	Administrador da Universal Afir, Aços Especiais e Ferramentas, S.A.
2009	Administrador da F. Ramada - Investimentos, S.G.P.S., S.A.
2014	Administrador da Altri, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Universal - Afir, S.A. (a)
- Valor Autêntico, S.A. (a)
- Título Singular, S.A. (a)
- 1 Thing, Investments, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### Ana Rebelo de Carvalho Menéres de **Mendonça**

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa.

É acionista e administradora da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também acionista e administradora da COFINA, grupo que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente acionista e administradora da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e enquanto uma das fundadoras, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da participada da ALTRI, à data subsidiária, GreenVolt, através de uma operação bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administradora. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1995	Jornalista na área de economia do jornal Semanário Económico
1996	Departamento Comercial do Citibank
1996	Administradora da Promendo, S.A.
2009	Administradora da PROMENDO, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (a)
- Promendo Investimentos, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### **Laurentina da Silva Martins**

Com formação em Finanças e Administração no Instituto Superior do Porto. Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

A sua experiência profissional inclui:

1965/1990	Adjunta da Direção Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
1990/2011	Diretora Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
2001/2012	Administradora da Cofina Media, S.G.P.S., S.A.
2001/2011	Administradora da Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
2004/2012	Administradora da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
2005/2011	Administradora da Silvicaima – Sociedade Silvícola do Caima, S.A. (atual Altri Florestal, S.A.)
2006/2020	Administradora da EDP – Produção Bioelétrica, S.A./ Bioelétrica da Foz

Em 31 de dezembro de 2022, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### 2. Conselho Fiscal

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Fiscal:

#### **António Luís Isidro de Pinho**

##### Habilitações:

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1973 – 1978)

Licenciado em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1986 – 1989)

Revisor Oficial de Contas, desde 1987

Membro da Ordem dos Economistas, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais.

##### Experiência profissional:

Vasta experiência profissional essencialmente em auditoria externa, mas também na direção financeira de diversas Empresas e em consultadoria de gestão.

Início da atividade profissional em 1976 na Lacticoop, como estagiário.

Ingresso na Gremetal, em Janeiro de 1979, como quadro do departamento financeiro da empresa, tendo participado na construção da Refinaria de Sines.

Auditor na Arthur Andersen & Co de Janeiro de 1982 até Dezembro de 1986, desempenhando na fase final as funções de *Manager* de Auditoria.

De 1987 a 1991 integrou os quadros do grupo SOPORCEL, tendo desempenhado as funções de Auditor Interno da Soporcel, Diretor Financeiro da Emporsil (empresa florestal do grupo) e de responsável pelo Departamento de Aquisição de Terras.

De 1991 a 1996 foi membro da Direção Executiva da SOCTIP, gráfica líder no seu segmento de mercado, tendo a seu cargo a área administrativa e financeira e da empresa.

De 1996 até à data exerce funções de Revisor Oficial de Contas em *full-time*.

Entre outubro de 1997 e Novembro de 2008, integrou os quadros da Moore Stephens, como sócio da A.Gonçalves Monteiro & Associados, SROC, sociedade que foi posteriormente transformada na atual Kreston & Associados, SROC.

Exerce atualmente funções de Fiscal Único, membro do Conselho Fiscal ou de Auditor Externo, em várias empresas de dimensão significativa e de diferentes sectores da atividade económica, sendo, como Sócio-gerente da Kreston, responsável pela revisão legal das contas de diversas empresas industriais, comerciais e de serviços.

Além das funções técnicas de Auditor, exerce também o cargo de responsável pelo Controlo de Qualidade da firma e de controlador-relator da Comissão de Controlo de Qualidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

##### Outros cargos em exercício:

Vogal do Conselho Fiscal da Altri, SGPS, S.A. (a)

Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### **Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha Da Costa**

#### Habilitações:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981  
Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

#### Experiência profissional:

Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983  
Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010  
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português de Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.  
Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa  
Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais  
Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

#### Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)  
Vogal da Comissão de Remunerações da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da Sandeman & CA, S.A. (a)  
Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)

Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)

Sócio da Abreu Advogados – Sociedade de Advogados, SP, RL. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

## Ana Paula dos Santos Silva e Pinho

Habilitações: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto  
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.374)  
Pós-graduação em Finanças e Fiscalidade – Porto Business School  
Pós-graduação em Direito Fiscal – Faculdade de Direito da Universidade do Porto

### Experiência profissional:

Entre setembro de 2001 e setembro de 2010      Auditora na Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e posteriormente, como Manager)

Entre outubro de 2010 e outubro de 2019      Manager no Corporate Centre do Grupo Altri com responsabilidades ao nível do reporte de informação financeira, consolidação de contas e fiscalidade

Entre novembro de 2019 e fevereiro de 2023      Head of accounting do centro de serviços partilhados da MC Sonae

Desde fevereiro de 2023      Senior Head of financial accounting & controllership na Farfetch

### Outros cargos em exercício:

Vogal do Conselho Fiscal da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)

Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

## **André Seabra Ferreira Pinto**

### Habilitações:

Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense  
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)  
MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

### Experiência profissional:

Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do *staff* e desde setembro de 2004 como *Manager*)  
Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, *Senior Manager* do departamento de *Corporate Finance - Transaction Services* da Deloitte Consultores  
Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)  
Entre Abril de 2013 e Fevereiro de 2022, administrador (CFO) do Grupo Mecwide  
Desde Março de 2022, passou a assumir a função de CEO do Grupo Mecwide (a)  
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)

### Outros cargos em exercício:

Vogal da Comissão de Remunerações da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)  
Suplente do Conselho Fiscal da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.



### 3. Comissão de Remunerações

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros da Comissão de Remunerações:

#### **João da Silva Natária**

Habilitações: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa

#### Experiência profissional:

1979	Diretor-Geral da Filial de Luanda/Viana da F. Ramada, por nomeação conjunta da Administração e do Ministério da Indústria de Angola
1983	Diretor do Departamento de Poliéster e Botões da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1984/2000	Diretor de Recursos Humanos da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1993/1995	Administrador da Universal – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.
2000/2018	Advogado em nome individual especializado em Direito do Trabalho e Direito da Família
	Reformado

#### Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Celbi, S.A. (a)  
Presidente da Comissão de Remunerações da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

### **Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha Da Costa**

#### Habilitações:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981  
Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

#### Experiência profissional:

Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983  
Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010  
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português de Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.  
Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa  
Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais  
Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

#### Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)  
Vogal da Comissão de Remunerações da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da Sandeman & CA, S.A. (a)  
Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)  
Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)

Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)  
Sócio da Abreu Advogados – Sociedade de Advogados, SP, RL. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

## **André Seabra Ferreira Pinto**

### Habilitações:

Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense  
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)  
MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

### Experiência profissional:

Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do *staff* e desde setembro de 2004 como *Manager*)  
Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, *Senior Manager* do departamento de *Corporate Finance - Transaction Services* da Deloitte Consultores  
Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)  
Entre Abril de 2013 e Fevereiro de 2022, administrador (CFO) do Grupo Mecwide  
Desde Março de 2022, passou a assumir a função de CEO do Grupo Mecwide (a)  
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)

### Outros cargos em exercício:

Vogal da Comissão de Remunerações da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)  
Suplente do Conselho Fiscal da Altri, S.G.P.S., S.A. (a)  
Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2022, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Cofina, S.G.P.S., S.A.

# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

31 de dezembro de 2022

## Índice

### **A Cofina em 2022**

### **Mensagem do Presidente do Conselho de Administração**

### **Sobre a Cofina**

Missão, Visão e Valores

História

Áreas de Negócio | Produtos e Serviços

Inovação e Tecnologia

### **Agir com Responsabilidade**

Criar valor para os *stakeholders*

Materialidade

*Governance*, Gestão do Risco e *Compliance*

Desempenho Económico

Taxonomia Europeia

### **Proteger o Planeta**

Estratégia Climática e Ecoeficiência Operacional

Gestão de Consumos

Gestão de Resíduos

Emissões GEE

### **Valorizar as Pessoas**

As nossas Pessoas

Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação

Atração, Retenção e Desenvolvimento do Talento

Bem-Estar, Saúde e Segurança

### **Impactar a Sociedade**

Apoio à Comunidade

Premiar a Sustentabilidade

Sensibilizar para o Futuro

### **Sobre o Relatório**

### **Informação Complementar**

### **Notas Metodológicas**

### **Tabela GRI**

### **Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei nº 89/2017**

## A COFINA EM 2022



**1** CANAL DE TV  
**4** JORNAIS  
**2** REVISTAS  
**12** WEBSITES

EMISSÕES GEE



**290,6 ton CO<sub>2</sub>eq**  
Âmbito 1

**76.037 €**  
RECEITAS



**752,4 ton CO<sub>2</sub>eq**  
Âmbito 2 (*market-based*)



**22**  
CARREGADORES  
PARA VEÍCULOS  
ELÉTRICOS



**550**  
PAINÉIS  
FOTOVOLTAICOS



**42.773 kWh**  
CONSUMO DE  
ELETRICIDADE

Frota



**2.740.562 kWh**  
CONSUMO DE  
ELETRICIDADE

Edifícios

**692**  
COLABORADORES



**41%**  
MULHERES

### Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

*A situação de emergência climática em que vivemos - que é uma realidade que se está a manifestar violentamente nas mais diversas formas e geografias - foi declarada em Portugal na Lei de Bases do Clima aprovada pela Lei 98/2021 de 31 de dezembro.*

*A Cofina é uma empresa socialmente responsável, preocupada com a sustentabilidade do planeta e seriamente comprometida com a adoção de comportamentos que reduzam ou mitiguem os impactos da sua ação de modo a contribuir, ativa e positivamente, para a sustentabilidade global.*

*Em 2022 o Conselho de Administração desenvolveu e aprovou importantes políticas que visam promover a chamada justiça climática, contribuindo para a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise do clima, com a adoção da Política de Participação nas Comunidades, o respeito pelos direitos humanos, com a adoção da Política de Direitos Humanos, bem como a igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns com a adoção da Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais.*

*A Cofina tem dado, assim, passos decisivos no aprofundamento de uma cultura empresarial de transparência e responsabilidade em matéria de sustentabilidade, que pretende melhorar de forma contínua e permanente - sendo responsável ela própria e apoiando a comunidade - na construção de um mundo mais renovável.*

Paulo Fernandes

## 01

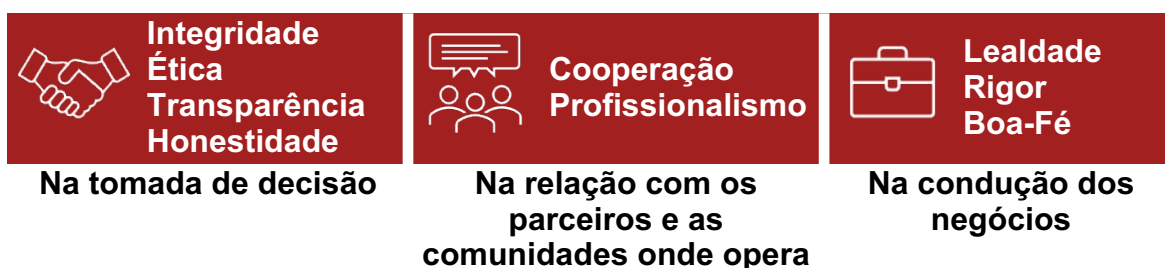
## Sobre a Cofina

## Missão, Visão e Valores

Fundada em 1990, a Cofina, SGPS, S.A. (“Grupo Cofina”, “Grupo”, “Cofina”) desenvolve a sua atividade no setor de *media*, liderando o segmento de imprensa e de TV por Cabo em Portugal.

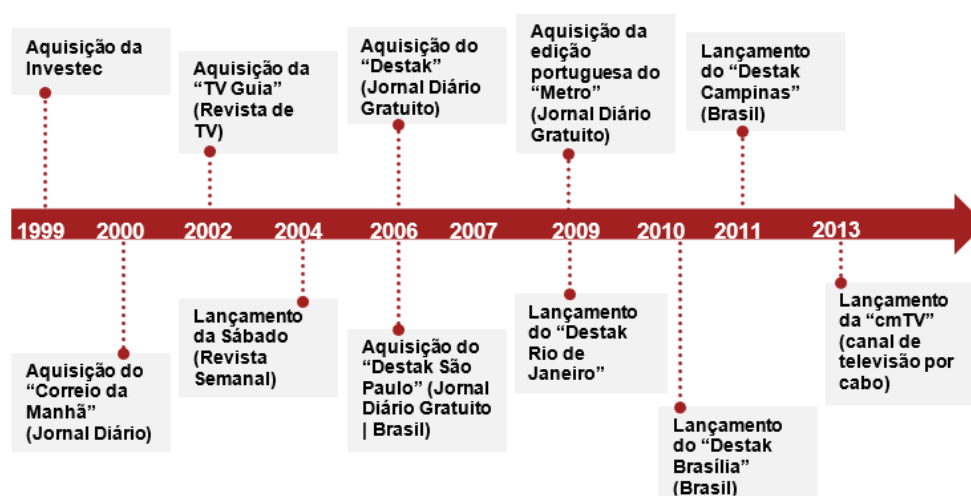
O Grupo Cofina pretende manter essa liderança através de uma estratégia de desenvolvimento assente no crescimento orgânico e no lançamento de produtos inovadores, em todos os segmentos, assumindo o compromisso de ter impacto positivo nas pessoas e na comunidade.

Numa perspetiva de criação de valor para todos os seus *stakeholders*, o Grupo Cofina orienta a sua conduta pelos seguintes princípios e valores:



## História

Com foco no crescimento sustentado, o Grupo atua, desde a sua fundação, em diversas áreas de negócio, centrando-se principalmente nos ativos de media com a aquisição e o lançamento de diversos jornais e revistas desde 2000, e o estabelecimento de um canal de televisão por cabo, em 2013. Um percurso pautado pela ambição de consolidar, diariamente, a sua presença em todos os segmentos de media a nível nacional e em mercados naturais.





## Áreas de Negócio | Produtos e Serviços

A Cofina, SGPS, S.A. está cotada na *Euronext Lisbon* com uma carteira de valores mobiliários que abrange todos os segmentos do mercado de *media*. A *subholding* Cofina Media, S.A. edita uma gama diversificada de produtos, nomeadamente jornais, revistas e um canal de televisão por cabo, sendo, também, detentora da Grafedisport - Impressão e Artes Gráficas, S.A. - Em Liquidação.

	 <p>Iniciou a emissão regular em 2013 com o objetivo de acrescentar valor ao mercado audiovisual português, diversificando a oferta ao consumidor.</p>
 <p><b>JORNAIS</b></p>	<div> <div>  <p>Com um crescimento anual sustentado, o diário de economia e negócios é uma referência editorial no seu segmento.</p> </div> <div>  <p>Adquirido pela Cofina em 1999, o “Record” é um diário desportivo, com especial enfoque no futebol, líder de mercado no seu segmento.</p> </div> </div> <div> <div>  <p>Fundado em 1979 e adquirido pela Cofina em 2000, o “CM” é um jornal generalista diário, líder de mercado em Portugal.</p> </div> <div>  <p>Fundado em 2001, o “Destak” foi o primeiro jornal gratuito a ser editado em Portugal. A Cofina adquiriu a maioria do capital em 2006, passando a deter 100% em 2014. Atualmente, é o jornal diário gratuito líder no seu segmento.</p> </div> </div>
 <p><b>REVISTAS</b></p>	<div> <div>  <p>Fundada em maio de 2004, a revista semanal é, atualmente, uma multiplataforma de informação e entretenimento, líder em banca do seu segmento desde 2007.</p> </div> <div>  <p>Adquirida em 2002, a “TV Guia” é uma revista generalista, dedicada à atualidade e à informação com um foco especial nos grandes nomes da televisão e da sociedade.</p> </div> </div>



### PUBLICAÇÕES ONLINE

#### *máxima*

Publicação *online* que desenvolve temas relacionados com cultura, moda, beleza, saúde e bem-estar, viagens e *lifestyle*.

#### FLASH!

Publicação *online* que aborda a atualidade social de figuras públicas nacionais e internacionais, bem como temas de *lifestyle*, moda e beleza.

O Grupo Cofina conta, ainda, com outras publicações *online*, como “Aquele Máquina”.

**Em destaque** A CMTV fechou 2022 a liderar o mercado de informação nacional pelo sexto ano consecutivo com o melhor resultado de sempre: um *share* médio de 4,84%, que representa um crescimento superior a 11% relativamente a 2021.

O Grupo Cofina analisou, ainda, os dados, com base em diferentes categorias - Adultos, Adultos Ativos, Responsáveis de Compras Para o Lar, ABCD 15-64 anos e ABCD 25-54 anos - e, comparando março com julho de 2022, a CMTV, na categoria ABCD 25-54 anos, cresceu 51%.

**Em média, a CMTV conta com 2,6 milhões de espetadores por dia e 6,7 milhões por mês.**

Fonte: Yumi/GFK Total Dia para alvo Universo

A par do importante trabalho jornalístico, nos segmentos de televisão e imprensa, o Grupo Cofina conta, também, com múltiplas soluções comerciais que comunicam, de forma eficaz e criativa, a informação que marcas e entidades pretendem transmitir.

A **Cofina Boost Solutions** consubstancia um serviço integrado, através de uma produção de conteúdos 360°, que consolida a posição do Grupo Cofina no mercado de *media*, através de três eixos estratégicos:

	<p><b>Cofina Boost Content</b></p> <p>Criação de conteúdos que aproximam as pessoas das marcas, que contam histórias para serem lidas e partilhadas, comunicando de forma emocional e relevante. Em 2022, a Cofina desenvolveu conteúdos nas mais diversas áreas, desde saúde, sociedade, desporto e ambiente, entre outras.</p>
	<p><b>Cofina Boost Events</b></p> <p>Organização, promoção e divulgação de conferências presenciais e híbridas com temas e oradores que pautam a atualidade em Portugal, a par de iniciativas que reconhecem organizações e projetos, designadamente ao nível da sustentabilidade.</p>
	<p><b>Cofina Boost</b></p> <p>Definição de estratégias de comunicação eficazes, com trabalho no terreno, de forma a potenciar a experiência dos participantes. Aposta na ativação de marcas, através de eventos desportivos, musicais ou relacionados com o tema da sustentabilidade.</p>

### Desafios e Oportunidades

O mercado dos *media* enfrenta, atualmente, múltiplos desafios. Desde a transformação digital, à aceleração do ritmo de mudança, em grande parte motivada pelos efeitos de uma pandemia à escala global, passando pela inflação e a quebra do poder de compra, a guerra e os muitos constrangimentos nas cadeias de abastecimento, à alteração dos hábitos de consumo e à fragmentação das audiências, sem esquecer as preocupações crescentes dos consumidores com a sustentabilidade, exigindo às organizações o mesmo grau de preocupação e empenho.

Aos múltiplos desafios de mercado e geopolítica, o Grupo Cofina tem respondido com uma reinvenção contínua, designadamente através de uma forte aposta na inovação e na digitalização, com soluções tecnológicas diferenciadoras, e na produção de conteúdos em multiplataforma para diferentes audiências e contextos de consumo, garantindo rentabilidade com modelos de negócio complementares.

À sustentabilidade económica, corresponde, também, uma aposta estratégica na sustentabilidade ambiental e social suportada por uma sólida estrutura de *governance*, de modo a amplificar os impactos positivos do Grupo Cofina na sociedade e no planeta, mitigando, tanto quanto possível, os impactos negativos e contribuindo para um futuro mais sustentável para todos, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

<b>ÁREAS DE FOCO ESG</b>  <b>Temas Materiais</b>	
	<b>AMBIENTE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia Climática</li> <li>• Ecoeficiência Operacional</li> <li>• Resíduos</li> </ul>
	<b>SOCIAL</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento do Capital Humano</li> <li>• Bem-estar, Saúde e Segurança</li> <li>• Direitos Humanos (Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação)</li> </ul>
	<b>GOVERNANCE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ética</li> <li>• Inovação e Tecnologia</li> <li>• Segurança da Informação</li> </ul>

## Inovação e Tecnologia

O Grupo Cofina, ao colocar o crescimento digital no centro da sua estratégia, adaptou-se às expectativas do consumidor e às necessidades do mercado, impulsionou audiências e diversificou receitas, consolidando o seu posicionamento e desempenho ao nível nacional.

Uma aposta suportada nas suas áreas de Tecnologia de Informação e Digital, esta última muito focada em *Data*, *UX* e *Reader Revenue*.

A inovação no Grupo Cofina é transversal. Desde a implementação de mecanismos que visam desmaterializar processos, designadamente através de validação e assinatura eletrónicas dos contratos, até à disponibilização de novas soluções digitais, que oferecem um serviço e uma experiência melhorados ao consumidor, até ao desenvolvimento de projetos de personalização assentes na *metadata* de conteúdos.

Em 2022, foi atribuído o **Estatuto Inovadora COTEC 2022** à Cofina Media, S.A. em reconhecimento pelo seu desempenho ao nível da Inovação, que constitui um exemplo de criação de valor para o país.

### A inovação através das infraestruturas




Iniciativas	Resultados
Novo estúdio CMTV	Aumento do potencial para as emissões da CMTV em estúdio
Nova régie CMTV	Aumento do potencial para as emissões da CMTV
Novo sistema de AC para o <i>Data Center</i> da Cofina Media	Maior eficiência com um menor consumo de energia e um nível de redundância n+2
Novo sistema de gestão de ar no <i>Data Center</i> da Cofina Media	Maior eficiência conseguida com a segmentação do ar quente e frio, através de corredores físicos no <i>Data Center</i> , com impacto nos consumos de energia
Novo serviço de <i>internet</i> por satélite	Aumento do potencial de resposta às necessidades específicas dos diretos da CMTV, suportados no sistema <i>Starlink</i> Ex.: A adoção do serviço de <i>internet</i> por satélite permitiu à CMTV ter duas equipas de reportagem de guerra na Ucrânia

### A inovação através dos projetos

- **Projeto Alfa**

O projeto, iniciado no segundo semestre de 2022 em colaboração com a *Innovation - Media Consulting Group*, foi desenvolvido para dar vida à Cofina 3.0. Uma iniciativa que combina o trabalho de várias áreas da empresa, como IT e Digital, e tem como objetivo a reinvenção da operação de produção noticiosa, consolidada através da transformação e do crescimento digital, assegurando a sustentabilidade do negócio.

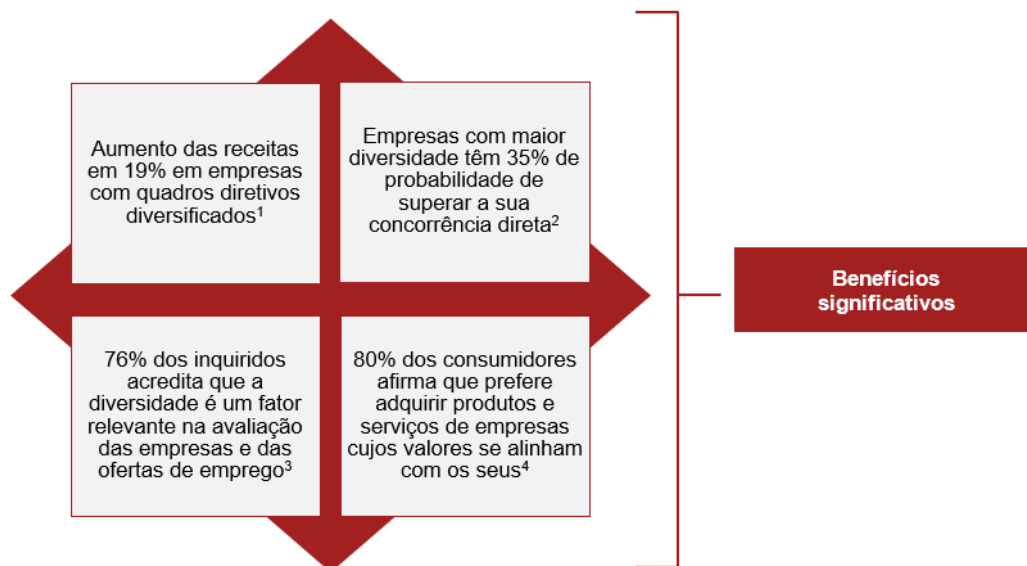
O projeto *Alfa* pretende reforçar a posição da Cofina Media no mercado enquanto líder na criação de informação e de conteúdos relevantes, adaptando a experiência e a distribuição às exigências atuais e futuras de uma era, cada vez mais, digital. Para o efeito, foram realizadas diversas entrevistas com vários interlocutores internos para o levantamento dos riscos e das oportunidades de mercado e, em 2023, prevê-se que este trabalho apresente impactos significativos, quer na gestão da organização, quer na forma de trabalhar e de gerir as pessoas.

 <b>Objetivos</b>	<b>Estar onde o consumidor está</b>	<b>Adaptar o conteúdo às suas preferências</b>
	<b>Otimizar recursos e sinergias</b>	<b>Aumentar receita por utilizador</b>
	<b>Conquistar novos públicos</b>	
 <b>Missão</b>	Reforçar a posição da Cofina Media no mercado enquanto líder na criação de informação e conteúdos relevantes, proporcionando uma experiência adequada às exigências dos atuais e futuros consumidores, obtendo o maior <i>share of time</i> e, consequentemente, o maior <i>share of wallet</i> dos clientes.	
 <b>Âmbitos</b>	O projeto engloba os âmbitos da redação e da área de negócio.	

### • **Audience Diversity Academy**

**A promoção da diversidade, tanto ao nível das audiências como ao nível interno, entre os colaboradores, integra as prioridades estratégicas do Grupo Cofina.**

Estudos comprovam que a diversidade nas organizações cria o equilíbrio pretendido em que o público e os colaboradores se sentem motivados, alinhados e representados com os valores da organização. Este impacto traduz-se em valores numéricos:



1) Boston Consulting Group 2) Harvard Business Review 3) Glassdoor 4) The Drum

Para diversificar o público de leitores (Mulheres e Jovens) e alcançar segmentos sub-representados na sua audiência, o “Negócios” e o “Record”, em parceria com o Financial Times, prosseguiu com o projeto **Audience Diversity Academy**, desenvolvido em 3 fases.

1. **Fase *Discovery*:** Através de diagnósticos e relatórios de oportunidades, foram avaliados pontos fortes que devem ser desenvolvidos e desafios internos e externos a enfrentar, de forma a potencializar a audiência feminina.
2. **Fase de teste: aplicação da *North Star (NS)*,** uma metodologia concebida para desenvolver a área de *Reader Revenue* e assente num objetivo comum - aumentar a diversidade de audiência jovem - para alcançar resultados tangíveis, alinhados com a organização. A *North Star* consiste numa abordagem a longo prazo (3-5 anos) e na definição de todos os passos para alcançar o objetivo (*outcomes*, hipóteses e experiências). A *North Star* já foi implementada no “Record”, através de um programa de formação e *workshops*/sessões de consultoria individual. O aumento da audiência jovem foi a ideia que surgiu no *brainstorming*, para além do foco na sustentabilidade do Record a longo prazo (visão de futuro).
3. **Relatório final:** A última fase do projeto é a sistematização dos resultados numa avaliação de impacto.



## Agir com Responsabilidade

### Criar valor para os *stakeholders*

Para o Grupo Cofina a comunicação regular e transparente com os seus *stakeholders* reveste-se de uma importância acrescida, tendo definido e implementado diversos canais de envolvimento para assegurar uma relação de proximidade com as partes interessadas internas e externas. A conceção e implementação de um plano estratégico que considere a criação de valor para os *stakeholders* é essencial para potenciar o sucesso da abordagem ao negócio e à sustentabilidade, potenciando os impactos positivos da organização e mitigando/eliminado os negativos, em toda a cadeia de valor.

Deste modo, o Grupo Cofina identificou os seus *stakeholders* internos e externos mais relevantes e mapeou as diversas ações de envolvimento de forma não exaustiva:

<b>Clientes</b>	Website   Email   Linha de Apoio   Livro de Reclamações
<b>Consumidores</b>	
<b>Colaboradores</b>	Intranet   Reuniões de Suporte   Avaliação de Desempenho   Ações de Formação   Ambiente Interno
<b>Fornecedores <sup>1</sup></b>	Website   Reuniões de Negócio   Visitas de Acompanhamento   Contactos Diretos
<b>Parceiros de Negócio</b>	
<b>Prestadores de Serviço</b>	
<b>Organismos Oficiais</b>	Website   Email   Reuniões

<sup>1</sup> Decorrente da sua atividade, o Grupo Cofina identifica, no âmbito da sua cadeia de valor, os fornecedores de papel e de produtos de *marketing*, a par dos prestadores de serviços, como os mais relevantes.

Paralelamente, o Grupo Cofina recorre a diversos instrumentos de observação e auscultação para analisar o comportamento de leitores e espetadores e antecipar tendências, monitorizando continuamente os atos de reclamação para identificar problemas e/ou insatisfações. O Livro de Reclamações assume, neste âmbito, um papel fundamental, registando os motivos de reclamação para posterior encaminhamento à entidade de controlo de mercado competente ou à entidade reguladora do setor. Em 2022, foram registadas quatro reclamações relacionadas com atendimento ao cliente, informação ao consumidor, qualidade e divulgação de conteúdo indevido, às quais foi assegurada a devida resposta por parte da organização.

### Participação em associações

O Grupo Cofina valoriza o envolvimento com entidades setoriais e de responsabilidade social, acompanhando ativamente as suas atividades e recomendações.



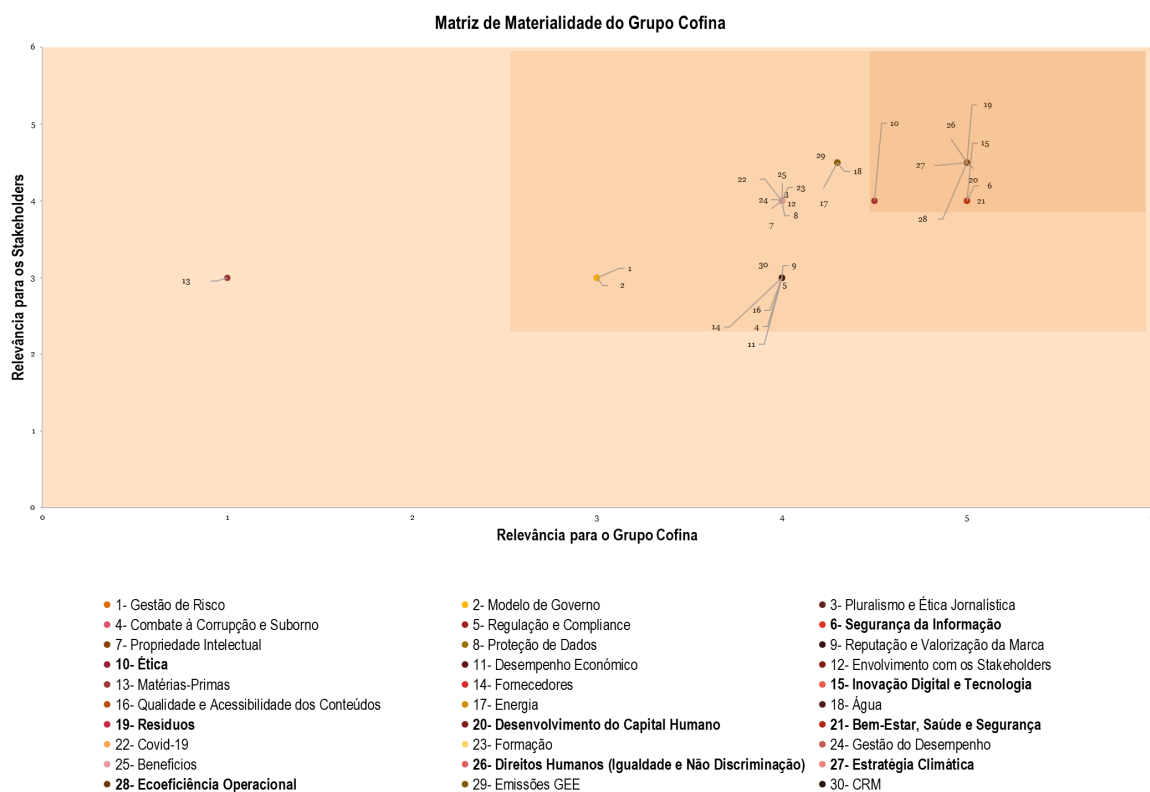
#### Envolvimento com associações e entidades

- Grace - Empresas Responsáveis
- CAEM - Comissão de Análise de Estudos de Meios
- Auto-Regulação Publicitária
- VISAPRESS – Gestão de Conteúdo dos Media, CRL



### Materialidade

A Matriz de Materialidade é o resultado do cruzamento de temas identificados previamente, através de análise de *benchmarking* a vários *peers*, da documentação de referência para o setor e da aferição da importância que a organização concede aos temas.



Foram identificados 9 temas materiais:

<b>Ética</b>	<b>Segurança da Informação</b>	<b>Ecoeficiência Operacional</b>	<b>Desenvolvimento do Capital Humano</b>	<b>Direitos Humanos</b> (Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não-Discriminação)
<b>Inovação e Tecnologia</b>	<b>Estratégia Climática</b>	<b>Resíduos</b>	<b>Bem-Estar, Saúde e Segurança</b>	

O Grupo Cofina também procura contribuir para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, comprometendo-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que definem prioridades e metas para apoiar o crescimento sustentável e inclusivo, combater as alterações

climáticas e as desigualdades e assimetrias sociais. Através da análise dos temas materiais, foram identificados 4 ODS prioritários.

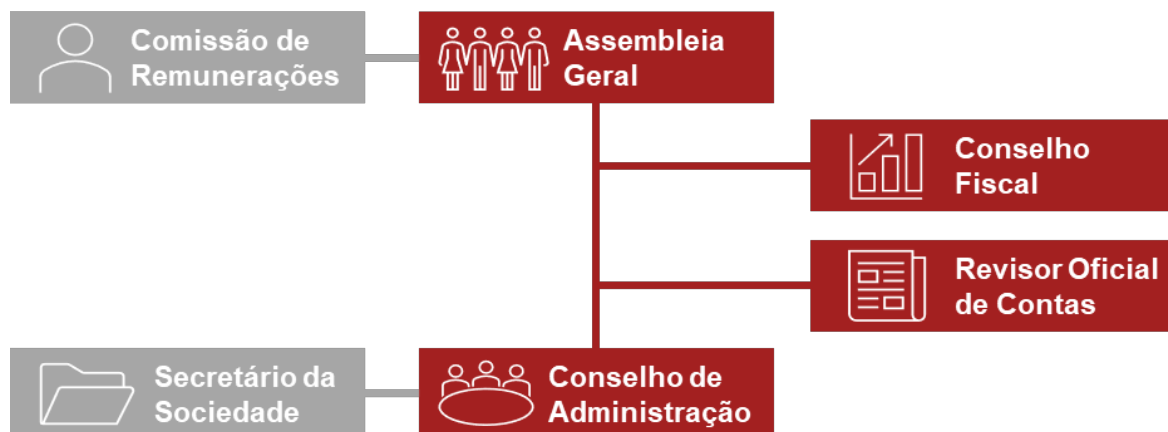


## Governança, Gestão de Risco e Compliance

O Grupo Cofina assume um compromisso com a transparência e a ética no desenvolvimento das suas atividades, aplicando um modelo de gestão integrada, assente nos critérios da sustentabilidade e focado na criação de valor para os seus *stakeholders*.

O atual modelo de *governance*, composto por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, em paralelo com a Comissão de Remunerações, tem

demonstrado uma elevada eficácia na comunicação entre os órgãos sociais e na resposta aos desafios do dia-a-dia.



A **Comissão de Remunerações**, eleita pelos acionistas em Assembleia Geral, elabora e propõe as políticas de remuneração dos órgãos sociais, em cumprimento dos requisitos legais impostos pelo Código das Sociedades Comerciais, pelo Código dos Valores Mobiliários e pelo Código de Governo das Sociedades do IPCG, estando, ainda, alinhada com as políticas dos *peers* do Grupo Cofina e com as melhores práticas de mercado. Cabe, também, a esta Comissão pugnar pela aplicação das políticas de remuneração, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade. A elaboração da Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais é submetida a aprovação por parte da Assembleia Geral, sendo que, na Assembleia Geral Anual está sempre presente um dos membros da Comissão de Remunerações, quando a Política integra a Ordem de Trabalhos.

O **Conselho de Administração** do Grupo Cofina, presidido pelo Presidente do Conselho de Administração, que exerce também as funções de CEO, é o órgão responsável pela definição do modelo de gestão e pela tomada das decisões estratégicas e operacionais do Grupo, com vista à execução desse modelo. Através deste órgão, e em constante articulação com as restantes equipas de gestão, são definidos os mecanismos de controlo e identificados os riscos e as medidas de mitigação num processo de gestão de impactos, garantindo o compromisso para com o bem-estar dos colaboradores.

Cabe ainda ao Conselho de Administração a definição e implementação de códigos e políticas que não só deem cumprimento às exigências legais que vão adensando permanentemente, como permitam ao Grupo dar um salto qualitativo em matéria de *compliance*.

O Grupo Cofina adota hoje, voluntariamente, um Código de Ética e de Conduta, aplicável transversalmente a todos os níveis da organização, bem como algumas políticas em matérias que considera essenciais, como Política de Direitos Humanos, Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e ainda Política de Participação nas Comunidades.

O Grupo Cofina tem ainda, em vigor, um Plano para a Igualdade de Género, um Código de Conduta de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, bem como um Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, tudo em observância das melhores práticas de *governance*. Os documentos aqui elencados estão disponíveis e podem ser consultados no *website* da Cofina, SGPS, S.A..

Importa ainda referir que o Conselho de Administração é composto por elementos com um elevado nível de senioridade e experiência, sendo que um dos membros é independente nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 414.º, número 5 do Código das Sociedades Comerciais e da Recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG. A eleição dos membros

deste órgão social é feita pelos acionistas da Sociedade e o seu mandato tem a duração de três anos, sendo renovável por uma ou mais vezes.

A definição das remunerações assenta em critérios de avaliação de desempenho e de objetivos, de natureza financeira e não financeira, alinhados com a estratégia empresarial do Grupo Cofina, de modo a assegurar a sua efetiva sustentabilidade no longo prazo. Os objetivos associados à definição das remunerações estão relacionados com o desempenho do Grupo em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG), traduzindo o compromisso de desenvolvimento sustentável, bem como o cumprimento dos valores e princípios éticos do Grupo.

A política de remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração inclui uma componente variável que se destina a alinhar, de forma mais vinculada, os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas, tendo como base critérios objetivos e pré-determinados, visando aumentar a consciencialização sobre a importância do seu desempenho para o sucesso global.

A avaliação de desempenho dos administradores executivos tem por base critérios pré-determinados, assentes em indicadores de desempenho objetivamente fixados para cada mandato, alinhados com a estratégia de desempenho da Sociedade e de crescimento do negócio.

O Grupo Cofina preocupa-se com o impacto das suas atividades, adotando comportamentos sustentáveis, ambientalmente responsáveis e socialmente positivos, motivo pelo qual compete ao Conselho de Administração a responsabilidade de assegurar o cumprimento contínuo dos seus objetivos ESG, espelhado pelo relato anual de sustentabilidade. Uma evidência do importante compromisso da gestão de topo com estas matérias.

As equipas multidisciplinares, criadas nas diversas direções e áreas operacionais do Grupo, funcionam em iteração permanente com a gestão de topo, com o objetivo de garantir uma visão global da organização e promover continuamente um canal de comunicação ágil, eficaz e transversal, que potencia a geração de ideias e o desenvolvimento de projetos inovadores.

No que toca à gestão corporativa, o Grupo Cofina destaca 5 áreas, nomeadamente *Corporate Finance*, Planeamento e Controlo de Gestão, Jurídico & *Compliance*, Relações com Investidores e Controlo de Gestão das Subsidiárias.

<i>Corporate Finance</i>	Planeamento e Controlo de Gestão	Jurídico & <i>Compliance</i>
Define as estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo o contacto com os mercados de capitais, dívidas e bancários.	Implementa as estratégias e as políticas corporativas e/ou negócios, a par da preparação e análise da informação de gestão, construção de planos de negócio, estudos técnicos e <i>benchmark</i> .	Presta apoio jurídico, monitoriza e garante a legalidade das atividades desenvolvidas e acompanha a política de governo das sociedades. O objetivo é maximizar a segurança e reduzir os riscos legais.
Relações com Investidores	Controlo de Gestão   Subsidiárias	
Assegura a relação com a comunidade financeira, auxiliando na gestão das relações institucionais, através do contacto permanente com investidores, acionistas e analistas e da participação em fóruns nacionais e internacionais.	As empresas operacionais do Grupo possuem órgãos próprios de controlo de gestão, que elaboram relatórios mensais para os respetivos Conselhos de Administração.	

### Abordagem Ética, Promoção dos Direitos Humanos e Combate à Corrupção e ao Suborno

O Conselho de Administração do Grupo Cofina implementou o **Código de Ética e de Conduta**, que reflete os princípios éticos e comportamentais comuns a todas as empresas do Grupo, e

respetivos colaboradores sem exceções, e a todos os que representam o Grupo Cofina, assim como para o relacionamento com os seus *stakeholders*.

O Código de Ética e de Conduta regula 4 áreas fundamentais:

<b>Relações com Colaboradores</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Respeito e promoção dos Direitos Humanos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, repudiando a discriminação e os tratamentos diferenciados em função de raça, género, origem étnica ou social, orientação sexual, política, associação sindical ou convicção religiosa;</li><li>• Presentes, Suborno e Corrupção, estabelecendo uma conduta aberta e transparente, sem corrupção ou suborno;</li><li>• Conflitos de Interesse, proibindo a intervenção em decisões nas quais exista um interesse económico ou pessoal.</li></ul>	<b>Relações com Autoridades, Instituições e Comunidades Locais</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Concorrência Leal;</li><li>• Promoção do desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais;</li><li>• Cooperação com Autoridades Públicas, Instituições e Comunidades.</li></ul>
<b>Relações com Acionistas</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Criação de valor, promovendo um desempenho profissional de excelência e uma correta gestão de recursos, em conformidade com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.</li></ul>	<b>Relações com Parceiros</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cumprimento das obrigações contratuais assumidas, através de boas práticas comerciais e deontológicas.</li></ul>

### Ética Jornalística

O respeito pelo Código Deontológico dos Jornalistas e pelo Estatuto Editorial dos diferentes meios norteia a conduta das equipas que, todos os dias, levam a cabo a sua missão de informar com empenho, isenção e ética.

No âmbito do **Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas**, em cumprimento do RGPC – Regime Geral de Prevenção da Corrupção, o Grupo Cofina adotou o **Código de Conduta de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, procedeu à nomeação de um **Responsável pelo Cumprimento Normativo** e tem disponível no seu *website* um **Canal de Denúncias** para efeitos da Lei número 109 E/2021 de 9 de dezembro, encontrando-se a implementar um **Plano de Cumprimento Normativo** com o objetivo de prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas, sendo submetido a avaliações para analisar a sua eficácia e garantir melhorias. O Programa integra:

Código de Ética e de Conduta	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Programa de Formação	Canal de Denúncias Interno
Deve ser lido em conjunto com o Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas.	<p>Abrange toda a organização e atividades, incluindo áreas de administração, direção, operacionais ou de suporte, e contém:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A identificação, análise e classificação dos riscos e situações que possam expor o Grupo a atos de corrupção e infrações conexas, considerando a realidade do setor e as áreas geográficas em que a entidade atua;</li> <li>Medidas preventivas e corretivas para reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e das situações identificadas.</li> </ul>	Programas de formação interna para todos os colaboradores, de modo a que conheçam e compreendam as políticas e os procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados.	Em articulação com o órgão de fiscalização, assegura a receção, o processamento e o tratamento de queixas, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e com os princípios e regras estatuídos no Código de Ética e de Conduta.

Nos termos do RGPC, o Conselho de Administração da Cofina designou um Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN), que garante e controla a aplicação do programa de cumprimento normativo, exercendo as suas funções de forma independente, permanente e autónoma. Como previsto no Código de Ética e de Conduta, todos os colaboradores do Grupo devem assumir um comportamento íntegro, honesto e transparente e cumprir as normas aplicáveis, nacionais e internacionais, de combate à corrupção. O incumprimento das regras previstas no Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas pode originar consequências graves para o Grupo e pode constituir um ilícito disciplinar e/ou uma violação contratual, atos em relação aos quais a Cofina terá que retirar as consequências legais aplicáveis. Essas consequências legais podem incluir alterações de procedimento internas, necessidades de formação, resoluções de contratos e a abertura de processos disciplinares, adequadas e proporcionais à gravidade da infração cometida e à culpabilidade do infrator, ou responsabilidade civil e/ou criminal de cada colaborador, perante as empresas do Grupo Cofina ou terceiros. Por cada infração é elaborado um relatório com as regras violadas, a sanção aplicada e as medidas adotadas. O Código de Ética e de Conduta é revisto a cada três anos ou sempre que sejam necessárias alterações nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária do Grupo, que justifiquem a sua revisão.

**A Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo** é fundamental para a preservação da sustentabilidade, solidez, integridade, reputação e confiança do Grupo Cofina. Como tal, estabelece um conjunto de normas e valores éticos para prevenir e combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, a fim de assegurar uma base comum para a Cofina e restantes sociedades que integram o Grupo. As diretrizes adotadas seguem o modelo de gestão de risco da Cofina, que aplica uma abordagem preventiva assente na implementação de procedimentos *Know Your Client*, *Know Your Provider*, *Know Your Business Partner* antes do início da relação de negócio, complementada com monitorização de eventuais riscos futuros e com o incentivo à partilha e transparência da informação entre todas as sociedades integrantes. Esta política é aplicável aos respetivos membros dos órgãos de gestão e supervisão, colaboradores e prestadores de serviços.

Adicionalmente, o Grupo Cofina tem em vigor um **Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses**, implementado pelo Conselho de Administração, que define as regras associadas a transações com partes interessadas, não se tendo verificado situações de conflitos de interesses até ao momento.

O Conselho Fiscal possibilita o envio de dúvidas, pedidos de esclarecimento e comunicações de irregularidades, tendo sido desenvolvido um sistema de *whistleblowing* para assegurar os meios apropriados à comunicação e ao tratamento de violações éticas ou legais, que impactam significativamente os domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e

financeiro. O canal de denúncias estabelece, assim, uma articulação com o órgão de fiscalização para garantir que qualquer denúncia ou irregularidade que seja reportada conta com o adequado tratamento em si mesmo, mas também com o impacto necessário na atividade de fiscalização do órgão de fiscalização da sociedade.

Aliado a estes mecanismos, o Grupo Cofina disponibiliza, ainda, aos seus colaboradores um canal aberto de comunicação com os Recursos Humanos para o aconselhamento sobre as políticas em vigor.

O Grupo Cofina promove, de resto, um acompanhamento constante por parte do seu mais alto órgão de *governance*, de forma a garantir a monitorização e o reporte de preocupações críticas, que exijam respostas imediatas, sendo que, em 2022, não foram rececionadas quaisquer denúncias ou comunicações.

0	Denúncias relativas a irregularidades, face ao estabelecido no Código de Ética e de Conduta
100 %	Dos colaboradores recebem e assinam o Código de Ética e de Conduta no momento da contratação

Na esfera dos Direitos Humanos, o Grupo Cofina implementou a **Política de Direitos Humanos**, assegurando o respeito pelos direitos humanos e laborais, estabelecidos nos seus Código de Ética e de Conduta e Plano para a Igualdade de Género. Assim, o Grupo compromete-se a salvaguardar os princípios da dignidade humana, não discriminação, igualdade de direitos, segurança e bem-estar, educação, desenvolvimento pessoal e profissional e da liberdade de consciência religiosa, de organização, de associação, de opinião e de expressão. Tais princípios estão em conformidade com as normas pugnadas pelas diversas instituições nacionais e internacionais, nomeadamente o *United Nations Global Compact*, os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o Guia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o Dever de Diligência para uma Conduta Responsável das Empresas e a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Dever de Diligência das Empresas e à Responsabilidade Empresarial. Os Direitos Humanos são direitos constitucionalmente consagrados e inerentes a todos, motivo pelo qual a Política se aplica a todas as sociedades e colaboradores do Grupo Cofina e se pretende estender a todas as suas partes interessadas. Neste âmbito, o Grupo dispõe de um Canal de Denúncias acessível a todas as pessoas, singulares ou coletivas, que pretendam apresentar reclamações, denúncias ou esclarecimentos. As equipas das áreas de sustentabilidade e recursos humanos são responsáveis pela implementação e monitorização da Política de Direitos Humanos e pela promoção dos direitos humanos e laborais. A Política de Direitos Humanos é comunicada diretamente aos colaboradores via *email*, estando também disponível no *website* do Grupo Cofina, e é revista periodicamente com base na informação divulgada nos relatórios anuais, sendo as alterações comunicadas aos colaboradores sempre que necessário.

O **Plano para a Igualdade de Género** do Grupo Cofina visa contribuir para alcançar a igualdade no tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. O Plano atua em 5 dimensões:



 <b>Igualdade no acesso ao emprego</b>	<b>Objetivo</b>	Garantir a observância dos princípios da igualdade e não discriminação nos processos e procedimentos de seleção e recrutamento.
	<b>Medidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuar a assegurar que os processos de recrutamento apresentam sempre listas de potenciais colaboradores, suficientemente representativas de ambos os sexos.</li> <li>Fomentar e promover o equilíbrio entre equipas, em especial em áreas onde tradicionalmente predomina um dos sexos.</li> <li>Reforçar os princípios da igualdade e não discriminação no âmbito do plano de formação.</li> </ul>
 <b>Igualdade nas condições de trabalho</b>	<b>Objetivo</b>	Garantir que todos os colaboradores desempenham a sua atividade em iguais condições e que a avaliação e progressão respeitam integralmente os princípios da igualdade e não discriminação.
	<b>Medidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuar a assegurar que as políticas de progressão na carreira e avaliação de desempenho são definidas tendo por base preocupações de promoção da diversidade para as mesmas funções.</li> <li>Continuar a assegurar que a progressão não depende de critérios relacionados com a disponibilidade dos colaboradores ou com as suas responsabilidades familiares.</li> <li>Reforçar a igualdade de género no âmbito dos planos de desenvolvimento de competências de gestão e liderança.</li> </ul>
 <b>Igualdade remuneratória</b>	<b>Objetivo</b>	Garantir uma política de gestão de remunerações baseada no mérito e nos princípios da igualdade e não discriminação.
	<b>Medidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuar a assegurar que as regras em matéria de igualdade e não discriminação são observadas na definição dos conteúdos funcionais.</li> <li>Continuar a assegurar a igualdade e não discriminação na atribuição de benefícios, os quais devem estar associados a critérios objetivos.</li> </ul>
 <b>Proteção da parentalidade</b>	<b>Objetivo</b>	Garantir a proteção da parentalidade e o respeito integral pelos princípios da igualdade e não discriminação em sede de parentalidade.
	<b>Medidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o gozo dos direitos relacionados com a parentalidade nas diferentes dimensões.</li> <li>Continuar a assegurar a igualdade e não discriminação na atribuição de benefícios relacionados com a parentalidade, os quais devem estar associados a critérios objetivos.</li> <li>Continuar a assegurar a divulgação de informação sobre legislação relativa à proteção da parentalidade.</li> </ul>
 <b>Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal</b>	<b>Objetivo</b>	Garantir a promoção de formas de conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.
	<b>Medidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a participação nas iniciativas escolares dos filhos dos colaboradores.</li> <li>Possibilitar, sempre que necessário e se revelar possível e compatível com a atividade desempenhada, o trabalho a partir de casa.</li> <li>Utilizar linguagem e imagem não discriminatórias e inclusivas em função do sexo na promoção e divulgação das políticas e práticas em matéria de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.</li> </ul>

Nortear as decisões com base em princípios éticos e critérios de responsabilidade social é, para o Grupo Cofina, a base de uma verdadeira complementaridade e interdependência entre a sua atividade e a comunidade em que se insere, o que potencia a melhoria contínua da sua *performance*, promove o crescimento social e a qualidade de vida das localidades em que se insere e contribui para a sua sustentabilidade. Deste modo, o Grupo Cofina implementa a **Política**



**de Participação nas Comunidades** para fomentar o desenvolvimento de soluções para desafios ESG, como iniciativas culturais, educacionais ou sociais e serviços de saúde e bem-estar.

### Gestão do Risco

Ao nível da gestão e mitigação dos riscos, a metodologia implementada pelo Grupo Cofina permite identificar situações de ameaça passíveis de prejudicar o cumprimento dos objetivos do Grupo, aplicando 4 passos fundamentais:

1º	2º	3º	4º
Identificação e priorização de riscos internos e externos, capazes de afetar os objetivos estratégicos da Cofina.	Identificação de fatores de risco suscetíveis de afetar operações e atividades, assim como possíveis processos e mecanismos de controle.	Ponderação do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada fator de risco, de acordo com o nível de exposição, para avaliar a necessidade de resposta.	Monitorização das ações de mitigação e do nível de exposição a fatores críticos.

Não obstante o Conselho de Administração identificar os riscos mais significativos e assegurar o cumprimento das políticas e dos procedimentos que integram a gestão dos riscos, cabe, também, a todos os colaboradores do Grupo Cofina a responsabilidade de cooperar nesta atividade no momento da tomada de decisão. O Grupo Cofina analisa, de forma rigorosa e contínua, os riscos específicos do seu negócio aos quais está exposta, nomeadamente riscos de liquidez, crédito, legais, fiscais, regulatórios e de mercado, que incluem taxas de juro e câmbio, e riscos relativos a:

Concorrência	Clientes
Este risco está relacionado com a entrada de novos concorrentes no mercado ou com o reposicionamento dos atuais. O Grupo Cofina trabalha no sentido de minimizar este risco através de um acompanhamento contínuo das entidades concorrentes e do lançamento de soluções inovadoras.	Este risco, associado à variação dos padrões de consumo, é minimizado através da análise permanente do comportamento dos consumidores, utilizando estudos de mercado e pareceres de entidades independentes.

Paralelamente, o Grupo Cofina considera, ainda, os riscos relacionados com a gestão ambiental e a responsabilidade social, a corrupção e o suborno, em concordância com o Código de Ética e de Conduta. Assim, com o intuito de mitigar os riscos inerentes às suas atividades e sensibilizar os colaboradores para os princípios éticos e a promoção dos Direitos Humanos, o Grupo disponibiliza as suas políticas e regulamentos, como é o caso do Código de Ética e de Conduta e da Carta de Risco, no momento da contratação e divulga, também, as ações sociais realizadas na comunidade, por *email*, aos seus colaboradores.

As políticas do Grupo Cofina são, assim, conhecidas da organização, que as observa na *performance* do dia-a-dia.

### Segurança da Informação

A adaptação das empresas à transição digital traz desafios, sendo que a proteção e segurança da informação contra as ameaças adquire uma importância acrescida. Para o Grupo Cofina, mitigar

riscos e garantir a continuidade das operações requer a identificação de temas prementes e a implementação de iniciativas eficazes:

<b>Iniciativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação dos colaboradores em Cibersegurança</li> <li>Implementação de MFA (Autenticação Multifator) no acesso remoto aos sistemas</li> </ul>
<b>Mecanismos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Soluções de EDR (<i>Cisco Secure Endpoint</i>)</li> <li>DNS <i>Security</i> (<i>Cisco Umbrella</i>)</li> <li>MFA (<i>Cisco Duo</i>)</li> <li><i>Backup</i> (<i>Veeam</i>)</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<p>Maior sensibilidade por parte dos colaboradores para as questões de cibersegurança, tendo ficado mais conscientes dos perigos para o Grupo, assim como os comportamentos que devem adotar para minimizar os riscos.</p>

Neste contexto, o tratamento dos dados de clientes e utilizadores assume um papel fundamental, pelo que o Grupo, numa perspetiva de resposta contínua às necessidades, reforçou o seu compromisso ao juntar esforços para avaliar e monitorizar os riscos e os seus impactos na empresa. Em 2022 não se verificaram denúncias comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes.

## Desempenho Económico

Desde 1990, ano em que foi fundado, o Grupo Cofina tem assegurado um crescimento sólido e estruturado. Detentor de jornais, revistas, um canal de televisão e uma forte presença *online* através de vários títulos, o Grupo assume uma posição de liderança no segmento da imprensa, que pretende alargar aos restantes. A estratégia do Grupo Cofina, cotada em Bolsa desde 1998, assenta em dois eixos fundamentais:

<b>Crescimento orgânico</b>	<b>Crescimento não orgânico</b>
<p>Aposta no reforço da rentabilidade dos ativos, medida através do crescimento do EBITDA e da sua margem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Quanto ao <i>top line</i>, a estratégia passa pela monetização dos investimentos realizados em jornais e revistas, mas também num enfoque no segmento de <i>new media</i>;</li> <li>Em termos da base de custos, a estratégia assenta na otimização da estrutura funcional e no controlo de custos.</li> </ul>	<p>Visa o aumento da dimensão da empresa, quer em termos de crescimento do EBITDA, quer em termos de solidez financeira, englobando os eixos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Outros segmentos de <i>media</i>;</li> <li>Consolidação;</li> <li>Internacionalização para mercados naturais.</li> </ul>

Uma dupla estratégia apoiada pela eficiência operacional do Grupo Cofina, que permite, simultaneamente, reforçar a sua posição competitiva e gerar valor para os *stakeholders*.

Valor económico direto gerado e distribuído		
	2022	2021
<b>Valor económico direto gerado (€)</b>	<b>76 037</b>	<b>75 849</b>
Receitas (1)	76 037	75 849
<b>Valor económico distribuído (€)</b>	<b>68 088</b>	<b>65 986</b>
Custos operacionais (2)	36 255	33 195
Salários e benefícios dos colaboradores (3)	27 455	27 650
Pagamentos a investidores (4)	—	—
Pagamentos/(Recebimentos) ao Estado (5)	2 689	1 812
Donativos e outros investimentos na comunidade (6)	1 689	3 329
<b>Valor económico acumulado (€)</b>	<b>7 949</b>	<b>9 863</b>

(1) Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos (excluindo transações intra-grupo); (2) Custo das vendas + Fornecimento de serviços externos + Outros gastos (excluindo transações intra-grupo); (3) Custos com o pessoal (excluindo transações intra-grupo); (4) Dividendos distribuídos pela Cofina SGPS; (5) Pagamentos/(Recebimentos) de Imposto sobre o Rendimento Coletivo; (6) Donativos

## Taxonomia Europeia

### 1. Enquadramento à Taxonomia Ambiental Europeia

Em linha com a implementação do Pacto Ecológico Europeu e com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, a União Europeia (EU) introduziu, em 2020, o [Regulamento 852/2020](#) para a Taxonomia ambiental da UE. A Taxonomia é um sistema de classificação de atividades económicas que tem como principal objetivo direcionar investimentos para projetos e atividades ambientalmente sustentáveis, sendo uma das principais ferramentas da Comissão Europeia para promover o desenvolvimento das finanças sustentáveis. Para uma atividade ser considerada ambientalmente sustentável:

- Deve contribuir substancialmente para 1 dos 6 objetivos ambientais definidos no Regulamento: Mitigação das alterações climáticas; Adaptação às alterações climáticas; Proteção da água e dos recursos hídricos; Transição para a economia circular; Prevenção e controlo da poluição; Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Não deve prejudicar significativamente nenhum dos restantes objetivos ambientais;
- Cumprir com as salvaguardas mínimas sociais.

Dos seis objetivos ambientais, apenas os relativos à mitigação e à adaptação às alterações climáticas estão regulados (através do Ato Delegado do Clima). Para uma determinada atividade económica ser considerada elegível à taxonomia deve fazer parte do Ato Delegado Clima ou do Ato Delegado Complementar que complementa o Ato Delegado Clima com certas atividades de gás fóssil e energia nuclear. Para a atividade ser considerada alinhada para com a taxonomia deve: i) cumprir com os critérios técnicos que permitem avaliar se a atividade apresenta “uma contribuição substancial” para um objetivo ambiental; ii) cumprir com os critérios técnicos que avaliam se a atividade “não causa danos significativos” relativamente a outros objetivos ambientais; iii) cumprir com critérios de salvaguardas mínimas sociais.

A Taxonomia aplica-se ao Grupo Cofina enquanto empresa sujeita à obrigação de reporte não financeiro e de acordo com o Regulamento da Taxonomia ((UE) 2020/852). Este regulamento exige que empresas não financeiras divulguem informações relativas a certos indicadores, incluindo o volume de negócios, as despesas de capital (CapEx) e as despesas operacionais (OpEx) das suas atividades elegíveis e/ou alinhadas para com a Taxonomia. Neste relato de taxonomia 2022 o Grupo Cofina teve oportunidade de desenvolver com maior profundidade a sua análise de elegibilidade e, desta forma, foram identificadas atividades económicas elegíveis no Ato Delegado Clima que não foram reportadas no relato de 2021. Nas secções abaixo elaboramos

sobre a análise de elegibilidade efetuada, assim como a análise de alinhamento (esta última como requisito adicional no relato de taxonomia 2022).

### 2. Análise de Elegibilidade

O Grupo Cofina analisou o Ato Delegado Clima e o Ato Delegado Complementar e identificou as seguintes atividades económicas elegíveis para o ano de 2022:

Atividade	Descrição	Objetivo ambiental
6.5 Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	No âmbito da sua atividade, o Grupo Cofina apresenta gastos operacionais relacionados com a sua frota móvel (veículos a gasolina, diesel, híbridos e elétricos).	Mitigação
8.3 - Atividades de programação e de radiodifusão	As atividades de programação e de radiodifusão incluem a criação de conteúdos ou a aquisição do direito de distribuição de conteúdos e, subsequentemente, a sua difusão. Atualmente, a empresa detém um portefólio de 4 jornais, 2 revistas e um canal de televisão por cabo.	Adaptação

### 3. Análise de Alinhamento

#### a. Critérios técnicos: “Contribuição substancial” e “Não prejudicar significativamente”

O Ato Delegado Clima requer a verificação do cumprimento de critérios técnicos de “Contribuição Substancial” e de “Não prejudicar Significativamente” de cada uma das atividades identificadas como elegíveis. Depois de análise detalhada, o Grupo Cofina considera que não possui ainda toda a informação necessária para aferir e validar o alinhamento técnico das suas atividades. Desta forma, conclui-se que não haverá alinhamento dos montantes que foram considerados como elegíveis à taxonomia (volume de negócios e capex).

#### b. Salvaguardas Mínimas

O artigo 18º da Taxonomia estipula que as empresas devem cumprir com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para se encontrarem alinhadas com as Salvaguardas Mínimas. Posteriormente, a Plataforma de Finanças Sustentáveis publicou o relatório “Final Report on Minimum Safeguards”, onde se identificam os principais temas a abordar nesta matéria: Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

#### Direitos Humanos

A Política de Direitos Humanos (DH) do Grupo Cofina estipula os princípios de respeito pelos direitos humanos e laborais estabelecidos no Código de Ética e de Conduta e no Plano para a Igualdade de Género. Esta Política representa o compromisso do Grupo Cofina em respeitar todos os direitos humanos e laborais reconhecidos por entidades comunitárias e internacionais, como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o Guia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o Dever de Diligência para uma Conduta Responsável das Empresas, e a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Dever de Diligência das Empresas e à Responsabilidade Empresarial. É aplicável a todos os colaboradores do Grupo Cofina, incluindo membros dos órgãos sociais e trabalhadores. O grupo de destinatários da Política de DH integra, ainda, todas as entidades que se relacionem económica, institucional ou

socialmente com o Grupo Cofina, a quem é requerida a adesão aos princípios aqui estabelecidos, na medida em que sejam aplicáveis.

### Corrupção, Tributação e Concorrência Justa

O Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas, juntamente com o Código de Ética e de Conduta, estabelece o conjunto de princípios, valores e regras de atuação de todos os colaboradores do Grupo Cofina, bem como de todos os que representem ou se relacionem com o Grupo Cofina em matéria de ética profissional. Adicionalmente, engloba as regras nacionais e internacionais aplicáveis em matéria de concorrência, assegurando que a concorrência entre o Grupo Cofina e as empresas que atuam no mesmo mercado é sã e leal. Tem em consideração as respetivas normas penais referentes à Corrupção e Infrações Conexas e os riscos de exposição da entidade a estes crimes. O Grupo Cofina tem também uma Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais que estabelece regras-padrão para prevenir e combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, sendo aplicável aos membros dos órgãos de gestão e supervisão, colaboradores e a todos os prestadores de serviços. Já em matéria de tributação, o Grupo Cofina avalia continuamente os diversos riscos a que está sujeita: riscos de mercado, de liquidez, de crédito e ainda riscos legais, fiscais e regulatórios.

No decorrer de 2022, não se registaram condenações materiais nos temas acima mencionados. O Grupo Cofina disponibiliza, no seu *website*, um Canal de Reporte de Denúncias acessível a todas as pessoas, singulares ou coletivas, que desejem reclamar, denunciar, esclarecer ou expor qualquer situação. As equipas da área de sustentabilidade e de recursos humanos são, ainda, responsáveis pela implementação e monitorização periódica da Política de Direitos Humanos, bem como por quaisquer outros temas relacionados. O Grupo Cofina reforça, assim, o respeito pela dignidade humana e o cumprimento estrito de toda a legislação aplicável nesta matéria.

## 4. Divulgação de KPIs

O Grupo Cofina reporta a informação relativa aos seus KPIs (Volume de Negócios, Despesas de Capital e Despesas Operacionais) de acordo com o Ato Delegado do Artigo 8º da Taxonomia, nas tabelas que se seguem:

### 4.1 Volume de negócios

				Critérios de contributo substancial*		Critérios de “Não Prejudicar Significativamente”											
Atividades Económicas	Código	Volume de negócios absoluto	Proporção do volume de negócios	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Salvaguardas Mínimas	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade de capacitante)	Categoria (atividade de transição)		
		(euros)	(%)	(%)	(%)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(%)	(C)	(T)		
A. Atividades elegíveis para a taxonomia																	
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																	
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		- €	0%										0%				

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Relatório de Sustentabilidade

A.2. Atividades elegíveis para a taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)									
8.3 - Atividades de programação e de radiodifusão	60,1	11.889.849	16%						
Volume de negócios das atividades elegíveis para a taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		11.889.849	16%						
Total (A.1 + A.2)		11.889.849	16%				0%		
Volume de negócios das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)		45.853.225	79%						
Total (A+B)		57.743.074	100%						

### Definição e reconciliação

A proporção do volume de negócios é calculada como a parte do volume de negócios líquido anual resultante de produtos ou serviços, incluindo intangíveis, associada a atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) dividida pelo volume de negócios líquido (denominador), na aceção do artigo 2.º, ponto 5, da Diretiva 2013/34/UE. O volume de negócios líquido inclui os rendimentos reconhecidos nos termos da Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 1, parágrafo 82, alínea a), tal como adotada pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão. Em 2022, o denominador da proporção do volume de negócios corresponde à soma das vendas e prestações de serviços conforme apresentados nas respetivas rubricas das demonstrações consolidadas dos resultados. Informação sobre as vendas e prestações de serviços são incluídas nas Notas 25, 29 e 32 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, sendo a respetiva política contabilística detalhada na Nota 2.3, alínea m). O numerador corresponde ao montante do denominador resultante de atividades económicas alinhadas com a taxonomia.

## 4.2 CapEx

				Critérios de contributo substancial*		Critérios de “Não Prejudicar Significativamente”									
Atividades Económicas	Código	Capex absoluto	Proporção do Capex	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Salvaguardas Mínimas	Proporção do Capex alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade e capacidade)	Categoria (atividade de transição)
		(euros)	(%)	(%)	(%)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(%)	(C)	(T)
A. Atividades elegíveis para a taxonomia															
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)															

## Relatório de Sustentabilidade

### Definição e reconciliação

O numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:

- Em 2022, o denominador do KPI de Capex consiste no total anual de adições aos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e ativos sob direito de uso. O denominador pode ser reconciliado com o total dos aumentos apresentado nas Notas 6, 8 e 7.1 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, sendo as respectivas políticas contábilísticas detalhadas na Nota 2.3 alíneas b), a) e c), respectivamente. Em 2022, o numerador corresponde à parte do denominador associado às atividades económicas alinhadas com a taxonomia, incluindo as atividades destinadas ao consumo interno do Grupo, e ainda à aquisição da produção de atividades económicas alinhadas pela taxonomia.



## 4.3 OpEx

				Critérios de contributo substancial*		Critérios de “Não Prejudicar Significativamente”											
Atividades Económicas	Código	Opex absoluto	Proporção do Opex	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos e marinhos	Economia circular	Prevenção e controlo da poluição	Biodiversidade e ecossistemas	Salvaguardas Mínimas	Proporção do Opex alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade capacitante)	Categoria (atividade de transição)		
		(euros)	(%)	(%)	(%)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(%)	(C)	(T)		
A. Atividades elegíveis para a taxonomia																	
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																	
Opex das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		- €	0%										0%				
A.2. Atividades elegíveis para a taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)																	
Opex das atividades elegíveis para a taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		- €	0%														
Total (A.1 + A.2)		- €	0%										0%				
B. Atividades não elegíveis para a taxonomia																	
Opex das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)		1.080.911	100%														
Total (A + B)		1.080.911	100%														

**Definição e reconciliação**

A proporção de despesas operacionais é definida como o Opex alinhado com a taxonomia (numerador) dividido pelo Opex total (denominador). Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º da Taxonomia, o Opex total consiste nos custos diretos não capitalizados durante o ano relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, as locações de curto prazo, a manutenção e a reparação, e outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis necessárias para assegurar o seu funcionamento.

O numerador corresponde à parte das despesas operacionais incluída no denominador que:

- esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas alinhadas pela taxonomia, incluindo necessidades de formação e outras necessidades de adaptação dos recursos humanos;
- seja parte de um plano para expandir as atividades económicas alinhadas pela taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia se tornem alinhadas pela taxonomia; ou
- esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas alinhadas pela taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, desde que essas medidas sejam aplicadas e estejam operacionais no prazo de 18 meses.

Em 2022, o denominador do KPI de Opex inclui 378.783 Euros de gastos com rendas e alugueres e 702.128 Euros em despesas de conservação e reparação (apresentado na rubrica de "Outros custos"), reconhecidos conforme as políticas contabilísticas detalhadas na Nota 2.3, alíneas c) (iii) e b), respetivamente, anexa às demonstrações financeiras consolidadas. Os montantes acima estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 26 anexa às demonstrações financeiras consolidadas). Não são incluídos montantes da rubrica "Gastos com o pessoal", uma vez que não incorporam gastos de naturezas que cumpram a definição de Opex total da taxonomia.



O total de Opex, conforme apresentado na tabela acima, não é considerado material ao modelo de negócio do Grupo Cofina uma vez que representa apenas 1,5% do total dos seus gastos operacionais em 2022, decorrente de o facto de o Grupo não incorrer em gastos significativos de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da IAS 38, nem serem materiais os gastos de manutenção e reparação de ativos e de locações de curto prazo. Nesse sentido, o Grupo Cofina optou por aplicar a isenção disponível no Ato Delegado do Artigo 8.º da Taxonomia, e não calcular o numerador para o KPI de Opex.

### **5. Desenvolvimentos futuros do Grupo Cofina na aplicação da Taxonomia**

Durante 2023, o Grupo Cofina continuará a desenvolver ações para responder adequadamente aos requisitos do regulamento da taxonomia e aplicação dos critérios de alinhamento do Ato Delegado Clima. O Grupo Cofina irá igualmente acompanhar as atualizações relativas aos restantes quatro objetivos ambientais, possíveis extensões a outras atividades económicas e implementação de orientações da Comissão Europeia que possam ter um impacto significativo na classificação de elegibilidade e alinhamento da empresa.

# 03

## Proteger o Planeta

### Estratégia Climática e Ecoeficiência Operacional

A preservação da Natureza e a gestão dos recursos surgem como emergência de combate às alterações climáticas. A mudança dos padrões climáticos exige uma ação imediata e um esforço conjunto para combater os fenómenos de aumento da temperatura global, da subida do nível do mar e de eventos climáticos extremos, que ameaçam os ecossistemas, tendo múltiplas consequências negativas, tanto para os sistemas de produção de alimentos como para o bem-estar das comunidades.

O Grupo Cofina está consciente dos riscos que enfrenta e dos impactos produzidos e, por isso, atua com conhecimento do seu papel enquanto organização com potencial de contributo no combate às alterações climáticas.

Por esta razão, monitoriza o seu desempenho ambiental, em concreto no que diz respeito às emissões de GEE, ao consumo de materiais, água e energia e à gestão de resíduos, implementando medidas que visam eliminar ou mitigar os seus impactos negativos.

O Grupo Cofina adota uma abordagem que tem como meta a ecoeficiência das operações, com uma diminuição progressiva das emissões, promovendo o combate às alterações climáticas.

#### Influenciador de um ambiente positivo externo

O Grupo Cofina reconhece o seu impacto na comunidade, pelo que, através da produção e divulgação de conteúdos pedagógicos e de sensibilização, procura influenciar, mobilizar e aumentar a compreensão da sociedade para as questões da sustentabilidade.



#### Influenciador de um ambiente positivo interno

O Grupo Cofina aposta na ecoeficiência operacional com o objetivo de promover a otimização do consumo de recursos. Para envolver os colaboradores na relevância do desempenho ambiental, procura sensibilizá-los para estas questões através de mensagens de alerta e de boas práticas, como desligar as luzes ou fechar as torneiras quando já não estão a ser utilizadas, ou separar devidamente os resíduos.

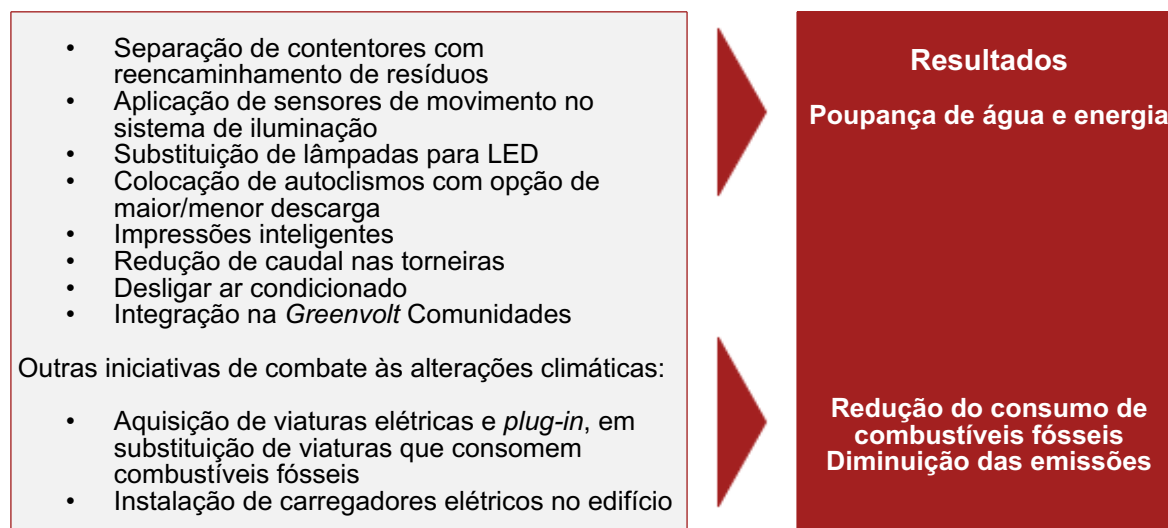
### Mecanismos de Monitorização

O edifício-sede do Grupo Cofina conta com um sistema de Gestão Técnica Centralizada (GTC), que gere, entre outros aspetos, o sistema de ar condicionado e a iluminação, para além de monitorizar o funcionamento geral do edifício, identificando potenciais anomalias.

Na Grafedisport existem bacias de retenção de líquidos perniciosos para o ambiente, sendo que os principais riscos identificados são o de incêndio e derrame para o solo, situações acauteladas

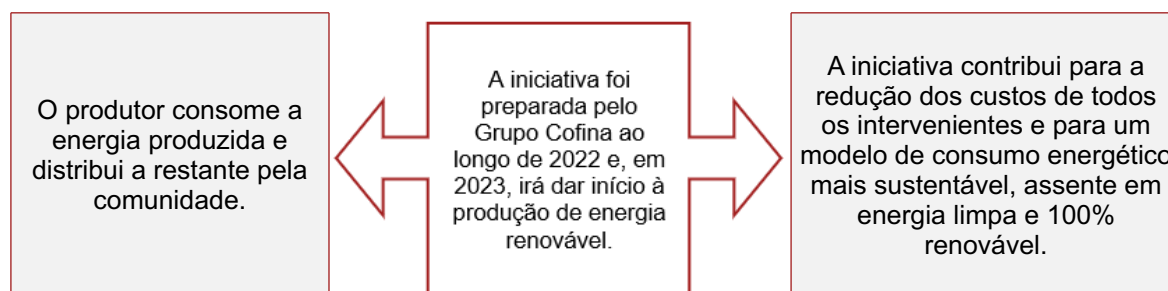
por instrumentos e procedimentos internos, como extintores e formação específica aos colaboradores.

Para além da monitorização constante, o Grupo Cofina considera essencial aplicar iniciativas que reduzam os impactos ambientais negativos e que potenciem os impactos positivos, dos quais se destacam:



### Cofina | Comunidade de Energia Solar

No âmbito da sua Estratégia Climática, o Grupo Cofina tornou-se no produtor âncora de uma das primeiras comunidades energéticas em Portugal com a **Greenvolt Comunidades**, tendo instalado 550 painéis fotovoltaicos na cobertura do seu edifício sede.



A Comunidade de Energia permitirá diminuir os consumos de eletricidade do Grupo Cofina e dos serviços comuns do edifício em cerca de 35% do seu consumo diurno, em consonância com o seu objetivo de redução da pegada de carbono.

A produção estimada para o primeiro ano de funcionamento é de, aproximadamente, 403 MWh, evitando a emissão de cerca de 105 toneladas de CO<sub>2</sub>/ano.

### Gestão de consumos

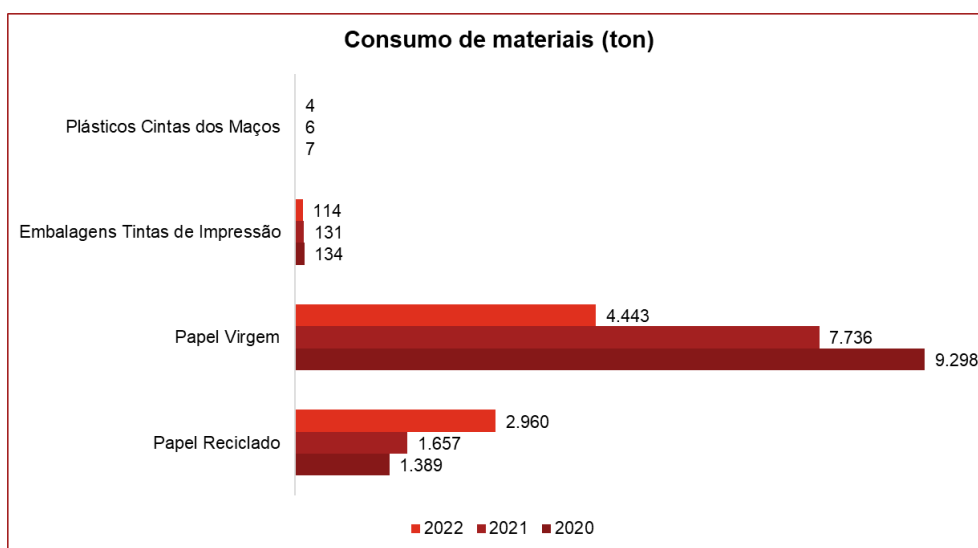
#### Materiais

Os principais materiais consumidos no Grupo Cofina são o papel, reciclado e virgem, para além das embalagens de tintas de impressão e os plásticos de cintas dos maços, tendo representado em 2022 um total de 7,52 toneladas, uma redução de 21,1% face a 2021.

O papel virgem representa 59% do total de materiais consumidos com uma redução de 2,3 toneladas face ao consumo registado em 2021. O papel reciclado, cujo consumo o Grupo Cofina pretende aumentar progressivamente no âmbito do processo produtivo como substituto do papel virgem, registou um aumento de 78,6% em relação ao ano anterior, representando 39% da totalidade dos materiais consumidos pela organização. Quanto aos demais materiais registaram-se reduções de consumo de 12,8%, no caso das embalagens de tintas de impressão, e de 33,8%, no que se refere ao plástico das cintas dos maços.

Em 2021, nas áreas administrativas e editoriais, foi implementada uma medida para a otimização das impressões, assente na autorização personalizada de impressão, que contribuiu para a diminuição do número de impressões. Em 2022, o Grupo manteve esta medida de melhoria.

Ao longo dos últimos 3 anos, o consumo de papel reciclado aumentou 1.571 toneladas e o consumo de embalagens de tintas de impressão diminuiu cerca de 20 toneladas.

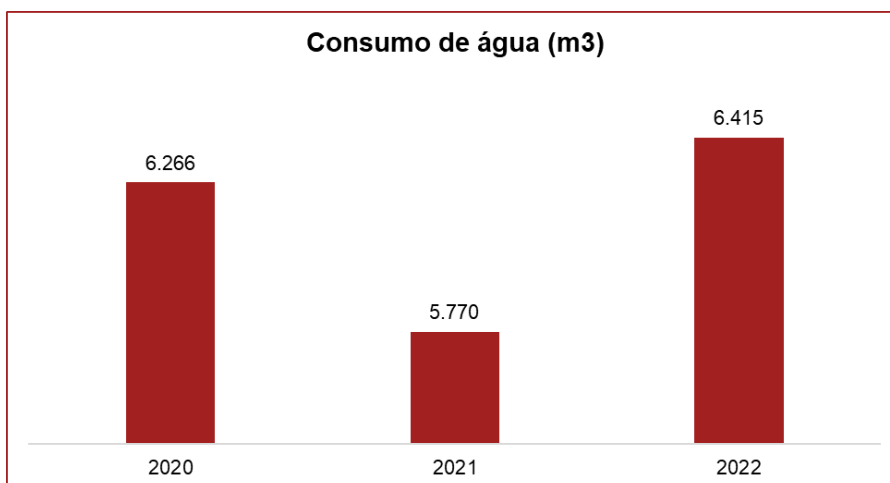


#### Água

Não sendo identificado como um dos consumos mais significativos do Grupo Cofina, o consumo de água é particularmente evidente no âmbito do processo de impressão, designadamente na fase da limpeza da impressão *offset*.

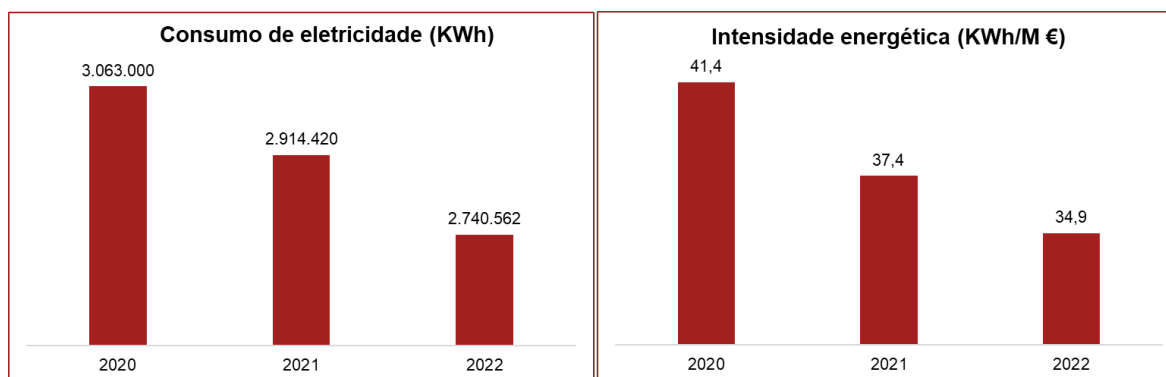
Toda a água consumida no Grupo Cofina, desde a captação até ao descarte, pertence à rede pública, pelo que o tratamento dos efluentes é da responsabilidade das entidades municipais.

O consumo é monitorizado e, no último ano, o aumento foi de 0,645m<sup>3</sup>, ou seja, 11,2%, justificado pelo regresso dos colaboradores às instalações após o final das restrições relativas à Covid-19.



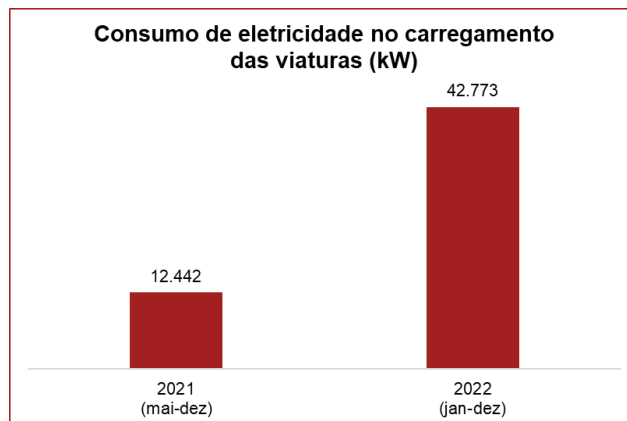
### Energia

Em 2022, registou-se uma redução de 6% no consumo de eletricidade (instalações) face a 2021, menos 173.858 kWh, e uma redução de 6,7% da intensidade energética.



Ao longo dos últimos anos, o Grupo tem implementado e desenvolvido diversas medidas para a redução do consumo de energia nos edifícios do Grupo Cofina, como a aplicação de sensores de movimento no sistema de iluminação, a substituição de lâmpadas por LED e o controlo mais eficiente do ar condicionado, o que, a par da sensibilização para o tema junto dos colaboradores, tem contribuído para um melhor desempenho nesta matéria.

Em 2022, o Grupo Cofina aumentou o número de carregadores elétricos para viaturas, adquiriu mais 1 viatura elétrica e mais 13 viaturas *plug-in*, face a 2021, pelo que se verificou um aumento do consumo de eletricidade a este nível.



### Gestão de resíduos

A redução na produção de resíduos é um objetivo do Grupo Cofina, suportado na:

- Implementação de medidas que permitem reduzir os resíduos gerados;
- Encaminhamento dos resíduos produzidos para a reciclagem ou outras formas de valorização.

A maioria dos resíduos produzidos pelo Grupo decorre da atividade de distribuição de publicações - exemplares devolvidos.

Quantificando nos resíduos produzidos em 2022 registou-se um total de 270 toneladas, menos 28% do que em 2021, das quais 17 (6,3%) correspondem a resíduos perigosos e 253 (93,7%) correspondem a resíduos não perigosos.



Relativamente ao tratamento de resíduos, em 2022, 99% do total de resíduos foi enviado para operações de valorização e reciclagem.

**Em 2022, verificou-se a recolha e o encaminhamento para reciclagem de 2.227 toneladas de artigos impressos não vendidos.**

### Emissões GEE

O Grupo Cofina está comprometido em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), contribuindo para a mitigação das alterações climáticas e a implementação do Acordo de Paris. Conhecer e calcular as emissões de GEE é o primeiro passo para implementar medidas de redução. O Grupo monitoriza os consumos e calcula as emissões dos âmbitos 1 e 2.

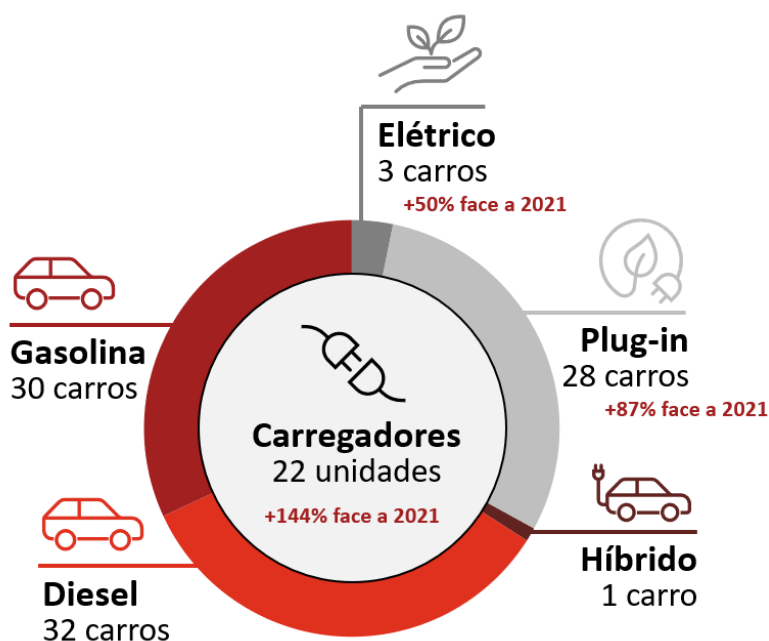
#### Emissões Diretas (Âmbito 1)

Correspondem às emissões produzidas ou diretamente controladas pela organização, sendo que, para o Grupo Cofina, representam o consumo combustíveis relacionados com a frota automóvel.

#### Emissões Indiretas (Âmbito 2)

Correspondem às emissões decorrentes do consumo de energia elétrica por parte da organização nas suas operações.

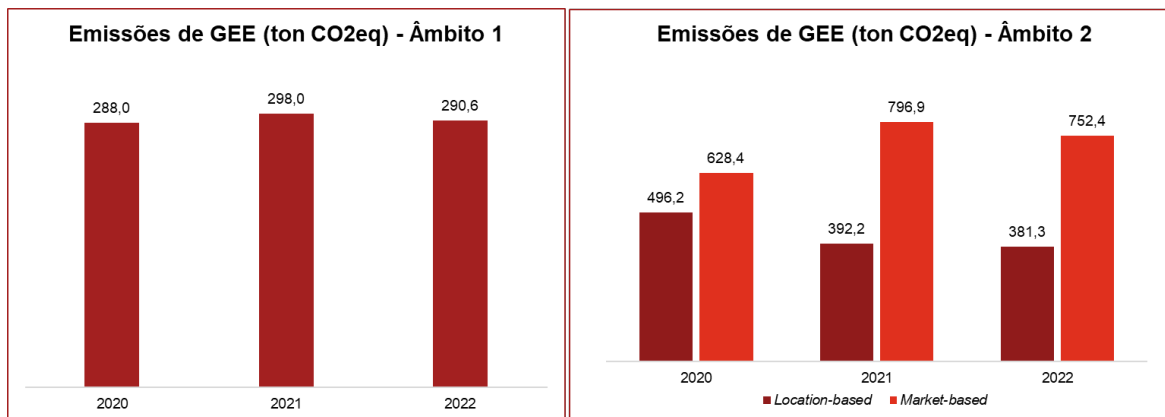
As emissões associadas ao consumo de combustíveis (âmbito 1) registaram, em 2022, uma diminuição de 2,5% face a 2021, mesmo considerando o aumento das deslocações dos colaboradores face ao contexto pandémico que se viveu nos anos anteriores, durante os quais o número de colaboradores a desempenhar funções presencialmente foi menor. Estes valores refletem as ações implementadas, como o aumento do número de viaturas elétricas e *plug-in*.



Relativamente às emissões associadas ao consumo de eletricidade (âmbito 2 | *market-based*) registou-se uma diminuição de 5,6% face a 2021, que resultou de uma diminuição do consumo de

eletricidade nas operações, equilibrando o consequente aumento do consumo de eletricidade proveniente do aumento da frota elétrica da empresa.

Dos resultados obtidos em 2022 transparecem as ações que têm vindo a ser implementadas pelo Grupo, sendo que o objetivo será trabalhar na manutenção e otimização destas medidas, de modo a que os resultados se intensifiquem nos próximos anos.





## 04

## Valorizar as Pessoas

## As nossas pessoas



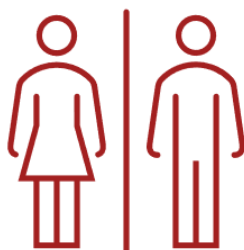
O Grupo Cofina acredita que os colaboradores são fundamentais para o seu sucesso.

Por isso, preocupa-se em promover diariamente um ambiente de trabalho saudável e inclusivo, que oferece a todos a possibilidade de desenvolver as suas competências, envolvendo e motivando cada um dos seus colaboradores. Para o Grupo Cofina, as pessoas são uma prioridade e, por isso, é-lhes disponibilizado um plano de benefícios, programas de formação e diversas iniciativas e serviços focados na saúde, na segurança e no bem-estar.

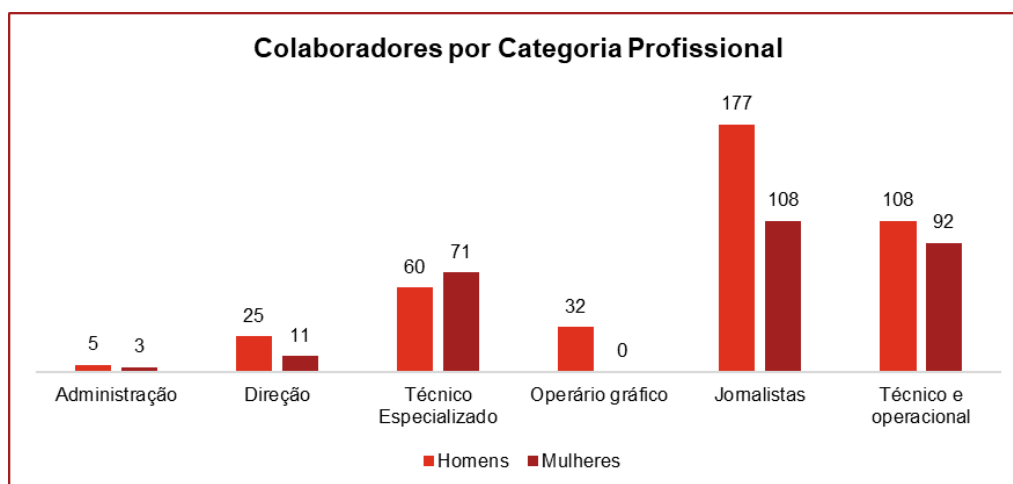
No final de 2022, o Grupo Cofina contava com 692 colaboradores. Deste total, 41% são mulheres, sendo que 61% de todos os colaboradores possui formação académica superior, 52% dos colaboradores têm entre 30 e 54 anos e 32% estão abaixo dos 35 anos. As mulheres continuam a representar a maioria dos colaboradores com formação académica superior.

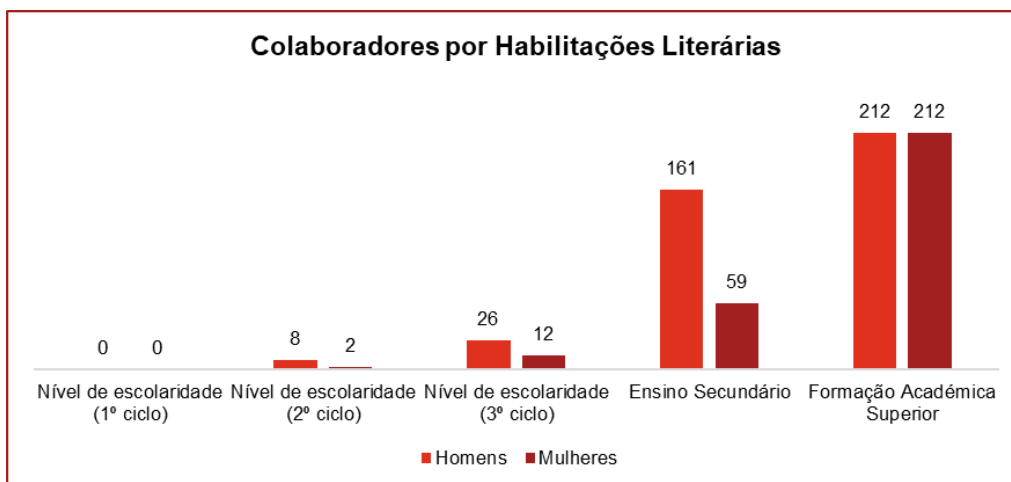
O Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A., *holding* do Grupo Cofina, é composto por 6 membros, todos com  $\geq 53$  anos.

**33,33%**  
MULHERES



**66,67%**  
HOMENS











Caraterização dos Recursos Humanos						
	2022 (n.º)			2022 (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>Indicadores Laborais</b>						
Colaboradores	407	285	692	58,8 %	41,2 %	100,0 %
<b>Faixa etária</b>						
até 35 anos	129	91	220	31,7 %	31,9 %	31,8 %
30-54 anos	209	153	362	51,4 %	53,7 %	52,3 %
mais de 54 anos	64	38	102	15,7 %	13,3 %	14,7 %
<b>Categoria Profissional</b>						
Administração Cofina, SGPS, S.A.	4	2	6	1,0 %	0,7 %	0,9 %
Administração Cofina Media, S.A.	1	1	2	0,2 %	0,4 %	0,3 %
Direção	25	11	36	6,1 %	3,9 %	5,2 %
Técnico Especializado	60	71	131	14,7 %	24,9 %	18,9 %
Operário gráfico	32	0	32	7,9 %	— %	4,6 %
Jornalistas	177	108	285	43,5 %	37,9 %	41,2 %
Técnico e operacional	108	92	200	26,5 %	32,3 %	28,9 %
<b>Vínculo Contratual</b>						
Efetivos (sem termo)	400	272	672	98,3 %	95,4 %	97,1 %
Contratados (termo certo)	6	8	14	1,5 %	2,8 %	2,0 %
Contratados (termo incerto)	1	5	6	0,2 %	1,8 %	0,9 %
<b>Habilitações Literárias</b>						
Nível de escolaridade (1.º ciclo)	0	0	0	— %	— %	— %
Nível de escolaridade (2.º ciclo)	8	2	10	2,0 %	0,7 %	1,4 %
Nível de escolaridade (3.º ciclo)	26	12	38	6,4 %	4,2 %	5,5 %
Ensino Secundário	161	59	220	39,6 %	20,7 %	31,8 %
Formação Académica Superior	212	212	424	52,1 %	74,4 %	61,3 %
<b>Admissões e Saídas</b>						
Admissões	102	64	166	25,1 %	22,5 %	24,0 %
Saídas	118	67	185	29,0 %	23,5 %	26,7 %

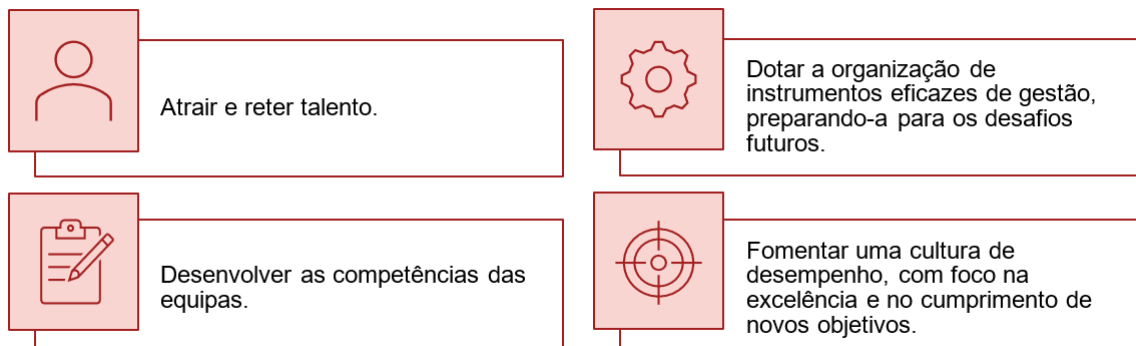
## Riscos e Oportunidades

O Grupo Cofina identifica riscos e oportunidades relacionadas com aspetos sociais, para os quais aplica soluções de melhoria e monitorização, com vista ao crescimento sustentado, ao bem-estar das suas pessoas e ao desenvolvimento das comunidades em que se insere.

Principais Riscos	Oportunidades de Melhoria   Mecanismos e Processos
 <p><b>Condições físicas de trabalho</b></p>	<p>O Grupo Cofina reconhece a importância das condições físicas do ambiente de trabalho para o bem-estar dos seus colaboradores. Por isso, realiza regularmente Avaliações de Riscos por Função, Avaliação da Iluminação e do Ambiente Térmico, sendo que os fatores de risco que venham a ser identificados são tratados/minimizados/eliminados adequadamente. As alterações propostas nos relatórios são validadas junto das equipas responsáveis.</p>
 <p><b>Taxa de rotatividade elevada</b></p>	<p>Algumas áreas do Grupo possuem taxas de rotatividade mais elevadas, em particular em funções que trabalham por turnos. Como tal, são realizadas medições da taxa de rotatividade nas equipas e tomadas medidas para minimizar o impacto desta rotatividade. Numa das equipas onde se verificou uma taxa elevada, procedeu-se ao reforço com novos elementos, de forma a diminuir os constrangimentos causados pela saída de colaboradores.</p>
 <p><b>Problemas sociais na comunidade local</b></p>	<p>Ciente dos problemas sociais que afetam a nossa sociedade, e de forma a tornar o Grupo mais interventivo na comunidade local, foi criado em 2022 um grupo de Responsabilidade Social – o <i>We Together</i> – que organiza diversas ações de apoio à comunidade.</p>
 <p><b>Acidentes no local de trabalho</b></p>	<p>O Grupo realiza a monitorização dos <b>acidentes no local de trabalho</b>, através da plataforma de um parceiro na área de Saúde e da Segurança no Trabalho, que analisa e reporta, entre outros aspetos, os índices de Incidência, Frequência e Gravidade.</p>
 <p><b>Lacunas ao nível da liderança e da gestão de equipas</b></p>	<p>É ministrada formação específica, procedida pela respetiva avaliação e certificação por parte de entidades formadoras.</p>
 <p><b>Conhecimentos deficitários em Excel</b></p>	

## Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação

Ao nível da gestão dos seus recursos humanos, o Grupo Cofina estabelece 4 grandes objetivos:



Para os atingir, o Grupo guia-se por princípios de Igualdade, Diversidade e Não Discriminação em todos os seus processos, acreditando que as pessoas devem ser valorizadas e que o seu potencial deve ser enriquecido, garantindo o respeito pelos Direitos Humanos. Esta visão transparece na sua conduta, no seu recrutamento, no acesso à formação e nas condições de trabalho dignas que assegura através de um ambiente seguro e saudável, na remuneração justa e equitativa, na prevenção do assédio, no respeito pela liberdade de expressão e opinião, nas políticas de progressão na carreira e na atualização salarial baseadas na Avaliação de Desempenho, na proteção da parentalidade e na conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional, que proporciona aos seus colaboradores através do trabalho remoto e da possibilidade de atribuição de mais 3 dias de férias, implementados em 2022.

Diversidade em órgãos de governação e colaboradores			
	Homens	Mulheres	Total
<b>Administração Cofina, SGPS, S.A.</b>			
até 35 anos	0 %	0 %	0 %
30-54 anos	67 %	17 %	83 %
mais de 54 anos	0 %	17 %	17 %
<b>Administração Cofina Media, S.A.</b>			
até 35 anos	0 %	0 %	0 %
30-54 anos	0 %	50 %	50 %
mais de 54 anos	50 %	0 %	50 %
<b>Colaboradores</b>			
até 35 anos	19 %	13 %	32 %
30-54 anos	31 %	22 %	53 %
mais de 54 anos	9 %	6 %	15 %

0

Incidentes de discriminação

Por ser um tema de extrema relevância para o Grupo Cofina, existe, ainda, um foco no desenvolvimento e na participação em iniciativas que promovem princípios da Igualdade e Diversidade.

Em março de 2022 ocorreu mais uma edição do Programa Executivo **Sustainability: A Corporate Journey**, promovido pelo ISEG, que contou com a participação do Diretor de Recursos Humanos do Grupo Cofina. Esta formação abordou a integração da dimensão social na estratégia das empresas, rumo à sustentabilidade dos negócios, com o objetivo de ampliar a visão sobre o papel das empresas na sociedade, estimulando a reflexão sobre os desafios que se colocam à sociedade atual.

**Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)** são temas cada vez mais relevantes para o crescimento sustentável de uma organização. Por isso, o Grupo Cofina, através do “Negócios” e do “Record”, em parceria com o “Financial Times”, deram continuidade ao projeto **Audience Diversity Academy**. Este programa, centrado na diversidade das audiências (Mulheres e Jovens), teve como objetivo o desenvolvimento de meios para potenciar uma maior representatividade nas audiências, designadamente através de uma comunicação mais impactante junto dos *targets* definidos.

A CMTV, no que está estabelecido no plano plurianual em vigor, cumpre integralmente a emissão de programas com interpretação da língua gestual destinada a públicos com necessidades especiais.

## Atração, Retenção e Desenvolvimento de Talento

O Grupo Cofina possui uma abordagem holística à captação e ao desenvolvimento do talento, consubstanciada em múltiplas iniciativas internas e de parceria.

Exemplo disso mesmo é a parceria com a Universidade Autónoma, no âmbito da Pós-Graduação em Jornalismo Televisivo e Multiplataforma, que aborda as várias plataformas jornalísticas – imprensa, televisão e *online* – com foco na inovação tecnológica e na evolução das tendências, proporcionando ferramentas para lidar com um setor em constante evolução. O Grupo Cofina disponibiliza profissionais para lecionar na Pós-Graduação e acolhe, em regime de estágio profissional remunerado, os dois melhores alunos.

O Grupo mantém, ainda, protocolos de parceria com outras instituições de ensino, proporcionando estágios a jovens estudantes em diferentes áreas para fomentar uma relação de maior proximidade entre o mundo académico e empresarial. O investimento do Grupo Cofina nestas parcerias académicas permite o reconhecimento do talento externo e a sua integração na organização.

Em 2022, o **Grupo Cofina acolheu 78 estagiários** (62% dos quais, mulheres) nas áreas de Editorial, *Marketing*, *Online* e Sistemas de Informação, tendo sido integrados 10 jovens na área Editorial.

Para potenciar os níveis de retenção e progressão das suas pessoas, o Grupo Cofina dispõe de um **Modelo de Gestão de Desempenho** que permite conhecer as competências e identificar as necessidades de melhoria e investimento, alinhando o desempenho dos colaboradores com a estratégia de negócio, com vista ao cumprimento dos objetivos traçados pelo Grupo. O modelo

permite, ainda, perceber os pontos fortes e os aspetos a melhorar em cada colaborador, possibilitando uma gestão de recursos humanos assente na valorização profissional e no reconhecimento, motivando e fomentando o desenvolvimento do potencial profissional e a comunicação entre chefias e colaboradores.

O Modelo de Gestão de Desempenho permite traçar um plano evolutivo, necessário para atingir os objetivos individuais e da organização, assente em 4 princípios.

<b>Foco no futuro e no <i>feedback</i> contínuo</b>	<b>Objetividade e perceção de justiça e equidade</b>
<b>Formação das equipas com vista ao desenvolvimento individual e contínuo</b>	<b>Aumento da <i>performance</i> das equipas e da organização</b>

O desenvolvimento do Modelo contou com o envolvimento da equipa de gestão do Grupo Cofina, nomeadamente a Administração e os Diretores, a par de profissionais com responsabilidades de gestão, em *workshops* e reuniões, de modo a identificar as competências a avaliar em cada Direção ou Área Corporativa, alinhadas com as expectativas da organização. O Modelo é composto por uma componente prática (conceitos) e uma componente aplicacional (*software* de suporte), tendo sido apresentado a todos os profissionais e testado por um *focus group* para identificação dos aspetos a melhorar. A avaliação de desempenho é aplicável a todos os colaboradores com mais de 6 meses de contrato, sendo que os colaboradores com menos de 6 meses de contrato podem realizar a sua auto-avaliação, a título opcional, para obtenção de *feedback* da chefia e alinhamento de objetivos.

Como consequência da aplicação do modelo, foram identificadas necessidades de formação ao nível da liderança, de gestão de equipas e conhecimentos em Excel.

**90 %** dos colaboradores abrangidos pela Avaliação de Desempenho em 2022

A capacitação e o desenvolvimento do potencial dos colaboradores são uma prioridade para o Grupo Cofina. Por isso, investe continuamente em formação, tanto ao nível de conceitos técnicos relativos a, por exemplo, peças jornalísticas e direitos de televisão, como ao nível da gestão e da liderança. O **Plano de Formação**, direcionado ao colaborador de acordo com a sua função, é construído com base na identificação das necessidades de formação de cada departamento, na informação fornecida pelo Modelo de Gestão de Desempenho e de acordo com o *budget* definido. Em 2022, o Grupo iniciou uma formação em microinformática, nomeadamente Excel, que abrangeu 131 pessoas.

Em 2022, deu-se início a uma ação de formação de liderança de grande relevância para o Grupo – “**Ser Cofina, ADN do Talento**” - dirigida aos colaboradores em funções de chefia. O objetivo desta iniciativa é formar os líderes do Grupo com ferramentas mais eficazes de gestão de pessoas para que tenham um maior impacto na eficiência da organização e na *performance* das equipas.

Assim, ao investir no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, o Grupo Cofina assegura a sustentabilidade do seu ADN e amplia o sucesso das pessoas e da organização.

Horas de Formação						
	2021 (n.º) <sup>1</sup>			2022 (n.º)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Área técnica	270	0	270	171	0	171
Área de segurança, saúde e ambiente	78	30	108	18	25	43
Área das tecnologias de informação	7	42	49	406	521	927
Línguas estrangeiras	0	0	0	0	25	25
Área de desenvolvimento pessoal e profissional	1.230	1.060	2.290	416	129	545

1

Atualmente, um dos maiores desafios para os agentes empresariais é a atração e retenção de talento. Por isso, o Grupo Cofina foca-se em motivar as suas Pessoas e impulsionar o seu desenvolvimento, elaborando várias iniciativas ao longo do ano, para além da atribuição de benefícios e compensações para a promoção da saúde, da segurança e do bem-estar dos seus colaboradores.



## Envolvimento e Motivação

### Aniversário das Publicações

O Grupo Cofina comemora o aniversário das publicações com os seus colaboradores, através de um momento de convívio entre todos e da partilha de um bolo de aniversário nas respetivas redações.

### Dia Internacional da Mulher

Em 2022, o Grupo comemorou este dia de forma diferente. Em lugar de oferecer uma lembrança a todas as mulheres do Grupo, aliou-se este dia a uma ação de solidariedade social. Assim, reverteu-se o valor habitualmente despendido nas ofertas à compra de bens da lista da Associação Médicos do Mundo, destinados às mulheres da Ucrânia que se encontram a viver momentos particularmente difíceis depois de abandonar o seu país com os filhos, deixando para trás familiares que se encontram no confronto da guerra. Em paralelo, o Grupo divulgou esta iniciativa internamente e apelou ao espírito solidário dos seus colaboradores, de modo a que se pudessem juntar à oferta de bens.

### Páscoa

Neste dia, o Grupo Cofina oferece a todos os colaboradores um pacote de amêndoas alusivas à época festiva.

### São Martinho

No Dia de S. Martinho, o Grupo Cofina contratou um assador de castanhas e ofereceu uma dúzia de castanhas a cada colaborador.

### Dia de Aniversário

O Grupo Cofina oferece o dia de aniversário aos seus colaboradores.

### Natal

Em 2022, o Grupo Cofina voltou a celebrar a quadra natalícia com vários momentos especiais. Para além da oferta aos colaboradores de um Bolo Rei e do Cabaz de Natal com produtos para a Ceia, o Grupo ofereceu presentes e convites para o Teatro de Natal no Politeama aos filhos dos colaboradores (até aos 12 anos), envolvendo-os nas decorações natalícias dos escritórios com o envio de uma bola ou estrela para personalização e colocação na Árvore de Natal da Cofina.

### Recolha de Sangue

Desde 2013, em cooperação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, o Grupo Cofina promove a recolha de sangue, a título voluntário, nas suas instalações duas vezes por ano.

<sup>1</sup> O número de horas de formação foi atualizado, face à disponibilização de informação complementar.

### Bem-Estar, Saúde e Segurança

A saúde, física e mental, e a segurança dos colaboradores são de extrema importância para o Grupo Cofina, preocupação que se reflete no modo como atua.

Para assegurar a segurança em ambiente de trabalho, conta com o apoio de uma empresa externa, prestadora de serviços de higiene, segurança e saúde ocupacional, para a gestão dos riscos relacionados com as atividades principais, que inclui a promoção de sessões de sensibilização e a realização de simulacros de evacuação. Adicionalmente, o Grupo mantém uma equipa interna de primeiros socorros, qualificados pela Cruz Vermelha Portuguesa através de formações regulares e, alguns, com formação em DAE – Desfibriladores Automáticos Externos, possibilitando a realização do suporte básico de vida em situações de emergência. Em 2022, aumentámos esta equipa com mais 2 elementos formados.

O Grupo Cofina promove, ainda, reuniões regulares para partilha e reporte de intervenções no terreno e de situações a melhorar, discutir ideias e planejar ações futuras, realizando, também, avaliações de riscos por função e avaliação da iluminação e do ambiente térmico. Neste âmbito, em 2022, foi desenvolvido um questionário para Consulta dos Colaboradores, com implementação prevista para 2023. Paralelamente, o Grupo Cofina criou uma Carta de Risco, com vista a alertar os colaboradores para os diversos perigos e riscos com os quais se podem confrontar no seu dia-a-dia de trabalho, tanto no interior como no exterior das instalações. Esta informação foi disponibilizada na *intranet*.

Ao nível de acidentes de trabalho, o Grupo Cofina realiza monitorizações e avaliações anuais, aplicando medidas corretivas adequadas sempre que necessário, como é o caso da passarela antiderrapante, colocada na entrada do edifício para evitar quedas, e os equipamentos de suporte de câmaras para os repórteres de imagem, que permitem uma melhor distribuição do peso e previnem lesões musculoesqueléticas.






Em 2022, o Grupo Cofina desenvolveu e implementou o **Manual de Procedimentos de Saúde e Segurança no Trabalho**, que visa estabelecer e uniformizar as principais práticas e procedimentos de carácter técnico-organizativo dos serviços de saúde existentes para a gestão da saúde e da segurança dos colaboradores do Grupo. O Manual foi criado tendo por base as normas legais em vigor e a sua gestão é da responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos.

Em 2022, o número de acidentes de trabalhos e os índices de frequência e severidade reduziram, face a 2021, embora tenha decorrido uma fatalidade por motivo de deslocação em trabalho.

Saúde e Segurança no Trabalho		
	2021	2022
Número de óbitos	0	1
Número de acidentes de trabalho	11	8
Índice de frequência de acidentes	10	7
Índice de severidade dos acidentes	0,09	0,07

Porque, para o Grupo Cofina, as Pessoas são uma prioridade, em 2022 foi dada continuidade a uma vasta panóplia de benefícios e iniciativas no âmbito do Bem-Estar, da Saúde e da Segurança.



 <h3>Seguro de Saúde e de Vida</h3> <p>O Grupo Cofina oferece seguro de saúde aos seus colaboradores, com possibilidade de extensão a familiares diretos, para acesso a serviços médicos em estabelecimentos de saúde da rede contratada e assistência ao domicílio. Oferece, também, um Seguro de Vida que cobre riscos de morte e invalidez total e permanente.</p>	 <h3>Equipamentos e Serviços</h3> <p>Para que os seus colaboradores tenham a possibilidade de preparar as suas refeições de forma tranquila e saudável, o Grupo disponibiliza, nas suas instalações, áreas próprias e equipadas para refeições completas ou ligeiras. Dispõe, também, diariamente de uma oferta variada e saudável de refeições e <i>snacks</i>, em parceria com uma empresa de <i>catering</i>.</p>	 <h3>Protocolos</h3> <p>O Grupo Cofina estabelece parcerias e protocolos com várias instituições que permitem o acesso a condições especiais para os colaboradores e familiares, nomeadamente, clínicas dentárias e <i>Health Clubs</i>.</p>
 <h3>Serviços de Medicina e Enfermagem</h3> <p>Um serviço muito valorizado pelos colaboradores do Grupo é o gabinete médico nas instalações de Lisboa para consultas de medicina do trabalho, legalmente previstas, e de medicina curativa.</p> <p>Desde a pandemia até novembro de 2022, o Grupo teve diariamente nas suas instalações um profissional de saúde para nos apoiar nas testagens dos colaboradores e em situações de casos suspeitos de Covid-19.</p> <p>Dispõe, ainda, de um serviço de medicina curativa, higiene e segurança no trabalho onde avaliam riscos por função, avaliam a iluminação e a qualidade do ar.</p> <p>Os colaboradores podem também contar com a equipa de primeiros socorros para qualquer situação no decorrer durante o seu dia de trabalho.</p>	 <h3>Atividades de Lazer</h3> <p>Para promover a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores, o Grupo incentiva à prática de desporto através de diversas atividades individuais e em grupo, durante os fins-de-semana. Uma das iniciativas é a <i>Cofina Runners</i>, em vigor desde 2015, cujo lema é “Corre... Desafia-te... e Disciplina-te. Imediatamente!”. Esta atividade promove o espírito de equipa e a vontade de correr em grupo, numa ótica de motivação e superação.</p> <p>Adicionalmente, o Grupo Cofina divulga e participa noutras atividades, como é o caso da iniciativa “Um dia a pedalar, porque não?”, que pretende sensibilizar os colaboradores para a redução dos impactos ambientais da mobilidade urbana, incentivando-os a optar pela bicicleta na deslocação para o trabalho no primeiro dia da Semana Europeia da Mobilidade. O Grupo Cofina disponibilizou, nesse dia e a todos os colaboradores, o acesso ao estacionamento para as bicicletas nas instalações de Lisboa.</p>	

# 05

## Impactar a Sociedade

### Apoio à Comunidade

Para o Grupo Cofina, o apoio à comunidade não é, apenas, uma responsabilidade, mas antes um desígnio que decorre da sua ação enquanto agente influenciador da mudança. O Grupo pretende criar um impacto positivo na sociedade e no planeta, muito para além das suas operações de negócio, pelo que, ao longo dos anos, tem apoiado inúmeras causas e iniciativas.

Em 2022, o Grupo continuou a contribuir para o desenvolvimento da comunidade através de uma ampla panóplia de iniciativas:

Recolha de tampinhas	Reciclagem	Missão Ucrânia no Dia da Mulher
A recolha de tampinhas para a Constança é uma atividade que o Grupo Cofina mantém para ajudar uma menina com síndrome de <i>Rett</i> , que as utiliza como “moeda” de troca para as suas terapias.	Com o objetivo de incentivar ao hábito da reciclagem, equipámos o edifício com baldes do lixo de reciclagem (papelão, embalão e pilão), com vista à reciclagem dos vários tipos de materiais.	<p>Em 2022, o Dia Internacional da Mulher foi assinalado de uma forma diferente: Foi organizada uma ação de solidariedade social, revertendo o valor que habitualmente investimos neste dia na compra de bens identificados na lista da Associação Médicos do Mundo, cujo destino são as mulheres da Ucrânia que vivem momentos particularmente difíceis e que tiveram de abandonar o seu país com os filhos, deixando para trás familiares que se encontram no confronto de guerra.</p> <p>Paralelamente, a iniciativa foi divulgada internamente e apelou-se ao espírito solidário de todos os colaboradores para que se juntassem na oferta destes bens.</p>

### Heróis Missão Continente

O Grupo Cofina associou-se à Missão Continente, uma iniciativa que tem por objetivo a participação em diversas ações de cariz social, promovendo um conjunto de comportamentos solidários, saudáveis e sustentáveis com vista à promoção do bem.

O Grupo convidou os seus colaboradores e as suas famílias a inscrever-se numa das iniciativas disponíveis no [website](http://website.missao.continente.pt) missao.continente.pt. Por cada participação, o Grupo Cofina ofereceu um dia de férias.

Todas estas iniciativas são muito simples de concretizar e fazem a diferença!

<b>Vamos Caminhar I</b> Ir para a escola ou para o trabalho a caminhar	<b>Uma luz de cada vez</b> Substituir lâmpadas incandescentes por lâmpadas LED	<b>Professor Voluntário</b> Ensinar algo a alguém
<b>Um saco para todos os dias</b> Optar por sacos reutilizáveis quando for às compras	<b>(Re)aproveitar fruta amadurecida I</b> Receitas com peças de fruta prestes a estragar-se	<b>Reciclar é fácil I</b> Criar uma área de separação de lixo doméstico
<b>Uma refeição do coração I</b> Entregar uma refeição a alguém que necessite de apoio	<b>Uma refeição do coração II</b> Entregar uma refeição a alguém carenciado	<b>Uma causa para cada Herói</b> Contribuir com a doação de tempo ou bens para uma causa à sua escolha

### Liga Portuguesa Contra o Cancro

A equipa de Recursos Humanos participa ativamente no peditório da Liga Portuguesa Contra o Cancro, percorrendo o edifício-sede do Grupo Cofina para recolher donativos para esta causa.

### Campanha Médicos do Mundo “Sara cá dentro as feridas de lá”

No início de março de 2022, o Grupo Cofina uniu-se à Associação Médicos do Mundo para recolher, no final do ano, meias quentes e tamanhos grandes para doar a quem mais precisa.

### Fundação EDP

No Natal de 2022, o Grupo Cofina associou-se à Fundação EDP, uma entidade que tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, através de iniciativas sociais, culturais e científicas.

Partilhando os valores desta entidade, o Grupo ofereceu, juntamente com a Fundação EDP, um presente de Natal a cerca de 4.400 crianças e jovens em situação de acolhimento pela Segurança Social, distribuídas por 285 instituições no país inteiro.

Paralelamente à oferta de presentes, o Grupo Cofina desafiou os seus colaboradores a disponibilizar um pouco do seu tempo na ajuda ao outro, embrulhando presentes na Fábrica do Pai Natal.

Para além destas iniciativas, o Grupo sente a necessidade de intervir mais ativamente no desenvolvimento da comunidade, de uma forma regular e sustentada. Por isso, em novembro de 2022, criou-se o grupo **We Together** com o objetivo de incentivar os colaboradores a envolver-se mais em projetos de responsabilidade social, quer através da apresentação de ideias, quer participando ativamente no apoio à comunidade, promovendo também o trabalho em equipa. Através deste programa, ainda em 2022, foram desenvolvidas duas iniciativas:

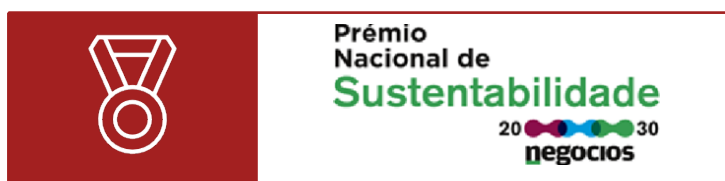
#### Refood Gaia

Através da *Refood Gaia*, alguns elementos da Delegação do Porto e dos Recursos Humanos cozinham, preparam e embalaram 120 refeições para oferecer a famílias em risco e famílias carenciadas.

#### ASMAL

As equipas do Algarve, Faro e Portimão juntaram-se para a remodelação de um espaço para os utentes da ASMAL, uma associação de saúde mental, tornando-o mais agradável e adaptado às suas necessidades. Participámos, também, na construção de floreiras para a plantação de produtos hortícolas.

### Premiar a Sustentabilidade



No âmbito da sua atuação empresarial responsável, o Grupo Cofina, através da iniciativa promovida pelo “Negócios” - *Prémio Nacional de Sustentabilidade* -, apresenta a sustentabilidade como um tema central para a sociedade portuguesa. O Prémio, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, distingue as organizações que se destacam pelo compromisso na adoção, discussão e desenvolvimento de iniciativas de sustentabilidade nas áreas de Ambiente, Social e Governança. A iniciativa, planeada a 10 anos, conta com o Alto Patrocínio da Presidência da República e a Deloitte enquanto *Knowledge Partner*, sendo que, ao longo das várias edições, têm sido realizadas várias conferências para suscitar o importante debate sobre a sustentabilidade no atual contexto empresarial.

Em 2022 foi lançada a 3.ª edição do *Prémio Nacional de Sustentabilidade*, que, em 2023, irá distinguir projetos, produtos e/ou serviços em três grandes eixos:



### Social

**Bem-Estar e Cidades Sustentáveis:** Promoção de habitação acessível e sustentável e do bem-estar da comunidade. Criação de impacto positivo, através da integração, comunicação e interação com os cidadãos e a melhoria de infraestruturas (ex.: transporte, gestão de resíduos, espaços verdes), serviços públicos, edifícios e condições de habitação.

**Igualdade, Diversidade e Equidade:** Contributo para a inclusão, a criação de equilíbrios geracionais, o desenvolvimento e o fortalecimento social, a redução das desigualdades e o combate ao isolamento social, eliminando qualquer tipo de discriminação com base em ascendência, deficiência, idade, identidade de género, nacionalidade, orientação sexual, origem étnica ou raça, religião ou situação familiar e económica.

**Saúde e Bem-Estar nas Empresas/Organizações:** Contributo para o bem-estar dos colaboradores, internos e externos, promovendo o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, a saúde ocupacional, o bem-estar psíquico, o suporte em situação de doença/carência familiar, oportunidades de crescimento na carreira, espírito de equipa e entreajuda e melhoria dos espaços de trabalho.



### Ambiental

**Economia Circular:** Inovação nas áreas de conceção, *design*, produção, distribuição e consumo, através da aplicação de princípios de economia circular ao longo do ciclo de vida de um produto, promovendo a recolha, a reutilização, o tratamento/reparação, o *upgrade*, a renovação, a reciclagem e o reaproveitamento.

**Descarbonização:** Criação de impacto positivo ao nível da redução das emissões GEE e da promoção da luta contra as alterações climáticas.

**Mobilidade Sustentável:** Promoção do aumento das opções de transporte sustentável e colaborativo e da melhoria da qualidade de vida da população, através da redução do tempo de transporte, do acesso em igualdade e equidade e da promoção de espaços e infraestruturas organizadas, seguras e acessíveis a todos, bem como redes de transporte intermodais.

**Preservação do Capital Natural:** Promoção da biodiversidade e da integração do capital natural no processo de decisão das organizações.



## Económica/Governance

**Comunicação em Sustentabilidade:** Conceção de soluções de comunicação eficazes, impactantes, de carácter educativo, que permitam aumentar a transparência e a redução de desinformação e, em simultâneo, promover a consciencialização e a transição para comportamentos sustentáveis em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

**Finanças Sustentáveis:** Iniciativas, serviços, projetos ou produtos que compreendam critérios de sustentabilidade e tenham como objetivo contribuir para uma maior inovação, transparência, crescimento, desenvolvimento e alinhamento com os ODS, sendo também valorizadas inovações, como modelos de avaliação de risco ESG e respetiva aplicação à concessão e atribuição de financiamento.

**Transformação digital em sustentabilidade:** Soluções tecnológicas e digitais inovadoras que promovam o acesso à informação e contribuam para o bem-estar social, saúde pública ou ambiente (por exemplo, erradicação da fome e pobreza, promoção da saúde e preservação dos recursos naturais), aumento da produtividade e redução de tempos de espera, otimização de processos e procedimentos manuais. Ex.: *apps*, *websites* ou outras plataformas disruptivas na interação com cidadãos, inteligência artificial, robótica, realidade aumentada e virtual, *machine learning*.

O *Prémio Nacional de Sustentabilidade* distingue, ainda, a cada edição, uma Personalidade e uma ONG que se tenham destacado pela conduta e atuação em prol da sustentabilidade, ao nível económico, social e ambiental.

## A edição de 2022 contou com



**12,5 M€ atribuídos em prémios**

(em publicidade nos títulos Cofina)



**73 candidaturas**

em 8 categorias



**Júri Prestigiado**

com 62 elementos

## Sensibilizar para o futuro

A consubstanciar o trabalho desenvolvido no âmbito do Prémio Nacional de Sustentabilidade, o Grupo Cofina, através do “Negócios”, promove, também, o Negócios Sustentabilidade 20|30, um conjunto de *talks* dedicadas aos desafios e às boas práticas em sustentabilidade. A edição de 2021 contou, neste âmbito, com 7 *Talks* sobre Sustentabilidade, com mais de 48 oradores, entre comissários europeus e outros governantes, CEOs de empresas e especialistas nas várias vertentes ESG, com a visibilidade mediática de mais de 200 notícias e 4 milhões de visualizações dos vários conteúdos.

Para a edição de 2022, o Grupo Cofina preparou um Ciclo de 3 Grandes Conferências com os maiores especialistas em sustentabilidade, para além do já habitual Evento Final de Entrega de Prémios, que decorrerá em 2023.

Sob o lema “O amanhã debate-se hoje”, foram realizadas duas conferências em 2022:



A **Conferência Ambiente | O Combate para o Futuro**, decorreu a 21 de outubro em formato *online*, promovendo o debate em torno de temas como a preservação do capital natural, a descarbonização da indústria, a mobilidade e a economia circular. A iniciativa contou com a participação de oradores especialistas, tais como Duarte Cordeiro, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, e Goran Carstedt, Conselheiro do ex-Presidente norte-americano Bill Clinton para Assuntos do Clima.



A **Conferência Social | Os desafios da igualdade em tempos de crise**, decorreu a 9 novembro em formato *online*, promovendo o debate sobre a ameaça da pobreza, diversidade e igualdade, casas e cidades mais amigas e bem-estar nas empresas, tendo contado com a participação de oradores especialistas, como Guy Verhofstadt, ex-primeiro-ministro da Bélgica e deputado europeu, e Victor do Prado, ex-Diretor da *World Trade Organization* (WTO).



A edição 2022 prolongar-se-á até 2023, com a realização da **Conferência Governação** em janeiro.

### Sobre o Relatório

#### Âmbito, Período e Estrutura de Reporte

A Cofina, SGPS, S.A. publica o seu segundo Relatório de Sustentabilidade relativo ao desempenho no período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, contando com uma periodicidade anual.

O Relatório apresenta informação consolidada da Cofina, SGPS, S.A. (Cofina Media, S.A. e Grafedisport - Impressão e Artes Gráficas, S.A. - Em Liquidação). O reporte de informação financeira do Grupo Cofina inclui, para além das empresas supracitadas, a VASP - Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda. e a Mercados Globais - Publicação de Conteúdos, Lda..

#### Global Reporting Initiative (GRI)

A Cofina, SGPS, S.A. relatou em conformidade com os GRI Standards (vide Tabela GRI).

Sempre que possível e relevante foi apresentada informação relativa aos anos anteriores, no sentido de fornecer uma visão da evolução do seu desempenho em matéria de sustentabilidade.

#### Informação não financeira

Conforme estipulado pela Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta para o ordenamento jurídico interno pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, o Grupo deve prestar informação sobre matérias não financeiras. Tal informação deverá ser suficiente para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos colaboradores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

A informação não financeira prevista no Decreto-Lei n.º 89/2017 referente ao período de 2022 está incluída no presente relatório, sendo que se encontra incluída no anexo Tabela de Correspondência com os requisitos definidos neste diploma.

#### Regulamento de Taxonomia da UE

Este relatório é, ainda, preparado de acordo com os requisitos legais vertidos no Regulamento de Taxonomia da UE, nomeadamente a divulgação dos Indicadores Chave de Desempenho específicos sobre a elegibilidade e alinhamento das atividades ambientais.

#### Verificação Externa

O presente Relatório não é sujeito a verificação por parte de entidade externa.

#### Contactos

Para qualquer esclarecimento relacionado com o presente Relatório ou com a atuação da Cofina, SGPS, S.A. em matéria de sustentabilidade poderá contactar o Departamento de Recursos Humanos, através do *e-mail* [njeronimo@cofina.pt](mailto:njeronimo@cofina.pt).



## Informação Complementar

### GRI 2-7 Informação dos colaboradores | GRI 2-8 Trabalhadores que não são colaboradores

Informação dos Colaboradores						
	2021			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores com contrato por tempo indeterminado	387	278	665	400	272	672
Colaboradores com contrato a termo	3	3	6	6	8	14
Colaboradores com contrato a termo incerto	7	1	8	1	5	6
Estágios	33	33	66	30	48	78
Subcontratados	0	0	0	45	13	58
Período Integral ( <i>full-time</i> )	397	278	675	406	280	686
Período Parcial ( <i>part-time</i> )	0	4	4	1	5	6

### GRI 2-16 Comunicação de preocupações críticas ao mais alto órgão de *governance*

Comunicação de preocupações críticas ao mais alto órgão de <i>governance</i>	
	2022
Número de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de <i>governance</i>	0

### GRI 2-27 Conformidade com leis e regulamentos

Conformidade com leis e regulamentos	
	2022
Número total de casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos	0
Valor total de multas para casos de não conformidade significativos	0

### GRI 2-30 Negociação Coletiva

Negociação Coletiva						
	2021			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
% de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva	6 %	12 %	8 %	9 %	1 %	6 %
% de colaboradores sindicalizados	9 %	10 %	9 %	9 %	10 %	9 %

## GRI 401-1 Novas contratações e rotatividade

Novas Contratações e Rotatividade						
	2021			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<b>N.º de admissões e saídas</b>						
<b>Colaboradores admitidos</b>	<b>71</b>	<b>58</b>	<b>129</b>	<b>102</b>	<b>64</b>	<b>166</b>
até 30 anos	29	35	64	78	44	122
30-50 anos	41	20	61	2	2	4
mais de 50 anos	1	3	4	22	18	40
<b>Colaboradores que saíram</b>	<b>91</b>	<b>87</b>	<b>178</b>	<b>118</b>	<b>67</b>	<b>185</b>
até 30 anos	25	34	59	52	38	90
30-50 anos	50	38	88	20	1	21
mais de 50 anos	16	15	31	46	28	74
<b>% de admissões e saídas</b>						
<b>Colaboradores admitidos</b>	<b>17,9 %</b>	<b>20,6 %</b>	<b>19,0 %</b>	<b>25,1 %</b>	<b>22,5 %</b>	<b>24,0 %</b>
até 30 anos	7,3 %	12,4 %	9,4 %	19,2 %	15,4 %	17,6 %
30-50 anos	10,3 %	7,1 %	9,0 %	0,5 %	0,7 %	0,6 %
mais de 50 anos	0,3 %	1,1 %	0,6 %	5,4 %	6,3 %	5,8 %
<b>Colaboradores que saíram</b>	<b>22,9 %</b>	<b>30,9 %</b>	<b>26,2 %</b>	<b>29,0 %</b>	<b>23,5 %</b>	<b>26,7 %</b>
até 30 anos	6,3 %	12,1 %	8,7 %	12,8 %	13,3 %	13,0 %
30-50 anos	12,6 %	13,5 %	13,0 %	4,9 %	0,4 %	3,0 %
mais de 50 anos	4,0 %	5,3 %	4,6 %	11,3 %	9,8 %	10,7 %

## GRI 403-9 Acidentes de trabalho

Saúde e Segurança no Trabalho		
	2021	2022
Óbitos	0	1
Número de acidentes de trabalho	11	8
Número de acidentes de trabalho de consequência grave, exceto óbitos	0	0
Índice de frequência de acidentes	10,0	7,0
Índice de severidade dos acidentes	0,1	0,1
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0,0	0,1
Índice de acidentes de trabalho	9,5	7,0
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave, exceto óbitos	0,0	0,0
Número de horas trabalhadas	1.155.345	1.179.178

## GRI 404-1 Número médio de horas de formação por colaborador

Número médio de horas de formação por colaborador						
	2021			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Média de horas de formação por categoria profissional	3,99	4,01	4,00	2,48	2,46	2,47

## Notas Metodológicas

## Emissões GEE - Âmbito 1

## Emissões GEE - Âmbito 1

Ano	Combustível	Unidade	Consumo combustíveis (l)	Densidade (kg/l)	Consumo de combustíveis (Kg)	Consumo de combustíveis (GJ)	EMISSIONES GEE (ton eq)			
							CO2	CH4	N2O	CO2e
2022	Gasolina	Grafedisport	989,91	0,748	732,56	32,23	2,332	0,007	0,009	2,347
2022	Gasolina	Cofina Media	62.532,24	0,748	46.275,42	2.036,12	147,293	0,442	0,546	148,281
2022	Gasóleo	Grafedisport	813,19	0,833	670,21	28,87	2,151	0,000	0,028	2,180
2022	Gasóleo	Cofina Media	51.386,07	0,833	42.351,11	1.824,06	135,947	0,009	1,794	137,750
<b>Total</b>			<b>115.721,41</b>		<b>90.029,30</b>	<b>3.921,28</b>	<b>287,723</b>	<b>0,459</b>	<b>2,377</b>	<b>290,559</b>

Para o cálculo das emissões de GEE de âmbito 1 foram considerados os seguintes fatores de emissão:

	Densidade (kg/l)	PCI (GJ/ton)	Fontes
<b>Gasolina</b>	0,748	44,000	APA - Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) 2013-2020 Poder Calorífico Inferior, Fator de Emissão e Fator de Oxidação; Decreto-Lei n.º 152-C/2017, de 11 de dezembro
<b>Gasóleo</b>	0,833	43,070	

	Fator de oxidação	CO2 (t/TJ)	CH4 (t/TJ)	N2O (t/TJ)	Fonte
<b>Gasolina</b>	0,990	72,340	0,009	0,001	NIR 2022
<b>Gasóleo</b>	0,990	74,530	0,000	0,003	

## Emissões GEE - Âmbito 2

Para o cálculo das emissões de GEE de âmbito 2 foram considerados os seguintes fatores de emissão:

	(g CO2/kWh)	(Kg CO2/kWh)	Fontes
<b>Market-based</b>	273,050	0,273	EDP - Clientes empresariais 2022 <a href="https://www.edp.pt/origem-energia/">https://www.edp.pt/origem-energia/</a>
<b>Location-based</b>	137,000	0,137	Apren 2022 <a href="https://www.apren.pt/pt/energias-renovaveis/outros">https://www.apren.pt/pt/energias-renovaveis/outros</a>
<b>Market-based</b>	95,000	0,095	AXPO (2021/2022) Sustainability Report 2021/22 - AXPO (pág.3)

## Tabela GRI

<b>Declaração de utilização</b>	A Cofina, SGPS, S.A. relatou em conformidade com os GRI <i>Standards</i> para o período entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.
<b>GRI 1 utilizado</b>	GRI 1: Foundation 2021
<b>Norma setorial aplicável</b>	N.A.

## GRI 2 - CONTEÚDOS GERAIS

GRI	Divulgações	Localização	Omissão		
			Requisitos omitidos	Motivo	Explicação
GRI 2: Conteúdos Gerais	PERFIL ORGANIZACIONAL				
	2-1 Detalhes da Organização	Cofina, SGPS, S.A. Rua Manuel Pinto de Azevedo, n.º 818, 4100-320 Porto, Portugal	-	-	-
	2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização	Sobre o Relatório	-	-	-
	2-3 Período de relato, frequência e contactos	Sobre o Relatório	-	-	-
	2-4 Reformulação das informações	Sempre que se registaram alterações, tal foi devidamente assinalado junto ao respetivo indicador.	-	-	-
	2-5 Verificação externa	Sobre o Relatório	-	-	-
	ATIVIDADES E TRABALHADORES				
	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Sobre a Cofina > Áreas de Negócio   Produtos e Serviços	-	-	-
	2-7 Colaboradores	Valorizar as pessoas > As nossas pessoas	-	-	-
	2-8 Trabalhadores que não são colaboradores	Informação Complementar	-	-	-
	GOVERNAÇÃO				
	2-9 Estrutura de <i>governance</i> e sua composição	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Valorizar as Pessoas > As nossas pessoas	-	-	-
	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de <i>governance</i>	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-11 Presidente do mais alto órgão de <i>governance</i>	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Relatório de Sustentabilidade

GRI 2: Conteúdos Gerais	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> na supervisão da gestão dos impactos	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> no relato de sustentabilidade	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-15 Conflitos de interesse	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-16 Comunicação de preocupações críticas	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Informação Complementar	-	-	-
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de <i>governance</i>	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-18 Avaliação de desempenho do mais alto órgão de <i>governance</i>	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-19 Políticas de remuneração	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-20 Processo para determinação da remuneração	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	2-21 Rácio da remuneração total anual	-	Rácio da remuneração total anual	À data da publicação do Relatório não foi possível recolher a informação em conformidade com os requisitos do indicador, sendo que a organização procurará apresentar a informação no próximo exercício de reporte.	-
	<b>ESTRATÉGIA, POLÍTICAS E PRÁTICAS</b>				
	2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	-	-	-
	2-23 Políticas	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>			
	2-24 Incorporação de Políticas	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Relatório de Sustentabilidade

GRI 2: Conteúdos Gerais	2-25 Processos para remediar impactos negativos	Agir com responsabilidade > Governança, Gestão do Risco e Compliance	-	-	-
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Agir com responsabilidade > Governança, Gestão do Risco e Compliance	-	-	-
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Informação Complementar	-	-	-
	ABORDAGEM AO ENVOLVIMENTO DE STAKEHOLDERS				
	2-28 Participação em associações	Agir com responsabilidade > Criar valor para os stakeholders > Participação em associações	-	-	-
	2-29 Abordagem de envolvimento de partes interessadas	Agir com responsabilidade > Criar valor para os stakeholders	-	-	-
	2-30 Acordos de negociação coletiva	Informação Complementar	-	-	-

## GRI 3 - TEMAS MATERIAIS

GRI	Divulgações	Localização	Omissão		
			Requisitos omitidos	Motivo	Explicação
GRI 3: Temas Materiais	3-1 Processo de definição de temas materiais	Agir com responsabilidade > Materialidade	-	-	-
	3-2 Lista de temas materiais	Agir com responsabilidade > Materialidade	-	-	-
	ÉTICA				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Agir com responsabilidade > Governança, Gestão do Risco e Compliance	-	-	-
	Denúncias relativas a irregularidades, face ao estabelecido no Código de Ética e de Conduta	Agir com responsabilidade > Abordagem Ética, Promoção dos DH e Combate à Corrupção e ao Suborno	-	-	-
	INOVAÇÃO E TECNOLOGIA				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Sobre a Cofina > Inovação e Tecnologia	-	-	-
	SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Agir com responsabilidade > Segurança da Informação	-	-	-
	418-1 Denúncias comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Agir com responsabilidade > Segurança da Informação	-	-	-
	ESTRATÉGIA CLIMÁTICA				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Proteger o Planeta > Estratégia Climática & Ecoeficiência Operacional	-	-	-
	305-1 Emissões diretas (âmbito 1) de gases com efeito estufa (GEE)	Proteger o Planeta > Emissões GEE Notas Metodológicas	-	-	-
	305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de gases com efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Proteger o Planeta > Emissões GEE Notas Metodológicas	-	-	-

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Relatório de Sustentabilidade

GRI 3: Temas Materiais	305-3 Outras emissões indiretas (âmbito 3) de gases com efeito estufa (GEE)	Proteger o Planeta > Emissões GEE Notas Metodológicas	-	-	-
	<b>ECOEFIÊNCIA OPERACIONAL</b>				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Proteger o Planeta > Estratégia Climática & Ecoeficiência Operacional	-	-	-
	302-3 Intensidade energética	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	303-1 Interações com a água como recurso partilhado	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	303-2 Gestão de impactos relacionados com os efluentes	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	303-3 Captação da água	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	<b>RESÍDUOS</b>				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos			
	306-1 Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos	-	-	-
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados com resíduos	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos	-	-	-
	306-3 Resíduos gerados	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos	-	-	-
	<b>DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO</b>				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Valorizar as Pessoas > Atração, Retenção e Desenvolvimento do Talento	-	-	-
	404-1 Média de horas de formação por ano, por colaborador	Informação Complementar	-	-	-
	<b>BEM-ESTAR, SAÚDE E SEGURANÇA</b>				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Bem-estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-2 Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-

GRI 3: Temas Materiais	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-9 Acidentes de trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança Informação Complementar	-	-	-
	<b>DIREITOS HUMANOS (IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, DIVERSIDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO)</b>				
	3-3 Gestão dos temas materiais	Agir com responsabilidade > Governança, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>	-	-	-
	405-1 Diversidade em órgãos de <i>governance</i> e colaboradores	Valorizar as pessoas > As nossas pessoas; Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação	-	-	-

### GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

GRI	Divulgações	Localização	Omissão		
			Requisitos omitidos	Motivo	Explicação
GRI 200: Indicadores Económicos	201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	Agir com responsabilidade > Desempenho Económico	-	-	-



## GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI	Divulgações	Localização	Omissão		
			Requisitos omitidos	Motivo	Explicação
GRI 300: Indicadores Ambientais	MATERIAIS				
	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	ENERGIA				
	302-3 Intensidade energética	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	ÁGUA E EFLUENTES				
	303-1 Interações com a água como recurso partilhado	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	303-2 Gestão de impactos relacionados com os efluentes	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	303-3 Captação da água	Proteger o Planeta > Gestão de Consumos	-	-	-
	EMISSIONES				
	305-1 Emissões diretas (âmbito 1) de gases com efeito estufa (GEE)	Proteger o Planeta > Emissões GEE e Notas Metodológicas	-	-	-
	305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de gases com efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	Proteger o Planeta > Emissões GEE e Notas Metodológicas	-	-	-
	305-3 Outras emissões indiretas (âmbito 3) de gases com efeito estufa (GEE)	Proteger o Planeta > Emissões GEE e Notas Metodológicas	-	-	-
	RESÍDUOS				
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos	-	-	-
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos	-	-	-
	306-3 Resíduos gerados	Proteger o Planeta > Gestão de Resíduos	-	-	-

## GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI	Divulgações	Localização	Omissão		
			Requisitos omitidos	Motivo	Explicação
GRI 400 Indicadores Sociais	EMPREGO				
	401-1 Novas contratações e rotatividade de trabalhadores	Valorizar as Pessoas > As nossas pessoas Informação Complementar	-	-	-
	SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL				
	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-2 Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança	-	-	-
	403-9 Acidentes de trabalho	Valorizar as pessoas > Bem-Estar, Saúde e Segurança Informação Complementar	-	-	-
	FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO				
	404-1 Média de horas de formação por ano, por empregado	Informação Complementar	-	-	-
	DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
	405-1 Diversidade em órgãos de <i>governance</i> e colaboradores	Valorizar as pessoas > As nossas pessoas; Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação	-	-	-
	PRIVACIDADE DO CLIENTE				
	418-1 Denúncias comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Agir com responsabilidade > Segurança da Informação	-	-	-

## Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei nº 89/2017

Requisito	Resposta
<b>MODELO EMPRESARIAL</b>	
DL 89/2017 - Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º - G do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a)	
Modelo empresarial da empresa	Sobre a Cofina > Áreas de Negócio   Produtos e Serviços
<b>DIVERSIDADE NOS ORGÃOS DO GOVERNO</b>	
DL 89/2017 - Artº4º (Remetido para o Artº 245.º - N.º 1 r) e N.º2 do CVM) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 20 (1)(g)	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	Agir com responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Valorizar as Pessoas
<b>QUESTÕES AMBIENTAIS</b>	
DL 89/2017 - Nº2 do Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	Proteger o Planeta > Estratégia Climática e Ecoeficiência Ambiental
Resultados da aplicação das políticas	Proteger o Planeta > Gestão de consumos > Gestão de resíduos > Emissões GEE
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Proteger o Planeta > Estratégia Climática e Ecoeficiência Ambiental
Indicadores-chave de desempenho	A Cofina em 2022 Proteger o Planeta > Gestão de consumos > Gestão de resíduos > Emissões GEE
<b>QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES</b>	
DL 89/2017 - Nº2 do Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Valorizar as Pessoas
Resultados da aplicação das políticas	Valorizar as Pessoas
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Valorizar as Pessoas
Indicadores-chave de desempenho	A Cofina em 2022 Valorizar as Pessoas Informação Complementar
<b>IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E NÃO DISCRIMINAÇÃO</b>	
Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Valorizar as Pessoas
Resultados da aplicação das políticas	Valorizar as Pessoas > As nossas Pessoas > Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Valorizar as Pessoas > As nossas Pessoas > Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação
Indicadores-chave de desempenho	A Cofina em 2022 Valorizar as Pessoas > As nossas Pessoas; Igualdade de Oportunidades, Diversidade e Não Discriminação Informação Complementar
<b>RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS</b>	
Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>
Resultados da aplicação das políticas	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Valorizar as Pessoas
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i> Valorizar as Pessoas
<b>COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO</b>	

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Relatório de Sustentabilidade

---

Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o n. º2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>
Resultados da aplicação das políticas	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Agir com Responsabilidade > Governação, Gestão do Risco e <i>Compliance</i>

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS**

**31 de dezembro de 2022**

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

COFINA, SGPS, S.A.				
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Montantes expressos em Euros)				
ATIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021	
ATIVOS NÃO CORRENTES				
Ativos fixos tangíveis	6	1 417 894	1 555 739	
Goodwill	5	77 568 721	81 168 721	
Ativos intangíveis	8	305 912	222 161	
Ativos sob direito de uso	7.1	6 846 579	8 265 070	
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	4.2	7 076	3 250 465	
Outros investimentos financeiros	4.3	10 005 510	10 005 510	
Outros ativos não correntes		104 149	106 465	
Ativos por impostos diferidos	10	1 390 604	898 817	
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>97 646 445</b>	<b>105 472 948</b>	
ATIVOS CORRENTES				
Inventários	11	1 751 401	1 262 408	
Clientes	12	7 054 920	6 961 368	
Ativos de contratos com clientes	13	3 406 633	3 517 885	
Outros dívidas de terceiros	15	1 020 876	394 820	
Outros ativos correntes	16	731 121	1 187 285	
Caixa e equivalentes de caixa	17	21 267 815	18 000 234	
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>35 232 766</b>	<b>31 324 000</b>	
Ativos não correntes detidos para venda	4 e 6	3 598 266	—	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>136 477 477</b>	<b>136 796 948</b>	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	18	25 641 459	25 641 459	
Prémios de emissão de ações	18	15 874 835	15 874 835	
Reserva legal	18	5 409 144	5 409 144	
Outras reservas	18	2 694 169	(1 530 352)	
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-mãe		10 451 297	4 224 521	
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe</b>		<b>60 070 904</b>	<b>49 619 607</b>	
Interesses que não controlam		—	—	
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>60 070 904</b>	<b>49 619 607</b>	
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Outros empréstimos	19	—	9 994 799	
Passivos da locação	7.2	6 851 417	8 369 638	
Provisões	20	1 632 250	1 245 700	
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>8 483 667</b>	<b>19 610 137</b>	
PASSIVO CORRENTE				
Empréstimos bancários	19	645 060	5 949 874	
Outros empréstimos	19	46 219 279	35 865 876	
Passivos da locação	7.2	1 879 333	2 048 689	
Provisões	20	315 000	—	
Fornecedores	21	5 972 209	7 188 748	
Passivos de contratos com clientes	22	4 074 394	3 913 711	
Imposto sobre o rendimento	14	283 484	5 047 949	
Outros dívidas a terceiros	23	2 748 475	2 730 486	
Outros passivos correntes	24	5 785 672	4 821 871	
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>67 922 906</b>	<b>67 567 204</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>76 406 573</b>	<b>87 177 341</b>	
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>136 477 477</b>	<b>136 796 948</b>	

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### COFINA, SGPS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Vendas	25, 29 e 32	29 578 990	32 323 728
Prestações de serviços	25, 29 e 32	28 164 084	26 812 244
Outros rendimentos	25, 29 e 32	18 293 441	16 712 780
Custo das vendas	11	(6 321 434)	(5 127 428)
Fornecimentos e serviços externos	26	(29 678 782)	(27 903 046)
Gastos com pessoal	27	(27 454 897)	(27 649 613)
Amortizações e depreciações	6, 7.1, 8 e 32	(3 115 002)	(3 487 718)
Provisões e perdas por imparidade	20	(3 376 264)	(1 146 326)
Outros gastos		(254 580)	(164 661)
Resultados relativos a investimentos	28	3 245 144	(1 637 453)
Gastos financeiros	28	(1 648 504)	(1 556 975)
Rendimentos financeiros	28	249 078	—
		<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>7 175 532</b>
Impostos sobre o rendimento	10	2 770 023	(2 951 011)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>10 451 297</b>	<b>4 224 521</b>
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe	31	10 451 297	4 224 521
Interesses que não controlam		—	—
		<b>10 451 297</b>	<b>4 224 521</b>
<b>Resultados por ação:</b>			
Básico	31	0,10	0,04
Diluído	31	0,10	0,04

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### COFINA, SGPS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	<b>Notas</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Resultado líquido consolidado do exercício	31	10 451 297	4 224 521
Outro rendimento integral do exercício			—
Total do rendimento integral consolidado do exercício		<u>10 451 297</u>	<u>4 224 521</u>
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe		10 451 297	4 224 521
Interesses que não controlam		—	—

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### COFINA, SGPS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos Acionistas da Empresa-Mãe						Interesses que não controlam	Total do Capital próprio
Notas	Capital social	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Total		
Saldo em 1 de janeiro de 2021	25 641 459	15 874 835	5 409 144	(3 119 307)	1 588 955	45 395 086	—	45 395 086
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício de 2020								
Transferência para resultados transitados	—	—	—	1 588 955	(1 588 955)	—	—	—
Outras variações	—	—	—	—	—	—	—	—
Rendimento integral do exercício	—	—	—	—	4 224 521	4 224 521	—	4 224 521
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25 641 459	15 874 835	5 409 144	(1 530 352)	4 224 521	49 619 607	—	49 619 607
Saldo em 1 de janeiro de 2022	25 641 459	15 874 835	5 409 144	(1 530 352)	4 224 521	49 619 607	—	49 619 607
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício de 2021								
Transferência para resultados transitados	—	—	—	4 224 521	(4 224 521)	—	—	—
Outras variações	—	—	—	—	—	—	—	—
Rendimento integral do exercício	—	—	—	—	10 451 297	10 451 297	—	10 451 297
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25 641 459	15 874 835	5 409 144	2 694 169	10 451 297	60 070 904	—	60 070 904

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

COFINA, SGPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)				
	Notas	2022	2021	
Atividades operacionais:				
Recebimentos de clientes		84 712 037	80 055 613	
Pagamentos a fornecedores		(44 238 225)	(36 533 553)	
Pagamentos ao pessoal		(26 675 049)	(27 950 662)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(766 120)	(254 866)	
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		(2 688 865)	(1 812 332)	13 504 200
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>10 343 778</u>	<u>(1 812 332)</u>	<u>13 504 200</u>
Atividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		—	—	
Investimentos Financeiros	4.2	<u>2 918 000</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Pagamentos relativos a:				
Ativos intangíveis		(833 278)	(424 928)	
Ativos fixos tangíveis		(576 857)	(489 736)	
Investimentos Financeiros	4.2	—	(1 050 000)	
Prestações suplementares	4.2	<u>—</u>	<u>(1 430 000)</u>	<u>(3 394 664)</u>
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>1 507 865</u>	<u>(1 430 000)</u>	<u>(3 394 664)</u>
Atividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	19.2	101 913 098	97 657 859	
Juros e ganhos similares		<u>235 774</u>	<u>—</u>	<u>97 657 859</u>
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares		(502 069)	(682 880)	
Passivos da locação	7.2	(2 823 309)	(2 774 652)	
Empréstimos obtidos	19.2	<u>(102 102 742)</u>	<u>(104 174 581)</u>	<u>(107 632 113)</u>
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>(3 279 248)</u>	<u>(104 174 581)</u>	<u>(9 974 254)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	17	12 050 360	11 915 078	
Varição de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		<u>8 572 395</u>	<u>135 282</u>	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	17	<u>20 622 755</u>	<u>12 050 360</u>	

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cofina, SGPS, S.A. ("Cofina" ou "Empresa", sem alterações face ao período de reporte anterior) é uma sociedade anónima, constituída em 1990, em Portugal, com sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, no Porto, em Portugal, sendo a Empresa-Mãe de um grupo de empresas que se detalha na Nota 4 e designado por "Grupo Cofina", o qual desenvolve a sua atividade na área dos Media, essencialmente dedicado à imprensa escrita e televisão por cabo, estando as suas ações cotadas em Bolsa de Valores ("Euronext Lisbon").

O Grupo Cofina possui títulos de referência nos segmentos em que se insere (nomeadamente, Imprensa e Televisão), editando os jornais "Correio da Manhã", "Record", "Negócios", "Destak", bem como, as revistas "Sábado" e "TV Guia", e desde 2013 o canal de televisão distribuído em todas as plataformas de cabo "Correio da Manhã TV" (CMTV).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Cofina são apresentadas em Euros (com arredondamento às unidades), sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 6 de abril de 2023. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa do Grupo e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS-UE") em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2022. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRS - IC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

### (i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	1-jan-22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1-jan-22	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	1-jan-22	<p>Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.</p> <p>Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.</p> <p>Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.</p>
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	<p>Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.</p>
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	<p>Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim, no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.</p>
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	<p>Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.</p>

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### (ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 – Contratos de Seguro; inclui emendas à IFRS 17	1-jan-23	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, a IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-23	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um 'overlay' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O 'overlay' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única

1-jan-23

A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.

Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

### (iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-24	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação

1-jan-24

Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos"

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à "venda" parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo Cofina na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

### a) Empresas subsidiárias incluídas na consolidação

As empresas em que o Grupo detém controlo, isto é, em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses que não controlam". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e dos interesses que não controlam, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, fluxos de caixa e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, bem como, os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

### b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que o Grupo exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto se encontram entre 20% a 50%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto a partir do momento em que são classificados como ativos não correntes detidos para venda (Nota 2.3 r)).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, estas participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. As participações financeiras são posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Resultados relativos a investimentos", após reconfirmação do justo valor atribuído (Nota 2.2.c)).

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados dos empreendimentos conjuntos e associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com o empreendimento conjunto e associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com os empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 4.

### c) Concentrações de atividades empresariais e Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica "Goodwill" e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração dos resultados.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica "Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas" e, quando negativas, após uma reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas diretamente na demonstração dos resultados, na rubrica "Resultados relativos a investimentos".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, são registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial" incluída na rubrica "Outras reservas".

O Grupo, numa base de transação a transação (para cada concentração de atividades empresariais), opta por mensurar qualquer interesse sem controlo na empresa adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional dos interesses sem controlo nos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de "Goodwill", mas apenas se ocorrer dentro do período de mensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida da demonstração dos resultados, a menos que esse pagamento contingente esteja classificado como capital próprio, sendo que neste caso não deve ser remensurado e, apenas aquando da sua liquidação, será reconhecido o impacto em capital próprio.

Transações de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica "Goodwill" ou na demonstração dos resultados.

Quando a combinação de negócios é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill ou de alocação do preço de compra.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos dessa entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo testa anualmente a existência de imparidade do Goodwill. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo dos valores de uso. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do Goodwill não podem ser revertidas.

### d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de subsidiárias que usam moeda diferente do Euro incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada na rubrica "Reserva de conversão cambial" incluída na rubrica de capital próprio "Outras reservas".

O valor do Goodwill e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades que usam moeda diferente do Euro são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma participação numa entidade que usa moeda diferente do Euro é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferido para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não detinha entidades que usam moeda diferente do Euro incluídas na consolidação.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração seguidos pelo Grupo Cofina na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

#### a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As despesas internas associadas à manutenção e ao desenvolvimento de software são registadas como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

#### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de serem utilizados.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### c) Direitos de uso

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

#### Grupo como locatário

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

#### (i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

Os Ativos sob direito de uso são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

#### (ii) Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável, o Grupo, para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, usa a taxa de juro incremental à data de início da locação. Esta taxa é determinada através da observação de dados de mercado de curvas de taxas de juro de obrigações compostas com referência à data de início do contrato para maturidades similares ao termo da locação. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

### (iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

### d) Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixem de existir, são objeto de reversão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### e) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiram encargos financeiros com empréstimos obtidos capitalizados.

### f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

O Grupo regista em Inventários os direitos de transmissão de programas. Os direitos de transmissão de programas correspondem, essencialmente, a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes e outros programas de televisão, sendo valorizados ao custo específico de aquisição. O custo dos programas exibidos no canal é registado na demonstração consolidada dos resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número de exibições estimado e os benefícios estimados de cada exibição.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gasto na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

### g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração a essa data.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

### h) Instrumentos financeiros

#### Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

#### Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através do outro rendimento integral e ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático, o Grupo mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação.

As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros ("solely payments of principal and interest (SPPI)") sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos "fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros", é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

#### Classificação de ativos financeiros

##### (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida e contas a receber)

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

### (ii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral.

No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem ativos financeiros nestas condições.

### (iii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS 9, o Grupo designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de resultados.

### (iv) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

### Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios: (i) para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incorridas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; (ii) para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido há mais de 180 dias. Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Além disso, o Grupo mantém imparidades reconhecidas em exercícios anteriores em resultado de eventos passados específicos e com base em saldos específicos analisados de forma casuística.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração da Posição Financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual o Grupo i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e
- O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

Se o envolvimento continuado do Grupo assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que o Grupo pode vir a pagar.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.

### (v) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

#### Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

#### Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for detido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

### Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

### Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivos da locação, os quais são inicialmente registados pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

### Confirming

O Grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras. O Grupo utiliza estes contratos como forma de gerir as suas necessidades de liquidez. Consequentemente, e tendo em consideração que estes contratos originam um gasto financeiro para o Grupo, os montantes das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são apresentados no passivo na rubrica "Outros Empréstimos". O passivo apenas é desreconhecido quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

### Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Quando entende relevante, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos *forward* de taxas de câmbio e *swaps* de taxas de juros para cobrir os seus riscos de câmbio e de juro, respetivamente.

Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:

- Cobertura de justo valor quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso do Grupo não registado.
- Cobertura de fluxos de caixa quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo registado ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável ou o risco de câmbio associado a um compromisso do Grupo não registado.

No início da relação de cobertura, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- (i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- (iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados, como segue:

### Cobertura de justo valor

A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registrada na demonstração dos resultados. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contabilístico do item coberto e também é registrada na demonstração dos resultados.

Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demonstração dos resultados pelo período remanescente da cobertura usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento no qual o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto.

Se o item coberto é desreconhecido, o justo valor por amortizar é registrado imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso não registrado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso do Grupo atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registrado na demonstração dos resultados.

### Cobertura de fluxos de caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Outro rendimento integral na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto que a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou perda acumulada no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.

O Grupo usa contratos de *forward* de taxas de câmbio para cobrir a exposição ao risco cambial em transações esperadas e compromissos assumidos. A parcela ineficaz relacionada com os contratos de taxas de câmbio é reconhecida na demonstração de resultados.

O Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

As quantias acumuladas no Outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registrado no Outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.

Para quaisquer outras coberturas de fluxos de Caixa, a quantia acumulada no Outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente no Outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente como descrito acima.

Durante o exercício de 2022 e 2021 não foram contratados instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de taxa de juro, nem de taxa de câmbio.

#### i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

### j) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, passivos da locação e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

### k) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### l) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Cofina SGPS, S.A. é a empresa dominante do perímetro do regime especial de tributação de grupos de sociedades. Estas empresas são tributadas segundo o regime especial de tributação de grupos de sociedades, de acordo com o art.º 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“RETGS”), do qual fazem parte a Cofina SGPS e a Cofina Media. Em 31 de dezembro de 2022, a Cofina SGPS, S.A., através da subsidiária Cofina Media, como acionista única da subsidiária Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., deliberou em Assembleia Geral a dissolução e liquidação desta entidade. Em resultado da dissolução (e entrada em liquidação) a 1 de setembro de 2022 da subsidiária Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., esta passou a ser tributada individualmente com referência a 1 de janeiro de 2022.

O Grupo reconhece o ganho com incentivos fiscais ao investimento sob a forma de descontos à coleta de acordo com os critérios estabelecidos na “IAS 12 – Imposto sobre o rendimento” para reconhecimento de ganhos com créditos fiscais. Deste modo, o ganho é reconhecido no momento em que é obtido o direito a utilizar o mesmo, sendo reconhecido um “ativo por imposto diferido” caso não seja possível utilizar no exercício a totalidade daqueles créditos fiscais e seja expectável que no futuro o Grupo gere resultados suficientes que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data da demonstração da posição financeira, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de impostos sobre o rendimento, o Grupo Cofina apresenta as posições fiscais incertas relacionadas com impostos sobre o rendimento na rubrica Impostos sobre o rendimento correntes ou Impostos diferidos.

### m) Rédito

O rédito é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes e exclui qualquer montante recebido por conta de terceiros. Deste modo, o Grupo passou a reconhecer o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado bem ou serviço para o cliente.

As fontes de rédito do Grupo encontram-se detalhadas na nota 25. Vendas, Prestações de Serviços e Outros rendimentos.

O Grupo reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

1. identificação do contrato com um cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação a obrigações de desempenho; e
5. reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais e descontos de quantidade), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos bens e serviços vendidos em linha com as tipologias de negócio do grupo identificadas.

As vendas de revistas e de jornais assim como as vendas de produtos de marketing alternativo incorporam uma obrigação de desempenho única que é cumprida no momento em que as publicações são disponibilizadas em banca ou na plataforma digital.

O rédito resultante da subscrição de revistas e jornais (assinaturas) é diferido ao longo do período de subscrição (em regra, um ano ou menos).

As prestações de serviços que respeitam à venda de espaço publicitário nas publicações do Grupo incorporam uma obrigação de desempenho única que é cumprida no momento da publicação do anúncio.

A obrigação de desempenho associada aos direitos de distribuição de transmissões televisivas é satisfeita no período de transmissão pelo operador, sendo este o critério atualmente utilizado pelo Grupo para o reconhecimento do rédito.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

Por fim, a obrigação de desempenho associada à atividade de impressão gráfica, exercida por uma das subsidiárias, é cumprida integralmente no momento em que o serviço é prestado.

Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser alocada (por exemplo, garantias e créditos de fidelização). Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

### (i) Retribuição variável

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, o Grupo estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber em troca da transferência dos bens para o cliente. A componente variável é estimada no início do contrato e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

### Direito de devolução

Alguns contratos, nomeadamente o contrato com a empresa VASP – Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., conferem ao cliente o direito a devolver os produtos dentro de um determinado prazo. Tendo em conta a informação histórica, o Grupo estima a quantia dos bens que não irão ser devolvidos.

Os requisitos da IFRS 15 quanto a restringir as quantias de retribuição variável estimada são também aplicáveis para determinar o valor das devoluções a considerar no preço da transação.

### Descontos de quantidade

O Grupo proporciona descontos retrospectivos de volumes a alguns clientes quando um determinado volume de investimento publicitário em determinado período excede um determinado limite previsto no contrato. Os descontos são registados a crédito da respetiva conta a receber do cliente. Para estimar a retribuição variável associada ao valor esperado de descontos de quantidade a concede, o Grupo baseia-se em dados históricos relativos a cada cliente.

Os requisitos da IFRS 15 quanto a restringir as quantias de retribuição variável estimada são também aplicáveis, e o Grupo regista um passivo relacionado com o valor a conceder de descontos.

### (ii) Componente financeira significativa

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou o serviço é menor do que um ano.

O mesmo acontece quando o Grupo recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

No caso em que o Grupo recebe adiantamento de longo prazo dos seus clientes, o preço da transação desses contratos é descontado usando uma taxa que reflita o que aconteceria na transação autónoma de financiamento entre o Grupo e os seus clientes no momento inicial do contrato, de modo a levar em consideração a componente financeira significativa.

### Ativos de contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

### Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

### Passivos de contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como crédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

### Ativos e passivos relativos a direitos de devolução

Ativos relacionados com o direito a devolução correspondem ao direito do Grupo em recuperar os bens que se estima sejam devolvidos pelos seus clientes. O ativo é mensurado ao seu anterior custo de inventário, deduzido dos gastos estimados para recuperar os bens, incluindo as perdas potenciais de valor dos bens devolvidos. O Grupo atualiza regularmente a mensuração dos ativos nestas circunstâncias revendo o valor estimado de devoluções tal como desvalorizações adicionais dos bens devolvidos.

Um passivo relacionado com o direito a devolução é a obrigação de reembolsar total ou parcialmente a retribuição recebida (ou a receber) do cliente e é mensurada pela quantia que o Grupo estima vir a reembolsar ao cliente.

O Grupo atualiza a estimativa de passivos a reembolsar (e a corresponde alteração nos preços de transação) no final de cada período de relato – ver acima considerações acerca da retribuição variável.

#### n) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

#### o) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

#### p) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos na demonstração financeira do Grupo. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que sejam indicativos de condições que surgiram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### q) Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo mais adequados tendo em consideração as atividades desenvolvidas. Segmento operacional é um grupo de ativos e operações do Grupo cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela gestão do Grupo.

Os segmentos operacionais são apresentados nestas demonstrações financeiras da mesma forma que são apresentados internamente na análise da evolução da atividade do Grupo.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são apresentados a preços de mercado e todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são eliminadas na consolidação.

Atualmente, as atividades do Grupo Cofina centram-se no segmento da Imprensa e Televisão. A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 32.

### r) Ativos detidos para venda e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido com a sua venda.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- (iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos e transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

## 2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o normativo contabilístico em vigor (Nota 2.1), o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Os principais juízos de valor e estimativas mais significativas efetuadas utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

### a) Testes de imparidade do Goodwill, ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como de investimentos financeiros

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi ainda realizada uma análise relativamente à recuperabilidade do caucionamento incluído na rubrica "Outros investimentos financeiros". Para esta análise o Conselho de

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Administração tomou em consideração toda a informação disponível, atual e de conhecimento à data, bem como, o suporte dos assessores legais do Grupo Cofina.

b) Provisões

O desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados / consultores legais do Grupo. Os advogados / consultores legais do Grupo possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

c) Apuramento da taxa de juro incremental nos contratos de locação

Como referido na Nota 2.3 c), o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Alteração neste pressuposto pode implicar valorizações/desvalorizações destes ativos e passivos.

d) Determinação de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 2.3 h). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas por imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

e) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

O Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do Grupo, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

## 2.5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Não ocorreram durante o exercício alterações voluntárias de políticas contabilísticas, não tendo igualmente sido reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

## 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo Cofina encontra-se exposto essencialmente ao: (a) risco de mercado; (b) risco de liquidez; (c) risco de crédito; e (d) risco de capital. No que diz respeito ao risco relacionado com a sustentabilidade, ESG ("Environmental, Social and Governance") e alterações climáticas, o mesmo é abordado no Relatório de Sustentabilidade do Grupo. O principal objetivo do Conselho de Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das atividades do Grupo. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da Cofina, o qual determina quais os limites de risco aceitáveis. A concretização operacional da política de gestão de risco é levada a cabo pela Administração e pela Direção de cada uma das empresas participadas.

a) Risco de mercado

O atual ambiente macroeconómico desfavorável, pautado pela inflação generalizada dos custos, aumento das taxas de juro, riscos geopolíticos e incertezas relativamente à sua evolução futura, em resultado da combinação de vários efeitos, nomeadamente a pandemia e o conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, coloca desafios significativos às empresas e às suas operações.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

O Conselho de Administração encontra-se a monitorizar os impactos da atual envolvente macroeconómica na cadeia de operações do Grupo, garantindo que são aplicadas medidas mitigatórias que permitam minimizar, sempre que possível, os efeitos negativos e a incerteza que ameaça a estabilidade económica mundial.

Adicionalmente, o Grupo, quando entende necessário, utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

Revestem-se ainda de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de câmbio e taxa de juro.

### a. Taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em Euros. Deste modo, o Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais alterações da taxa de câmbio não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Pontualmente e sempre que necessário o Grupo procura efetuar uma cobertura da sua exposição à variabilidade da taxa de câmbio através da contratação de instrumentos financeiros derivados, considerando eventuais transações com entidades não residentes e fixadas em moeda diferente de Euro, em que a variação de taxa de câmbio possa ter um impacto relevante sobre a performance do Grupo, sempre que tal seja aplicável e considerado necessário para reduzir a volatilidade dos seus resultados.

Durante o exercício de 2022 e 2021 não foram contratados instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de taxa de câmbio.

### a. Taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento do Grupo indexado a taxas variáveis, que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

O Grupo utiliza, quando entende relevante instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro consideradas significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção do risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo dos instrumentos de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo dos fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Cofina se encontra indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiros partes (Bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura da refinação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Cofina solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade destas operações.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira consolidada. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizados como referencial de avaliação.

O Conselho de Administração do Grupo Cofina aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para o Grupo, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

Durante o exercício de 2022 e 2021 não foram contratados instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de taxa de juro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro de mais ao menos 1 ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros pode ser analisada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados e comissões bancárias (Nota 28)	1 078 634	918 417
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(456 451)	(519 499)
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	456 451	519 499

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data do final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final de cada exercício e mantendo-se tudo o resto constante.

### b) Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

O Grupo define como política ativa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de toda as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

O Grupo procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, através de uma gestão agilizadora das suas maturidades.

Em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras consolidadas evidenciam que os ativos correntes são inferiores aos passivos correntes em aproximadamente 33 milhões de Euros (36 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021). No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com base nas linhas de crédito disponíveis (Nota 19) no valor de, aproximadamente, 17,9 milhões de Euros (12,6 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021), na renovação dos descobertos bancários e dos programas de papel comercial, bem como na expectativa de libertação de fluxos de caixa operacionais no próximo exercício, este desequilíbrio encontra-se devidamente mitigado.

Remetemos para informação incluída na nota 19. Empréstimos bancários e Outros empréstimos.

### c) Risco de crédito

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional e de tesouraria. O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, tal resultando numa perda para o Grupo.

A avaliação do risco de crédito é efetuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adotados procedimentos corretivos sempre que tal se julgue conveniente.

O Grupo não possui risco de crédito significativo concentrado em nenhum cliente ou grupo de clientes em particular ou com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por um elevado número de clientes.

### d) Risco de capital

A estrutura de capital do Grupo Cofina, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O Grupo monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo Cofina apresenta um *Gearing* contabilístico de 175% e 112% respetivamente.

*Gearing* = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: outros empréstimos; empréstimos bancários; incentivos reembolsáveis; passivo da locação e (-) Caixa e equivalentes de caixa.

## 4. INVESTIMENTOS

### 4.1 SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de participação		Atividade
		2022	2021	
<u>Empresa mãe:</u>				
Cofina, SGPS, S.A.	Porto			Sociedade gestora de participações sociais
<u>Grupo Cofina Media</u>				
Cofina Media, S.A. (“Cofina Media”)	Lisboa	100,00 %	100,00 %	Publicação de jornais, revistas, emissor de transmissões televisivas, produção e criação de sites para desenvolvimento de negócios online e promoção e organização de eventos.
Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. – em liquidação (“Grafedisport”) <sup>(a)</sup>	Lisboa	100,00 %	100,00 %	Impressão de jornais

<sup>(a)</sup> No dia 1 de setembro de 2022, o Grupo Cofina, através da subsidiária Cofina Media, como acionista única da subsidiária Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., deliberou em Assembleia Geral a dissolução e liquidação desta entidade

Estas empresas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Cofina pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 4.2 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido, atividade desenvolvida e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são os seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de participação		Atividade
		2022	2021	
VASP – Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda. ("VASP") <sup>(a)</sup>	Lisboa	50 %	50 %	Distribuição de publicações
Mercados Globais – Publicação de Conteúdos, Lda. ("Mercados Globais")	V.N. Gaia	50 %	50 %	Prestação de serviços de gestão e dinamização de um fórum financeiro na internet
A Nossa Aposta – Jogos e Apostas Online, S.A. ("A Nossa Aposta") <sup>(b)</sup>	Lisboa	— %	40 %	Atividade de jogos e apostas online

<sup>(a)</sup> Participação classificada como Ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2022

<sup>(b)</sup> Participação alienada em 2022

Nos investimentos em empreendimentos conjuntos apresentados, as deliberações em Assembleia Geral são tomadas por unanimidade, e no Conselho de Administração o número de membros é paritário, as deliberações são tomadas por unanimidade, tendo as partes o controlo conjunto. Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado nas Notas 2.2 b).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos e associadas ao Grupo pode ser analisada como se segue:

	31.12.2022		31.12.2021		
	VASP (a)	Mercados Globais (a)	VASP (a)	A Nossa Aposta (a)	Mercados Globais (a)
Ativo não corrente	15 230 520	—	15 810 443	31 776	—
Ativo corrente	26 516 749	14 912	23 697 890	1 664 780	12 056
Passivos não correntes	2 218 234	—	2 002 713	—	—
Passivos correntes	32 752 724	761	31 857 924	1 068 916	4 955
Capital próprio	6 776 311	14 151	5 647 696	627 640	7 101
	31.12.2022		31.12.2021		
	VASP (a)	Mercados Globais (a)	VASP (a)	A Nossa Aposta (a)	Mercados Globais (a)
Volume de negócios	199 713 016	38 400	189 221 197	3 072 580	38 400
Outros rendimentos operacionais	651 612	—	347 825	—	—
Gastos operacionais	(195 305 858)	(31 350)	(187 066 283)	(4 653 781)	(39 014)
Gastos de depreciação e amortização	(3 222 131)	—	(3 301 694)	(120 327)	—
Resultados financeiros	(255 149)	—	(227 191)	(84)	—
Imposto sobre o rendimento	(436 428)	—	137 252	—	—
Resultado líquido do exercício	1 145 062	7 050	(888 894)	(1 701 612)	(614)

(a) Os indicadores apresentados são com base em demonstrações financeiras provisórias não auditadas

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas foi o seguinte:

	31.12.2022				31.12.2021			
	VASP	A Nossa Aposta	Mercados Globais	Total	VASP	A Nossa Aposta	Mercados Globais	Total
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas								
Saldo em 1 de janeiro	2 995 859	251 056	3 550	3 250 465	2 244 360	159 700	3 858	2 407 918
Aquisições no exercício	—	—	—	—	1 050 000	—	—	1 050 000
Prestações suplementares	—	—	—	—	—	1 430 000	—	1 430 000
Equivalência patrimonial								
Efeito em ganhos e perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 28)	564 306	(119 362)	3 526	448 470	(298 501)	(1 338 644)	(308)	(1 637 453)
Transferência para Ativos não correntes detidos para venda	(3 560 165)	(131 694)	—	(3 691 859)	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	—	—	7 076	7 076	2 995 859	251 056	3 550	3 250 465

Entre as demonstrações financeiras preliminares consideradas no apuramento do efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial e as demonstrações financeiras aprovadas e auditadas da participada VASP com referência a 31 de dezembro de 2021, foi apurado na quota-parte do Grupo nos resultados líquidos da participada, um diferencial negativo de 8.294 euros (negativo no montante de 65.497 euros com referência a 31 de dezembro de 2020), que dada a sua imaterialidade foi reconhecido na demonstração dos resultados no exercício de 2022 e 2021, respetivamente.

O Grupo Cofina, através da subsidiária integralmente detida, Cofina Media, S.A., celebrou durante o exercício de 2022 um acordo para alienação da sua participada A Nossa Aposta – Jogos e Apostas On-line, S.A. (“A Nossa Aposta”), titular de uma plataforma de jogo on-line, que assenta na inovação, entretenimento e responsabilidade social. Nesse sentido, A Nossa Aposta foi, com referência a 30 de junho de 2022, apresentada como Ativos não correntes detidos para venda. A concretização do acordo estava sujeito à verificação de um conjunto de condições precedentes habituais em operações desta natureza, que foram verificadas, tendo o acordo sido concluído até 31 de dezembro de 2022. Em resultado desta transação o Grupo reconheceu uma mais valia no montante de 2.786.307 euros (Nota 28).

O Grupo Cofina, através da subsidiária integralmente detida, Cofina Media, S.A., celebrou um acordo parassocial onde está prevista uma opção de compra e uma opção de venda, para alienação da sua participação na Vasp – Distribuidora de Publicações, S.A. (“VASP”). O exercício das referidas opções terá lugar, expectavelmente, num prazo inferior a 12 meses após 31 de dezembro de 2022. Nesse sentido, a VASP é apresentada na presente informação financeira consolidada como Ativos não correntes detidos para venda, com referência a 31 de dezembro de 2022.

No dia 14 de fevereiro de 2021, o Grupo Cofina comunicou ao mercado que a sua subsidiária Cofina Media, S.A. acordou adquirir, em 12 de fevereiro de 2021, 111.000 ações representativas de 16,67% do capital social da VASP, no exercício parcial do direito de preferência que lhe cabia como já acionista da VASP. Em resultado da referida transação a Cofina Media passou a deter 50% do capital social da VASP.

Às datas de 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contabilístico líquido do investimento do Grupo nos empreendimentos conjuntos e associadas reconcilia-se como segue:

	31.12.2022		31.12.2021		
	VASP (a)	Mercados Globais	VASP	A Nossa Aposta	Mercados Globais
Capitais próprios	6 776 311	14 151	5 647 696	627 640	7 101
Percentagem de interesse	50,00 %	50,00 %	50,00 %	40,00 %	50,00 %
Quota-parte do grupo nos capitais próprios	3 388 156	7 076	1 945 859	251 056	3 550
Aquisições no exercício	—	—	1 050 000	—	—
Goodwill incluído no valor contabilístico líquido da participação financeira	—	—	—	—	—
Outros efeitos	172 009	—	—	—	—
	3 560 165	7 076	2 995 859	251 056	3 550

(a) Participação classificada como Ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2022



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 4.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo possui outros investimentos financeiros correspondentes a participações minoritárias em empresas não cotadas para os quais foram registadas perdas por imparidade, apresentando naquelas datas um valor líquido de 5.510 Euros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor total dos investimentos financeiros para os quais foram constituídas perdas por imparidade ascende a 171.754 Euros (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Outros investimentos financeiros” inclui ainda o caucionamento de um montante de 10 milhões de Euros no contexto do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA”) celebrado em 20 de setembro de 2019 com a Promotora de Informaciones, S.A. para a aquisição de 100% do capital social e direitos de voto da Vertix, SGPS, S.A. (“Vertix”), que, à data da celebração do SPA, era titular de ações representativas de 94,69% dos direitos de voto do Grupo Media Capital, S.A. (“Media Capital”), SPA esse se encontrava sujeito (i) à verificação de um conjunto de Condições Suspensivas e (ii) à realização, pela Cofina à Prisa, de um *Down Payment* no montante de € 10.000.000,00 (dez milhões de Euros). Esta *escrow account* encontra-se depositada numa instituição financeira.

No dia 15 de abril de 2020, o Grupo Cofina comunicou ao mercado ter sido notificado de um Requerimento de Arbitragem (“Requerimento”), apresentado pela Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”) junto da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP), na qual reclama o direito de que lhe seja entregue, pelo Escrow Agent (Banco BPI, S.A.), o montante de 10 milhões de Euros ali depositado a título de *Down payment*. Adicionalmente, a Prisa apresenta um pedido indemnizatório em que reclama a condenação da Cofina no pagamento dos danos que considera ter sofrido.

A Cofina, suportada nos seus assessores legais, considera que os pedidos da Prisa carecem de qualquer fundamento e apresentou a devida contestação, rebatendo cada argumento apresentado com a devida fundamentação.

É, por isso, entendimento do Conselho de Administração do Grupo Cofina, com base na informação disponível, atual e de conhecimento à data, suportado nos seus assessores legais, que o montante será devolvido ao Grupo, motivo pelo qual não procedeu ao registo de qualquer ajustamento sobre o saldo apresentado no ativo do Grupo, bem como não irá ser condenada a pagar qualquer valor à Prisa a qualquer título.

Até à presente data o processo arbitral encontra-se a seguir os seus trâmites normais.

### 5. GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor líquido da rubrica ‘Goodwill’ tinha a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Jornais	76 467 457	80 067 457
Jornais - Portugal	76 467 457	80 067 457
Revistas	1 101 264	1 101 264
	77 568 721	81 168 721

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e na sequência de um processo de reorganização interna do Grupo Cofina que culminou com as fusões concluídas no exercício de 2015, diversas subsidiárias foram objeto de incorporação por fusão na Cofina Media, S.A. O Goodwill está alocado a unidades geradoras de caixa. Estas unidades geradoras de caixa são o mais pequeno grupo identificável de ativos geradores de fluxos de caixa e em larga medida são independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Assim o Goodwill a 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalha-se como segue:

- Revistas: constituído essencialmente pela subsidiária entretanto objeto de fusão na Cofina Media, S.A. - Edirevistas – Sociedade Editorial, S.A. cuja principal publicação se refere à “TV Guia”;
- Jornais - Portugal: constituído essencialmente pela empresa entretanto objeto de fusão na Cofina Media, S.A. - Presselivre – Imprensa Livre, S.A., cujas principais publicações se referem aos jornais “Correio da Manhã”, e revista “Sábado”.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no Goodwill e nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor Bruto:		
Saldo inicial	91 972 490	91 972 490
Saldo final	91 972 490	91 972 490
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	10 803 769	9 889 310
Perdas por imparidade (Nota 20)	3 600 000	914 459
Saldo final	14 403 769	10 803 769
Valor líquido	77 568 721	81 168 721

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação ocorrida na rubrica "Goodwill" deve-se à perda por imparidade registada nos Jornais - Portugal, no montante de 3.600.000 Euros (Nota 20). Em 31 de dezembro de 2021, a variação ocorrida na rubrica "Goodwill" deve-se à perda por imparidade registada na Impressão Gráfica, no montante de 914.459 Euros (Nota 20).

São efetuados testes de imparidade ao Goodwill numa base anual e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade.

As análises de imparidade ao Goodwill são efetuadas utilizando o método "discounted cash-flow", tendo como base as projeções financeiras de cash-flow a cinco anos de cada unidade geradora de caixa, e a perpetuidade a partir do quinto ano.

As projeções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da atividade das unidades geradoras de caixa que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com a tendência dos mercados, sendo razoáveis e prudentes e que refletem a sua visão. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos e a experiência do Grupo.

Conforme referido na Nota 2.4 a), o pressuposto relevante prende-se com a determinação da taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada reflete o nível de endividamento e custo de capital alheio do Grupo Cofina (atendendo que o mesmo é comum), bem como o nível de risco e rentabilidade esperada pelo mercado. Acresce referir que, na determinação da taxa de desconto a componente relativa à taxa de juro de um ativo sem risco tem por referência a taxa de juro das obrigações portuguesas a dez anos. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado.

A taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade, são estimadas com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, e resultam do entendimento do Grupo das perspetivas futuras para a evolução do preço e da atividade.

Face a 31 de dezembro de 2021, as principais alterações ocorridas nos pressupostos utilizados na determinação do valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa prendem-se na taxa de desconto que passou de 7,34% em 31 de dezembro de 2021 para 9,52% em 31 de dezembro de 2022, e na taxa de crescimento na perpetuidade que passou de 1,3% em 31 de dezembro de 2021 para 2,1% em 31 de dezembro de 2022. No que se refere aos pressupostos de atividade, continua-se a projetar a redução de receita de circulação.

### Testes de imparidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

#### Jornais - Portugal:

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado considerando as projeções financeiras dos jornais vendidos em Portugal para um período de cinco anos, uma taxa de desconto de 9,52% (7,34% em 31 de dezembro de 2021) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2,1% (1,3% em 31 de dezembro de 2021).

Os principais pressupostos de atividade considerados foram os seguintes:

- Circulação: foi estimado uma taxa composta de crescimento de circulação (número de exemplares vendidos) de jornais negativa de 4,4%;

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

- Vendas: foi considerada uma taxa composta de crescimento negativa de 2,1%;
- Prestação de serviços de publicidade e receitas de marketing alternativo: foi considerada uma taxa composta de crescimento de 0,1%;
- *Portfolio*: foi estimada a manutenção das atuais publicações de jornais (Correio da Manhã e revista Sábado).

De acordo com as análises de sensibilidade efetuadas, nomeadamente, (i) um aumento de 0,2 p.p. no pressuposto da taxa de desconto ao longo dos anos das projeções; (ii) uma redução de 0,2 p.p. no pressuposto da taxa de crescimento na perpetuidade, (iii) uma redução de 0,5 p.p. na taxa composta de crescimento das vendas, implicariam o registo de uma perda por imparidade adicional.

### Revistas:

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado considerando as projeções financeiras das revistas vendidas em Portugal para um período de cinco anos, uma taxa de desconto de 9,52% (7,34% em 31 de dezembro de 2021) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2,1% (1,3% em 31 de dezembro de 2021).

Os principais pressupostos de atividade considerados foram os seguintes:

- Circulação: foi estimado uma taxa composta de crescimento de circulação (número de exemplares vendidos) de revistas negativa de 0,8%;
- Vendas: foi considerada uma taxa composta de crescimento de 0,7%;
- Prestação de serviços de publicidade e receitas de marketing alternativo: foi considerada uma taxa composta de crescimento de 2,6%;
- *Portfolio*: foi estimada a manutenção das atuais publicações de Revistas (TV Guia, Máxima e Flash, sendo que estas duas últimas publicações atualmente apenas existem em suporte digital).

De acordo com as análises de sensibilidade efetuadas, nomeadamente, (i) um aumento de 0,2 p.p. no pressuposto da taxa de desconto ao longo dos anos das projeções; (ii) uma redução de 0,2 p.p. no pressuposto da taxa de crescimento na perpetuidade, (iii) uma redução de 0,5 p.p. na taxa composta de crescimento das vendas, não implicariam o registo de uma perda por imparidade.

A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efetuada tendo por base dados históricos bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afetados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos acima referidos, o Conselho de Administração concluiu que não existem perdas por imparidade adicionais a reconhecer.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022							
Ativo bruto							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso
Total							
Saldo inicial	32 032	4 979 301	24 922 646	621 770	8 727 101	1 520 970	—
Aumentos	—	34 421	171 181	16 254	59 766	—	384 999
Alienações	—	—	(467 887)	—	(46 892)	(149 838)	—
Transferências e abates	—	(322 694)	(14 216 413)	—	(215 688)	(606 566)	(100 568)
Saldo final	32 032	4 691 028	10 409 527	638 024	8 524 287	764 566	284 431
2022							
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial	—	4 466 334	24 117 528	573 852	8 603 873	1 486 494	39 248 081
Aumentos	—	142 521	479 414	33 276	40 420	57 370	753 001
Alienações	—	—	(466 637)	—	(42 736)	(141 881)	(651 254)
Transferências e abates	—	(327 634)	(14 294 721)	—	(155 282)	(646 190)	(15 423 827)
Saldo final	—	4 281 221	9 835 584	607 128	8 446 275	755 793	23 926 001
	32 032	409 807	573 943	30 896	78 012	8 773	284 431
2021							
Ativo bruto							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso
Total							
Saldo inicial	32 032	4 956 175	24 438 930	648 386	8 711 423	1 473 745	194 331
Aumentos	—	23 126	276 799	24 395	15 678	44 422	15 389
Alienações	—	—	—	(51 011)	—	—	—
Transferências e abates	—	—	206 917	—	—	2 803	(209 720)
Saldo final	32 032	4 979 301	24 922 646	621 770	8 727 101	1 520 970	—
2021							
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial	—	4 312 615	23 446 826	591 312	8 568 669	1 456 498	38 375 920
Aumentos	—	153 719	670 702	33 551	35 204	29 996	923 172
Alienações	—	—	—	(51 011)	—	—	(51 011)
Transferências e abates	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	—	4 466 334	24 117 528	573 852	8 603 873	1 486 494	39 248 081
	32 032	512 967	805 118	47 918	123 228	34 476	—

Em 31 de dezembro de 2022, em resultado da deliberação em Assembleia Geral da dissolução e liquidação da subsidiária Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A, foram transferidos para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” o montante líquido de 38.102 euros.

As alienações de equipamento no exercício respeitam essencialmente a bens que se encontravam integralmente amortizados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam ativos fixos tangíveis dados como garantia de empréstimos contraídos, nem se encontravam capitalizados encargos financeiros.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 7. DIREITOS DE USO

#### 7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

	2022			
	Ativo bruto			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento básico	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro	12 992 902	1 002 643	1 129 617	15 125 162
Aumentos	296 738	301 483	—	598 221
Reduções	(989 271)	(328 413)	(551 872)	(1 869 556)
Saldo final	12 300 369	975 713	577 745	13 853 827
	2022			
	Amortizações acumuladas			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento básico	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro	5 658 715	456 952	744 425	6 860 092
Aumentos	1 523 718	260 495	192 550	1 976 763
Reduções	(968 957)	(308 778)	(551 872)	(1 829 607)
Saldo final	6 213 476	408 669	385 103	7 007 248
	6 086 893	567 044	192 642	6 846 579
	2021			
	Ativo bruto			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento básico	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro	12 876 091	832 393	551 873	14 260 357
Aumentos	282 594	455 452	577 744	1 315 790
Reduções	(165 783)	(285 202)	—	(450 985)
Saldo final	12 992 902	1 002 643	1 129 617	15 125 162
	2021			
	Amortizações acumuladas			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento básico	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro	4 298 329	477 076	367 916	5 143 321
Aumentos	1 526 169	263 922	376 509	2 166 600
Reduções	(165 783)	(284 046)	—	(449 829)
Saldo final	5 658 715	456 952	744 425	6 860 092
	7 334 187	545 691	385 192	8 265 070

A rubrica “Edifícios e outras construções” diz essencialmente respeito ao contrato de arrendamento relativo ao edifício sede da Cofina Media, S.A., em Lisboa.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

A rubrica "Equipamentos de transporte" respeita a contratos de locação de viaturas por prazos entre 4 a 5 anos.

### 7.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos passivos da locação, foi o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial a 1 de janeiro	10 418 327	11 255 982
Aumentos	598 221	1 315 790
Acréscimos de juros	547 591	621 207
Pagamentos	(2 823 309)	(2 774 652)
Outros efeitos	(10 080)	—
Saldo final a 31 de dezembro	8 730 750	10 418 327

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2022 e 2021 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	31.12.2022	31.12.2021
Depreciação de ativos sob direito de uso	1 976 763	2 166 600
Gastos com juros relacionados com passivos de locação (Nota 28)	547 591	621 207
Gastos relacionados com locações de curto prazo	70 343	83 160
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	2 594 697	2 870 967

O prazo de reembolso dos Passivos da Locação é como segue:

31.12.2022						
	2023	2024	2025	2026	>2026	Total
Passivo da Locação	1 879 333	1 806 238	1 663 580	1 661 381	1 720 218	8 730 750
	1 879 333	1 806 238	1 663 580	1 661 381	1 720 218	8 730 750

31.12.2021						
	2022	2023	2024	2025	>2025	Total
Passivo da Locação	2 048 689	1 901 512	1 570 980	1 570 223	3 326 923	10 418 327
	2 048 689	1 901 512	1 570 980	1 570 223	3 326 923	10 418 327

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022					
Ativo bruto					
	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	760 599	370 090	6 687 339	10 000	7 828 028
Aumentos	—	—	218 537	250 452	468 989
Transferências e abates	—	—	170 365	(170 365)	—
Saldo final	760 599	370 090	7 076 241	90 087	8 297 017
2022					
Amortizações acumuladas					
	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Software		Total
Saldo inicial	760 599	370 090	6 475 178		7 605 867
Aumentos	—	—	385 238		385 238
Transferências e abates	—	—	—		—
Saldo final	760 599	370 090	6 860 416		7 991 105
	—	—	215 825	90 087	305 912
2021					
Ativo bruto					
	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	760 599	370 090	6 251 860	102 813	7 485 362
Aumentos	—	—	189 257	153 409	342 666
Transferências e abates	—	—	246 222	(246 222)	—
Saldo final	760 599	370 090	6 687 339	10 000	7 828 028
2021					
Amortizações acumuladas					
	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Software		Total
Saldo inicial	760 599	370 090	6 077 232		7 207 921
Aumentos	—	—	397 946		397 946
Transferências e abates	—	—	—		—
Saldo final	760 599	370 090	6 475 178		7 605 867
	—	—	212 161	10 000	222 161

Os principais investimentos efetuados no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão relacionados com licenças e outras aplicações informáticas utilizadas pelo Grupo.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 9. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.3 h), foram classificados como segue:

#### Ativos financeiros

##### 31 de dezembro de 2022

	Ativos financeiros registados ao custo amortizado	Total
Ativos não correntes		
Outros ativos não correntes	104 149	104 149
	<u>104 149</u>	<u>104 149</u>
Ativos correntes		
Cientes	7 054 920	7 054 920
Ativos de contratos com clientes	3 406 633	3 406 633
Outros dívidas de terceiros	29 817	29 817
Outros ativos correntes	27 800	27 800
Caixa e equivalentes de caixa	21 267 815	21 267 815
	<u>31 786 985</u>	<u>31 786 985</u>
	<u>31 891 134</u>	<u>31 891 134</u>

##### 31 de dezembro de 2021

	Ativos financeiros registados ao custo amortizado	Total
Ativos não correntes		
Outros ativos não correntes	106 465	106 465
	<u>106 465</u>	<u>106 465</u>
Ativos correntes		
Cientes	6 961 368	6 961 368
Ativos de contratos com clientes	3 517 885	3 517 885
Outros dívidas de terceiros	56 128	56 128
Outros ativos correntes	12 493	12 493
Caixa e equivalentes de caixa	18 000 234	18 000 234
	<u>28 548 108</u>	<u>28 548 108</u>
	<u>28 654 573</u>	<u>28 654 573</u>

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Passivos financeiros

<u>31 de dezembro de 2022</u>	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Total
Passivos não correntes		
Outros empréstimos	—	—
Passivos da locação	6 851 417	6 851 417
	<u>6 851 417</u>	<u>6 851 417</u>
Passivos correntes		
Empréstimos bancários	645 060	645 060
Outros empréstimos	46 219 279	46 219 279
Passivos da locação	1 879 333	1 879 333
Fornecedores	5 972 209	5 972 209
Passivos de contratos com clientes	4 074 394	4 074 394
Outros dívidas a terceiros	714 400	714 400
Outros passivos correntes	4 640 932	4 640 932
	<u>64 145 607</u>	<u>64 145 607</u>
	<u>70 997 024</u>	<u>70 997 024</u>
 <u>31 de dezembro de 2021</u>	 Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	 Total
Passivos não correntes		
Outros empréstimos	9 994 799	9 994 799
Passivos da locação	8 369 638	8 369 638
	<u>18 364 437</u>	<u>18 364 437</u>
Passivos correntes		
Empréstimos bancários	5 949 874	5 949 874
Outros empréstimos	35 865 876	35 865 876
Passivos da locação	2 048 689	2 048 689
Fornecedores	7 188 748	7 188 748
Passivos de contratos com clientes	3 913 711	3 913 711
Outros dívidas a terceiros	653 109	653 109
Outros passivos correntes	4 570 192	4 570 192
	<u>60 190 199</u>	<u>60 190 199</u>
	<u>78 554 636</u>	<u>78 554 636</u>

### 10. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo Cofina desde 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Cofina SGPS, S.A. é a empresa dominante do perímetro do regime especial de tributação de grupos de sociedades. Estas empresas são tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), do qual fazem parte a Cofina SGPS e a Cofina Media. Em 31 de dezembro de 2022, a Cofina SGPS, S.A., através da subsidiária Cofina Media, como acionista única da subsidiária Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., deliberou em Assembleia Geral a dissolução e liquidação desta entidade. Em resultado da dissolução (e entrada em liquidação) a 1 de setembro de 2022 da subsidiária, Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., esta passou a ser tributada individualmente com referência a 1 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

### Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos	
	2022	2021
Saldo inicial	898 817	841 107
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões não aceites para efeitos fiscais	494 707	57 710
Outros efeitos	(2 920)	—
Saldo final	1 390 604	898 817

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	969 049	474 341
Ativos sobre o direito de uso	421 555	424 476
	1 390 604	898 817

### Impostos correntes

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente	2 278 235	(3 008 721)
Imposto diferido	491 788	57 710
	2 770 023	(2 951 011)

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de impostos	7 681 274	7 175 532
Taxa de imposto teórica	22,50 %	22,50 %
	(1 728 287)	(1 614 495)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	11 446	(3 859)
Provisões para processos fiscais	3 900 000	(200 000)
Derrama estadual	(306 510)	(349 935)
Tributação autónoma	(168 665)	(189 372)
Resultados relativos a investimentos	730 157	(368 427)
Imparidade do Goodwill	(810 000)	(205 753)
Constituição/reversão de provisões	318 094	(62 523)
Outros efeitos	823 788	43 353
Imposto sobre o rendimento	2 770 023	(2 951 011)

Em 31 de dezembro de 2022, o montante incluído na rubrica "Outros efeitos" resulta, essencialmente, do desfecho favorável à Empresa de processos fiscais (aproximadamente 0,9 milhões de euros).

### 11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Inventários" tinha a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 638 001	1 158 827
Direitos de Transmissão	161 437	151 618
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 20)	(48 037)	(48 037)
	1 751 401	1 262 408

Os inventários correspondem essencialmente a papel que é usado na impressão dos jornais e revistas.

O cálculo do custo das vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Inventários iniciais	1 310 445	1 068 311
Compras	6 810 427	5 369 562
Inventários finais	(1 799 438)	(1 310 445)
	6 321 434	5 127 428

### 12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes, conta corrente	7 146 592	7 073 213
Clientes de cobrança duvidosa	106 578	196 983
	7 253 170	7 270 196
Perdas por imparidade acumuladas em clientes (Nota 20)	(198 250)	(308 828)
	7 054 920	6 961 368

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pelo Grupo.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a antiguidade dos saldos de clientes bruto de perdas por imparidade, pode ser analisada (por segmento de negócio) como segue:

	Clientes					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Imprensa	Televisão	Total	Imprensa	Televisão	Total
Não vencido	3 869 049	1 545 838	5 414 887	3 931 970	1 664 857	5 596 827
Vencido						
0 - 90 dias	1 355 023	205 121	1 560 144	1 025 836	277 380	1 303 216
90 - 180 dias	42 828	6 888	49 716	13 684	23 259	36 943
180 - 360 dias	4 563	—	4 563	91 970	—	91 970
+ 360 dias	193 687	—	193 687	143 869	3 499	147 368
	1 596 101	212 009	1 808 110	1 275 359	304 138	1 579 497
Saldos de permutas						
Sem imparidade	29 993	180	30 173	93 692	180	93 872
Total	5 495 143	1 758 027	7 253 170	5 301 021	1 969 175	7 270 196

A parcela “Saldos de permutas” corresponde a valores a receber em regime de permuta, relativamente aos quais existem igualmente contas a pagar registadas na rubrica “Fornecedores” (Nota 21).

O Conselho de Administração entende que as contas a receber vencidas que não apresentam imparidade, serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobabilidade e as características das contrapartes. O Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3 h).

O prazo médio de crédito concedido aos clientes varia em função do tipo de venda / serviço prestado. De acordo com o procedimento definido com a empresa de distribuição, os valores relativos à distribuição de publicações são cobrados na data da fatura. Relativamente às prestações de serviços (essencialmente publicidade) é concedido um período de crédito entre 15 e 60 dias (estes prazos mantiveram-se inalterados face ao exercício de 2021). O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, podem ser cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer só em situações extremas.

### 13. ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos de contratos com clientes:		
Publicações (jornais e revistas) a faturar	3 406 633	3 515 910
CMTV	—	1 975
	<u>3 406 633</u>	<u>3 517 885</u>

As vendas de revistas e de jornais são registadas no período em que as publicações são distribuídas, sendo os jornais diários, com exceção do “Destak” que é quinzenal, e as revistas semanais. Os valores ainda não faturados são registados na rubrica “Publicações (jornais e revistas) a faturar”.

A rubrica “CMTV” diz respeito ao valor a faturar associado aos direitos de transmissão do canal de televisão CMTV.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estas rubricas do ativo e do passivo tinham a seguinte composição:

<u>Saldos devedores:</u>	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o Valor Acrescentado	101 349	148 485
Outros Impostos	2 939	11 764
Total outros impostos (Nota 15)	104 288	160 249
<u>Saldos credores:</u>		
Imposto sobre o rendimento	283 484	5 047 949
Total imposto sobre o rendimento	283 484	5 047 949
Imposto sobre o Valor Acrescentado	987 758	1 042 635
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	445 075	415 298
Contribuições para a Segurança Social	541 226	511 938
Taxa exibição Televisão	48 073	98 103
Imposto selo - prémios	1 370	3 102
Outros impostos	10 573	6 301
Total outros impostos (Nota 23)	2 034 075	2 077 377

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do passivo corrente "Imposto sobre o Rendimento", inclui a estimativa do imposto sobre o rendimento (Nota 10), líquida dos pagamentos por conta e adicionais por conta efetuados pelo Grupo, nos montantes de 438.551 Euros e 1.147.949 Euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2021, e no seguimento da adoção da IFRIC 23, a rubrica "Imposto sobre o Rendimento" incluía ainda o montante de 3,9 milhões de euros.

Relativamente às divergências com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) na sequência de uma inspeção incidente sobre o exercício de 2007 em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, durante o último trimestre de 2019, o Grupo foi notificado pelo Tribunal Constitucional, relativamente à referida menos valia gerada com a liquidação de uma subsidiária, do indeferimento da reclamação apresentada pelo Grupo, confirmando a decisão sumária desfavorável ao Grupo Cofina. Por sentença de novembro de 2021, foi a impugnação julgada procedente na parte respeitante à componente "Dividendos", e absolvida a AT da instância quanto ao demais. O Grupo diligenciou junto da Autoridade Tributária, e apoiado nos seus assessores legais, realizou os procedimentos necessários para conclusão e levantamento do penhor das ações deste processo. O Conselho de Administração da análise realizada aos impactos destes desenvolvimentos processuais e para o encerramento destes processos, concluiu pela reversão da provisão. Pelo que a variação na rubrica "Imposto sobre o rendimento" é essencialmente explicada pelo reconhecimento da reversão da provisão no montante de 3,9 milhões de Euros, em resultado do desfecho, em parte, favorável ao Grupo de processos fiscais.

### 15. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das "Outras dívidas de terceiros" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adiantamentos a fornecedores	886 771	—	178 443	—
Contas a receber de Estado e outros entes públicos (Nota 14)	104 288	—	160 249	—
Outros	29 817	93 587	656 128	96 110
	1 020 876	93 587	994 820	96 110
Perdas por imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 20)	—	(93 587)	(600 000)	(96 110)
	1 020 876	—	394 820	—

O valor não corrente inscrito na rubrica "Adiantamentos a fornecedores" diz respeito a adiantamentos por conta de prestações de serviços de impressão a efetuar em exercícios futuros.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a antiguidade dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” líquido de perdas por imparidade, pode ser analisada como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Adiantamentos a fornecedores	Outros devedores	Total	Adiantamentos a fornecedores	Outros devedores	Total
Não vencido	886 771	134 105	1 020 876	178 443	216 377	394 820
Vencido						
0 - 90 dias	—	—	—	—	—	—
90 - 180 dias	—	—	—	—	—	—
180 - 360 dias	—	—	—	—	—	—
+ 360 dias	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—
Total	886 771	134 105	1 020 876	178 443	216 377	394 820

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pelo Grupo.

### 16. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de “Outros ativos correntes” era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber	13 405	—
Outros acréscimos de rendimentos	9 967	12 493
Gastos a reconhecer:		
Fornecimentos e serviços externos pagos antecipadamente	525 702	471 266
Custos relativos a edições e publicidade a realizar no ano seguinte	166 972	692 880
Outros gastos diferidos	10 647	10 646
Outros ativos correntes	4 428	—
	731 121	1 187 285

### 17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de “Caixa e equivalentes de caixa” era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Numerário	48 852	47 595
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	21 218 963	17 952 639
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	21 267 815	18 000 234
Descobertos bancários (Nota 19)	(645 060)	(5 949 874)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	20 622 755	12 050 360

### 18. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Cofina, SGPS, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 102.565.836 ações sem valor nominal. Nessa data, a Cofina, SGPS, S.A. e as suas filiais não detinham ações próprias da Cofina, SGPS, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20%.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a "Reserva legal", isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da "reserva legal" até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas Demonstrações Financeiras Separadas da Cofina, SGPS, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (IFRS-UE).

### Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras reservas corresponde essencialmente a resultados transitados de exercícios anteriores do Grupo.

### Aplicação do Resultado Líquido

No que respeita ao exercício de 2022, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Cofina, SGPS, S.A. no montante de 14.052.100 Euros, seja integralmente transferido para Reservas livres.

O Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A. propôs ainda à Assembleia Geral a distribuição de reservas livres no montante de 3 076 975 Euros, sob a forma de dividendos. A proposta de distribuição de lucros de reservas livres implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,03 Euros por ação.

## 19. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe das rubricas "Outros empréstimos" e "Empréstimos bancários" é como segue:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Valor contabilístico		Valor nominal		Valor contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Papel comercial	45 005 894	—	45 000 000	—	35 865 876	9 994 799	36 000 000	10 000 000
Confirming	1 213 385	—	1 213 385	—	—	—	—	—
	<u>46 219 279</u>	<u>—</u>	<u>46 213 385</u>	<u>—</u>	<u>35 865 876</u>	<u>9 994 799</u>	<u>36 000 000</u>	<u>10 000 000</u>
	31.12.2022				31.12.2021			
	Valor contabilístico		Valor nominal		Valor contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Descobertos bancários (Nota 17)	645 060	—	645 060	—	5 949 874	—	—	—
	<u>645 060</u>	<u>—</u>	<u>645 060</u>	<u>—</u>	<u>5 949 874</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

### 19.1 Papel Comercial

A rubrica do passivo "Papel comercial" corresponde a seis programas de papel comercial com subscrição garantida de tomada firme pelos bancos responsáveis pela sua colocação, até aos montantes máximos de 15.000.000 Euros, 10.000.000 Euros, 5.000.000 Euros, 5.000.000 Euros, 5.000.000 Euros, 5.000.000 Euros, os quais vencem juros a taxas de mercado. Estes programas vencem-se em janeiro de 2023, setembro de 2026, setembro 2024, novembro de 2025, maio de 2025 e março de 2023, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Cofina apresenta Programas de Papel Comercial com Garantia de Tomada Firme classificado como passivo corrente, no entanto, a maturidade dos contratos que os sustentam vai, na sua maioria, para além

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

de 31 de dezembro de 2023, pelo que, o Grupo tem a possibilidade de renovar as subscrições, tal como tem vindo a ocorrer ao longo dos últimos exercícios.

Relativamente ao Programa de 5 milhões de euros, este apresenta um perfil de amortização que contempla 2 amortizações anuais sucessivas de 1 milhão de euros (cada uma, a ocorrer no último dia útil do mês de novembro 2023 e 2024) e uma amortização final de 3 milhões de euros a ocorrer em novembro de 2025.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estes empréstimos venceram juros a taxas indexadas à Euribor acrescidas de *spreads* que variam entre 1,050% e 2,250% (0,910% e 1,750% em 31 de dezembro de 2021), em função da natureza e prazo do crédito obtido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as linhas de financiamento utilizadas pelo Grupo e os correspondentes montantes máximos autorizados, eram como segue:

31.12.2022				
Natureza	Maturidade	Saldo autorizado	Saldo nominal utilizado	Saldo disponível
Cash pooling / Overdraft	n/a	10 500 000	645 061	9 854 939
Facilidade em conta de Depósito à ordem	n/a	8 000 000	—	8 000 000
Papel comercial	03/01/2023	15 000 000	15 000 000	—
Papel comercial	27/09/2026	10 000 000	10 000 000	—
Papel comercial	12/09/2024	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	28/11/2025	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	30/05/2025	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	10/03/2023	5 000 000	5 000 000	—
		63 500 000	45 645 061	17 854 939

31.12.2021				
Natureza	Maturidade	Saldo autorizado	Saldo nominal utilizado	Saldo disponível
Cash pooling / Overdraft	n/a	10 500 000	2 957 981	7 542 019
Facilidade em conta de Depósito à ordem	n/a	8 000 000	2 991 893	5 008 107
Papel comercial	07/07/2022	15 000 000	15 000 000	—
Papel comercial	27/09/2026	10 000 000	10 000 000	—
Papel comercial	12/09/2024	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	28/11/2025	6 000 000	6 000 000	—
Papel comercial	30/05/2022	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	03/09/2022	5 000 000	5 000 000	—
		64 500 000	51 949 874	12 550 126

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não entrou em incumprimento em qualquer empréstimo obtido.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 19.2 Evolução do endividamento e maturidades

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em 1 de janeiro	51 810 549	55 280 746
Pagamento de empréstimos obtidos	(102 102 742)	(104 174 581)
Recebimento de empréstimos obtidos	101 913 098	97 657 859
Descobertos bancários	(3 162 330)	2 517 269
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(1 594 236)	529 256
Variação da dívida	(4 946 210)	(3 470 197)
Saldo em 31 de dezembro	46 864 339	51 810 549

### 20. MOVIMENTO DAS PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento verificado nas provisões e perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser detalhado como segue:

	31.12.2022				
	Provisões	Perdas por imparidade em investimentos em investimentos (Nota 4)	Perdas por imparidade em goodwill (Nota 5)	Perdas por imparidade em inventários (Nota 11)	Perdas por imparidade em contas a receber (Notas 12 e 15)
Saldo inicial	1 245 700	171 754	10 803 769	48 037	1 004 938
Aumentos	1 368 839	—	3 600 000	—	3 919
Diminuições	(453 814)	—	—	—	(117 020)
Reclassificações	—	—	—	—	—
Utilizações e transferências	(213 475)	—	—	—	(600 000)
Saldo final	1 947 250	171 754	14 403 769	48 037	291 837

	31.12.2021				
	Provisões	Perdas por imparidade em investimentos em investimentos (Nota 4)	Perdas por imparidade em goodwill (Nota 5)	Perdas por imparidade em inventários (Nota 11)	Perdas por imparidade em contas a receber (Notas 12 e 15)
Saldo inicial	959 000	171 754	9 889 310	48 037	1 010 324
Aumentos	659 208	—	914 459	—	51 725
Diminuições	—	—	—	—	(33 366)
Reclassificações	—	—	—	—	—
Utilizações e transferências	(372 508)	—	—	—	(23 745)
Saldo final	1 245 700	171 754	10 803 769	48 037	1 004 938

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a reconciliação entre os valores reconhecidos nas rubricas da demonstração da posição financeira e demonstração dos resultados relativamente a provisões e perdas por imparidade pode ser desagregada como segue:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Provisões	Goodwill	Contas a receber	Total	Provisões	Goodwill	Contas a receber	Total
Provisões e perdas por imparidade	(110 635)	3 600 000	(113 101)	3 376 264	213 508	914 459	18 359	1 146 326
Gastos com o pessoal	1 025 660	—	—	1 025 660	445 700	—	—	445 700
Total	915 025	3 600 000	(113 101)	4 401 924	659 208	914 459	18 359	1 592 026

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de "Provisões" pode ser desagregada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões para indemnizações e processos judiciais	1 632 250	1 245 700
Provisões para liquidação	315 000	—
	1 947 250	1 245 700

A rubrica "Provisões para indemnizações e processos judiciais" inclui provisões para indemnizações e processos judiciais em curso contra o Grupo para os quais o desfecho é incerto, que corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração,



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

suportado pelos seus consultores legais, dos impactos que poderão vir a surgir do desfecho dos processos atualmente em curso. A rubrica "Provisões para liquidação" diz respeito às provisões registadas no âmbito do processo de liquidação da subsidiária Grafedisport.

### 21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica podia ser apresentada, tendo em consideração a sua maturidade, como segue:

	31.12.2022	Pagáveis em			
		Sem prazo <sup>(a)</sup>	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Mais de 6 meses
Fornecedores	5 972 209	207 226	5 764 983	—	—
	5 972 209	207 226	5 764 983	—	—

	31.12.2021	Pagáveis em			
		Sem prazo (a)	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Mais de 6 meses
Fornecedores	7 188 748	168 416	7 020 332	—	—
	7 188 748	168 416	7 020 332	—	—

<sup>(a)</sup> Os valores incluídos na parcela "Sem prazo" correspondem a transações de permuta com entidades que são igualmente clientes (Nota 12). Deste modo, não apresentam prazo de liquidação pré-determinado.

### 22. PASSIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Rappel a conceder	2 569 194	2 111 577
Comissões a liquidar	681 378	834 526
Receitas de marketing alternativo diferidas	823 822	967 608
	4 074 394	3 913 711

### 23. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 14)	2 034 075	2 077 377
Outras dívidas:		
Pessoal	229 251	63 148
Permutas com entidades públicas	252 907	252 907
Outras dívidas	232 242	337 054
	2 748 475	2 730 486

### 24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	3 613 305	3 385 487
Fornecimentos e serviços externos	562 063	867 648
Outros acréscimos de gastos	465 564	317 057
Rendimentos diferidos:		
Outros rendimentos diferidos	1 144 740	251 679
	5 785 672	4 821 871

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 25. VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

As “Vendas” dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 correspondem essencialmente à venda de jornais e revistas incluindo ainda uma pequena parte de rendimentos relativos à comercialização de papel para impressão.

As “Prestações de serviços” correspondem basicamente à venda de espaço publicitário nas publicações do Grupo, líquidas dos descontos concedidos.

Os “Outros rendimentos” referem-se, essencialmente, à venda de produtos de marketing alternativo, os quais são comercializados juntamente com as publicações do Grupo Cofina e aos direitos de distribuição do canal televisivo CMTV.

### 26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica fornecimentos e serviços externos pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Publicidade e propaganda	9 542 731	9 242 318
Subcontratos	2 514 501	2 656 404
Trabalhos especializados	8 112 800	8 185 658
Deslocações e estadas	1 352 407	843 771
Rendas e alugueres	378 783	287 407
Combustíveis	236 184	355 830
Comunicação	375 099	361 143
Honorários	3 503 444	3 128 435
Royalties	382 850	473 455
Despesas representação	316 964	213 124
Outros custos	2 963 019	2 155 501
	<u>29 678 782</u>	<u>27 903 046</u>

### 27. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de gastos com pessoal pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	21 339 140	20 282 916
Indemnizações	1 120 066	2 466 425
Encargos sobre as remunerações	4 432 394	4 395 384
Seguros de acidentes no trabalho	319 495	288 714
Gastos de ação social	29 627	31 108
Outros gastos com pessoal	214 175	185 066
	<u>27 454 897</u>	<u>27 649 613</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 668 e 718, respetivamente.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 28. RESULTADOS FINANCEIROS E RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos, gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultados relativos a investimentos		
Aplicação do método de equivalência patrimonial - VASP (Nota 4)	564 306	(298 501)
Aplicação do método de equivalência patrimonial - A Nossa Aposta (Nota 4)	(119 362)	(1 338 644)
Aplicação do método de equivalência patrimonial - Mercados Globais (Nota 4)	3 526	(308)
Mais valia gerada na alienação da participação financeira - A Nossa Aposta (Nota 4)	2 786 307	—
Outros	10 367	—
	<u>3 245 144</u>	<u>(1 637 453)</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	720 449	604 200
Gastos com juros relacionados com passivos da locação (Nota 7.2)	547 591	621 207
Comissões bancárias	358 185	314 217
Outros custos e perdas financeiros	22 279	17 351
	<u>1 648 504</u>	<u>1 556 975</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	13 405	—
Outros rendimentos financeiros	235 673	—
	<u>249 078</u>	<u>—</u>

### 29. PARTES RELACIONADAS

#### Transações comerciais

As empresas participadas têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transações são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as principais transações realizadas com essas entidades durante o exercício findo nessa data, podem ser detalhados como segue:

### Transações:

	31.12.2022		
	Vendas e Prestações de serviços (Nota 25)	Outros rendimentos (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 26)
VASP	29 123 610	5 067 191	770 496
A Nossa Aposta	—	—	—
Mercados Globais, S.A.	—	—	38 400
Outras partes relacionadas	60 446	538 905	—
	<u>29 184 056</u>	<u>5 606 096</u>	<u>808 896</u>

	31.12.2021		
	Vendas e Prestações de serviços (Nota 25)	Outros rendimentos (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 26)
VASP	31 108 795	5 750 899	214 223
A Nossa Aposta	8 069	—	—
Mercados Globais, S.A.	—	—	38 400
Outras partes relacionadas	105 134	135 438	—
	<u>31 221 998</u>	<u>5 886 337</u>	<u>252 623</u>

### Saldos:

	31.12.2022		
	Clientes (Nota 12)	Fornecedores (Nota 21)	Ativos de contratos com clientes (Nota 13)
VASP	50 424	147 245	2 823 250
A Nossa Aposta	—	—	—
Mercados Globais, S.A.	—	11 808	—
Outras partes relacionadas	163 439	—	—
	<u>213 863</u>	<u>159 053</u>	<u>2 823 250</u>

	31.12.2021		
	Clientes (Nota 12)	Fornecedores (Nota 21)	Ativos de contratos com clientes (Nota 13)
VASP	68 130	173 317	3 012 069
A Nossa Aposta	7 872	—	—
Mercados Globais, S.A.	—	7 872	—
Outras partes relacionadas	39 469	—	—
	<u>115 471</u>	<u>181 189</u>	<u>3 012 069</u>

As vendas efetuadas à VASP durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 correspondem a vendas de publicações (jornais e revistas) e produtos de marketing alternativo efetuadas àquela entidade, a qual se encarrega da correspondente distribuição pelos postos de venda. Estas transações são efetuadas no decorrer da normal atividade do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram transações com os Administradores do Grupo nem lhes foram concedidos empréstimos.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Entidades relacionadas

Nas “Outras partes relacionadas” estão incluídas as subsidiárias das sociedades do Grupo Ramada, Grupo Altri, Grupo Greenvolt, acionistas e outras entidades relacionadas.

### Compensações dos Gestores Chave

As compensações atribuídas aos gestores chave, que, dado o modelo de governação do Grupo, correspondem aos membros do Conselho de Administração da empresa mãe, auferidas em todas as sociedades do Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, tem a seguinte composição:

	Conselho de Administração	
	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações fixas	272 000	537 981
Remunerações variáveis	—	133 000
	<u>272 000</u>	<u>670 981</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem: (i) planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de ações aos membros do Conselho de Administração; (ii) regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores; (iii) indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício; ou (iv) benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

A Cofina, SGPS, S.A. não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

### 30. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha assumido responsabilidades relativas a garantias bancárias prestadas no montante de 635.000 Euros (345.000 Euros em 31 de dezembro de 2021) relacionadas essencialmente com a sua atividade publicitária 398.000 Euros (28.000 em 31 de dezembro de 2021) e com processos fiscais em curso 237.000 Euros (317.000 Euros em 31 de dezembro de 2021) (Nota 20).

### 31. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram calculados da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	10 451 297	4 224 521
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	102 565 836	102 565 836
Resultado por ação:		
Básico	0,10	0,04
Diluído	0,10	0,04

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 32. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O contributo dos principais segmentos de negócio para as demonstrações consolidadas dos resultados do exercício findo a 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Imprensa	Televisão	Total	Imprensa	Televisão	Total
<b>Rendimentos Operacionais:</b>						
Vendas	29 578 990	—	29 578 990	32 323 728	—	32 323 728
Vendas - intersegmental	—	—	—	—	—	—
Prestações de serviços	16 274 235	11 889 849	28 164 084	17 533 955	9 278 289	26 812 244
Prestações de serviços - intersegmental	—	—	—	—	—	—
Outros rendimentos	9 906 317	8 387 124	18 293 441	8 532 150	8 180 630	16 712 780
Outros rendimentos - intersegmental	—	—	—	—	—	—
Total de rendimentos operacionais	55 759 542	20 276 973	76 036 515	58 389 833	17 458 919	75 848 752
<b>Gastos Operacionais:</b>						
Custo das vendas	(6 321 434)	—	(6 321 434)	(5 127 428)	—	(5 127 428)
Fornecimentos e serviços externos	(19 963 621)	(9 715 161)	(29 678 782)	(19 219 663)	(8 683 383)	(27 903 046)
Gastos com o pessoal	(21 827 244)	(5 627 653)	(27 454 897)	(23 791 908)	(3 857 705)	(27 649 613)
Amortizações e depreciações	(2 884 942)	(230 060)	(3 115 002)	(3 259 973)	(227 745)	(3 487 718)
Provisões e perdas por imparidade	(3 376 264)	—	(3 376 264)	(1 146 326)	—	(1 146 326)
Outros gastos	(254 580)	—	(254 580)	(164 661)	—	(164 661)
Total de gastos operacionais	(54 628 085)	(15 572 874)	(70 200 959)	(52 709 959)	(12 768 833)	(65 478 792)
<b>Resultados operacionais</b>	<b>1 131 457</b>	<b>4 704 099</b>	<b>5 835 556</b>	<b>5 679 874</b>	<b>4 690 086</b>	<b>10 369 960</b>
Resultados relativos a investimentos			3 245 144			(1 637 453)
Resultados financeiros			(1 399 426)			(1 556 975)
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>7 681 274</b>			<b>7 175 532</b>
Impostos sobre o rendimento			2 770 023			(2 951 011)
<b>Resultado líquido do exercício</b>			<b>10 451 297</b>			<b>4 224 521</b>
Atribuível a:						
Detentores de capital próprio da empresa-mãe			10 451 297			4 224 521
Interesses sem controlo			—			—
			10 451 297			4 224 521

O investimento líquido total dos segmentos de negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

(milhares de euros)	<b>Imprensa</b>	<b>Televisão</b>	<b>31.12.2022</b>
Investimento líquido total	650	486	1 136
(milhares de euros)	<b>Imprensa</b>	<b>Televisão</b>	<b>31.12.2021</b>
Investimento líquido total	742	—	742

Investimento líquido total – diz respeito às aquisições no exercício de ativos fixos tangíveis e intangíveis relacionados com os segmentos Televisão e Imprensa.

### 33. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam ativos contingentes. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os principais passivos contingentes respeitavam aos processos em curso descritos na Nota 20 e às garantias prestadas detalhadas na Nota 30.

### 34. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em 31 de dezembro de 2022 o total de honorários suportados pelo Grupo Cofina relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo Deloitte & Associados, SROC S.A. ascenderam a 135.000 Euros. Referem-se a serviços de auditoria e revisão legal das contas, e incluem o montante de 55.000 euros, relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2021 o total de honorários suportados pelo Grupo Cofina relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo Deloitte & Associados, SROC S.A. ascenderam a 70.000 Euros. Referem-se a serviços de auditoria e revisão legal das contas.

### 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2022 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do Grupo Cofina e do conjunto das empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas incluídas na consolidação.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

---

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

---

João Manuel Matos Borges de Oliveira

---

Domingos José Vieira de Matos

---

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

---

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

---

Laurentina da Silva Martins

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS ANEXAS**

**31 de dezembro de 2022**



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Cofina, SGPS, S.A

#### DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021 (Reexpresso Nota 4)
ATIVO NÃO CORRENTE			
Investimentos em subsidiárias	5	68 432 782	99 279 337
Outros investimentos financeiros	5	10 000 510	10 000 510
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>78 433 292</b>	<b>109 279 847</b>
ATIVO CORRENTE			
Clientes	18	1 152 645	219 690
Outras dívidas de terceiros	9 e 18	101 534	743 189
Outros ativos correntes		5 154	5 154
Caixa e equivalentes de caixa	10	10 463 956	472 977
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>11 723 289</b>	<b>1 441 010</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>90 156 581</b>	<b>110 720 857</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	11	25 641 459	25 641 459
Prémios de emissão de ações	11	15 874 835	15 874 835
Reserva legal	11	5 409 144	5 409 144
Outras reservas	11	13 295 174	8 157 041
Resultado líquido do exercício		14 052 100	5 138 133
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>74 272 712</b>	<b>60 220 612</b>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Outros empréstimos	12	—	9 994 799
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>—</b>	<b>9 994 799</b>
PASSIVO CORRENTE			
Outros empréstimos	12	14 991 582	38 857 769
Fornecedores		2 392	222 336
Imposto sobre o rendimento	6 e 8	283 484	1 147 949
Outras dívidas a terceiros	13 e 18	418 216	11 362
Outros passivos correntes	14	188 195	266 030
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>15 883 869</b>	<b>40 505 446</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>15 883 869</b>	<b>50 500 245</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>90 156 581</b>	<b>110 720 857</b>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Cofina, SGPS, S.A

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021 (Reexpresso Nota 4)
Prestações de serviços	18	758 500	714 440
Outros rendimentos		24 932	—
Fornecimentos e serviços externos	15	(535 673)	(629 184)
Gastos com pessoal	16	(362 085)	(348 569)
Outros gastos		(54 032)	(37 550)
Resultados relativos a investimentos	5	13 849 060	6 014 132
Gastos financeiros	17	(743 763)	(807 384)
Rendimentos financeiros	17	235 672	—
Resultado antes de impostos		13 172 611	4 905 885
Impostos sobre o rendimento	6	879 489	232 248
Resultado líquido do exercício		14 052 100	5 138 133

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

## Cofina, SGPS, S.A

### DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Montantes expressos em Euros)

	31.12.2022	31.12.2021 (Reexpresso Nota 4)
Resultado líquido do exercício	14 052 100	5 138 133
Total do rendimento integral do exercício	14 052 100	5 138 133

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Cofina, SGPS, S.A

#### DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)							
	Notas	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Total do Capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2021		25 641 459	15 874 835	5 409 144	48 505 919	6 179 202	101 610 559
Efeito da alteração na política contabilística de reconhecimento dos investimentos financeiros	4	—	—	—	(46 528 080)	—	(46 528 080)
Saldo em 1 de janeiro de 2021 - Reexpresso		25 641 459	15 874 835	5 409 144	1 977 839	6 179 202	55 082 479
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020:							
Transferência para outras reservas	11	—	—	—	6 179 202	(6 179 202)	—
Rendimento integral do exercício		—	—	—	—	5 138 133	5 138 133
Saldo em 31 de dezembro de 2021		25 641 459	15 874 835	5 409 144	8 157 041	5 138 133	60 220 612
Saldo em 1 de janeiro de 2022		25 641 459	15 874 835	5 409 144	8 157 041	5 138 133	60 220 612
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021:							
Transferência para outras reservas	11	—	—	—	5 138 133	(5 138 133)	—
Rendimento integral do exercício		—	—	—	—	14 052 100	14 052 100
Saldo em 31 de dezembro de 2022		25 641 459	15 874 835	5 409 144	13 295 174	14 052 100	74 272 712

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### Cofina, SGPS, S.A

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)					
	Notas	2022		2021	
Atividades operacionais:					
Recebimentos de clientes		—		2 836 466	
Pagamento a fornecedores		(627 170)		(434 842)	
Pagamentos a pessoal		(356 273)		(348 569)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(84 558)		(6 328 901)	
Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		725 165	(342 836)	293 812	(3 982 034)
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>			(342 836)		(3 982 034)
Atividades de investimento:					
Recebimentos respeitantes a:					
Dividendos	18	44 695 615	44 695 615	2 528 668	2 528 668
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		—	—	—	—
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>			44 695 615		2 528 668
Atividades de financiamento:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos	12	70 857 310		97 657 859	
Juros e ganhos similares		235 672	71 092 982	—	97 657 859
Pagamentos relativos a:					
Juros e gastos similares		(360 147)		(593 872)	
Empréstimos obtidos	12	(102 102 742)	(102 462 889)	(104 174 581)	(104 768 453)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>			(31 369 907)		(7 110 594)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10		(2 518 916)		6 045 044
Varição de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)			12 982 872		(8 563 960)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10		10 463 956		(2 518 916)

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cofina, SGPS, S.A. ("Cofina" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 no Porto. Desenvolve a sua atividade essencialmente como gestora de participações sociais na área dos *media*, atuando nesse setor principalmente através da Cofina Media, S.A., sociedade integralmente detida pela Cofina (Nota 5), sendo as suas ações cotadas na *Euronext Lisbon*.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (arredondadas às unidades), sendo a divisa utilizada pela Empresa nas suas operações e, como tal, considerada a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 6 de abril 2023. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa da Empresa e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, com exceção da política contabilística de reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 4).

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

#### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS-UE") em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2022. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRS - IC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, operarem em continuidade tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras a Empresa tomou por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.3.

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, a Empresa considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

### (i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	1-jan-22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospectiva.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1-jan-22	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	1-jan-22	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim, no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

### (ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 – Contratos de Seguro; inclui emendas à IFRS 17	1-jan-23	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-23	<p>Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.</p> <p>A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um 'overlay' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O 'overlay' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.</p>
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	<p>Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.</p> <p>Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.</p>
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	<p>A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.</p>
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	1-jan-23	<p>A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.</p> <p>Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.</p>

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### (iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-24	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant".</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	1-jan-24	<p>Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale &amp; leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.</p> <p>Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos"</p> <p>Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à "venda" parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.</p> <p>Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

### 2.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Cofina tem controlo, ou seja, detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consiga influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pela Empresa).

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Empresa exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto se encontram entre 20% a 50%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, estas participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. As participações financeiras são posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, por contrapartida de outro rendimento integral da Empresa ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável. Adicionalmente, os dividendos destas participações são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio da Empresa.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a subsidiária, empreendimento conjunto e associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Resultados relativos a investimentos", após reconfirmação do justo valor atribuído.

A Cofina realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

A análise de imparidade é efetuada com base na avaliação das unidades geradoras de caixa, por recurso ao método "discounted cash-flow", tendo como base as projeções financeiras de *cash-flow* a cinco anos de cada, e a perpetuidade a partir do quinto ano, deduzido do justo valor dos passivos.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

### b) Instrumentos financeiros

#### Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Empresa quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

#### Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Empresa e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através do outro rendimento integral e ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que a Empresa adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Empresa adota o expediente prático, a Empresa mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação.

As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Empresa adota o expediente prático são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros ("solely payments of principal and interest (SPPI)") sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos "fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros", é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como a Empresa gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

#### Classificação de ativos financeiros

##### (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida e contas a receber)

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

### (ii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral.

No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem financeiros nestas condições.

### (iii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros".

Na adoção da IFRS 9, a Empresa designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de resultados.

### (iv) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

### Imparidade de ativos financeiros

A Empresa reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios: (i) para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incorridas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; (ii) para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, a Empresa adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, a Empresa não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. A Empresa estabeleceu uma matriz de imparidade baseada os créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

A Empresa considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido há mais de 180 dias. Porém, em certos casos, a Empresa pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que a Empresa venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração da Posição Financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- A Empresa transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual a Empresa i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibida pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) a Empresa tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e
- A Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando a Empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Empresa também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Empresa reteve.

Se o envolvimento continuado da Empresa assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que a Empresa pode vir a pagar.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa até ao momento do seu recebimento.

### (v) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

#### Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

#### Capital próprio

São considerados pela Empresa instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a Empresa detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”.

#### Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for detido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

### Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

### Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração da Empresa utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

### Desreconhecimento de passivos financeiros

A Empresa desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações da Empresa são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados.

Quando a Empresa troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, a Empresa contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

---

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

### c) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a Empresa (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração a essa data.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

### d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também, quando aplicável, os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

### e) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

### f) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

### g) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera a tributação diferida.

A Empresa é tributada segundo o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), de acordo com o artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo a sociedade dominante do Grupo fiscal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em subsidiárias por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### h) Rédito

A Cofina reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

- identificação do contrato com um cliente;
- identificação das obrigações de desempenho;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação a obrigações de desempenho; e
- reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o rédito da Cofina refere-se integralmente a serviços corporativos prestados às subsidiárias do Grupo, sendo os mesmos faturados trimestralmente sendo a fatura emitida no final do trimestre, pelos serviços prestados nesse trimestre.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos serviços vendidos em linha com a tipologia de negócio identificada.

O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita. O preço da transação é uma componente fixa.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

A Empresa considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

### i) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

### j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que sejam indicativos de condições que surgiram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 2.3 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o normativo contabilístico em vigor (Nota 2.1), o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Os principais juízos de valor e estimativas mais significativas efetuadas utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras incluem:

- Testes de imparidade de investimentos financeiros

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, a Empresa, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi ainda realizada uma análise relativamente à recuperabilidade do caucionamento incluído na rubrica “Outros investimentos financeiros”. Para esta análise o Conselho de Administração tomou em consideração toda a informação disponível, atual e de conhecimento à data, bem como, o suporte dos assessores legais do Grupo Cofina.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

## 2.4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Com exceção do referido na Nota 4, não ocorreram durante o exercício alterações voluntárias de políticas contabilísticas adicionais, não tendo igualmente sido reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa encontra-se exposta a (i) risco de mercado e a (ii) risco de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco é o de reduzir estes riscos até um nível considerado aceitável.

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pelos administradores e diretores.

#### (i) Risco de mercado

O atual ambiente macroeconómico desfavorável, pautado pela inflação generalizada dos custos, aumento das taxas de juro, riscos geopolíticos e incertezas relativamente à sua evolução futura, em resultado da combinação de vários efeitos, nomeadamente a pandemia e o conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, coloca desafios significativos às empresas e às suas operações.

O Conselho de Administração encontra-se a monitorizar os impactos da atual envolvência macroeconómica na cadeia de operações da Cofina, garantindo que são aplicadas medidas mitigatórias que permitam minimizar, sempre que possível, os efeitos negativos e a incerteza que ameaça a estabilidade económica mundial.

Reveste-se ainda de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro.

#### a. Taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento da Empresa indexado a taxas variáveis, que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

A Empresa utiliza, quando entende relevante instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro consideradas significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção do risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo dos instrumentos de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerados no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Cofina se encontra indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos a Empresa acorda com terceiras partes (Bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura da refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Cofina solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade destas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizados como referencial de avaliação.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

O Conselho de Administração aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

Durante o exercício de 2022 e 2021 não foram contratados instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de taxa de juro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a sensibilidade da Empresa a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos um 1 ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros pode ser analisada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados e comissões bancárias (Nota 17)	743 763	807 384
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(150 000)	(490 000)
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	150 000	490 000

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data da demonstração da posição financeira. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada em 31 de dezembro de 2022.

### (ii) Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

A Empresa define como política ativa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de todas as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

Remetemos para informação incluída na nota 12. Outros empréstimos.

## 4. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A reexpressão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 resulta da alteração da política contabilística no reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias eram mensurados de acordo com o estabelecido na "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. No entanto, é entendimento do Conselho de Administração que o reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros em subsidiárias pelo método de equivalência patrimonial se apresenta como mais adequada, na medida em que representa ao nível das demonstrações financeiras da Empresa um reflexo mais apropriado dos ativos líquidos detidos na subsidiária.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Os impactos da reexpressão nas demonstrações financeiras em 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2021	01.01.2021
<b>Demonstração dos resultados</b>		
Resultados relativos a investimentos	3 485 464	—
Aumento/(Diminuição) no resultado líquido do exercício	3 485 464	—
<b>Demonstração da posição financeira</b>		
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>		
Investimentos em subsidiárias	(43 042 616)	(46 528 080)
Aumento/(Diminuição) em ativos líquidos	(43 042 616)	(46 528 080)

### 5. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

#### 5.1 Investimentos em subsidiárias

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor do investimento na subsidiária Cofina Media, S.A. ("Cofina Media"), foi o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021 (Reexpresso Nota 4)
	Cofina Media	Cofina Media
<b>Investimentos em subsidiárias</b>		
Saldo em 1 de janeiro	99 279 337	95 793 873
Equivalência patrimonial		
Efeito em ganhos e perdas relativos a subsidiárias	13 849 060	6 014 132
Dividendos distribuídos (Nota 18)	(44 695 615)	(2 528 668)
Outros	—	—
Saldo final	68 432 782	99 279 337

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais indicadores financeiros, são como segue:

31 de dezembro de 2022					31 de dezembro de 2021				
Descrição	%	Total do ativo	Total do Capital Próprio	Rendimentos totais (a)	Resultado líquido do exercício	Total do ativo	Total do Capital Próprio	Rendimentos totais (a)	Resultado líquido do exercício
Cofina Media, S.A. ("Cofina Media")	100 %	104 802 982	40 721 055	74 954 669	11 665 109	113 167 350	73 751 560	74 770 227	5 142 444
		104 802 982	40 721 055	74 954 669	11 665 109	113 167 350	73 751 560	74 770 227	5 142 444

(a) Rendimentos totais = Vendas, Prestações de serviços e Outros rendimentos.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor contabilístico líquido do investimento da Empresa na subsidiária Cofina Media reconcilia-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
	Cofina Media	Cofina Media
Capitais próprios	40 721 055	73 751 560
Percentagem de detenção	100,00 %	100,00 %
Quota parte dos ativos líquidos	40 721 055	73 751 560
Anulação do Goodwill reconhecido na quota parte dos ativos líquidos	(62 775 224)	(62 775 224)
Goodwill reconhecido na participação financeira	91 755 222	91 755 222
Efeito da homogeneização de políticas contabilísticas	(1 268 271)	(3 452 221)
	68 432 782	99 279 337

Nos exercícios de 2022 e 2021, os métodos e pressupostos utilizados nas análises de imparidade aos investimentos em subsidiárias, os quais no entendimento do Conselho de Administração são os que mais se adequam à conjuntura atual, são como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
	Cash flows livres	Cash flows livres
	descontados	descontados
Método utilizado		
Base utilizada	<i>Business plan</i>	<i>Business plan</i>
Período de projeção explícito	5 anos	5 anos
Custo médio ponderado do capital		
Portugal	9,52% - 10,56%	7,34% - 7,54%
Crescimento na perpetuidade		
Portugal	2,10 %	1,30 %

A Cofina Media, S.A. foi avaliada através da metodologia dos *cash flows* livres descontados e com base em *business plans*, compreendendo os negócios de jornais, revistas e canal de televisão, abrangendo um período de 5 anos, e a perpetuidade a partir do quinto ano, desenvolvidos pelos responsáveis daquela subsidiária e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração.

As projeções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da atividade da subsidiária (e respetivas unidades geradoras de caixa), que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com a tendência dos mercados, sendo razoáveis e prudentes e que refletem a sua visão. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos, e a experiência da Empresa.

Os pressupostos operacionais utilizados correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido na Nota 2.3, o pressuposto relevante prende-se com a determinação da taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada reflete o nível de endividamento e custo de capital alheio do Grupo Cofina, bem como o nível de risco e rentabilidade esperados pelo mercado. Acresce referir que, na determinação da taxa de desconto, a componente relativa à taxa de juro de um ativo sem risco, tem por referência a taxa de juro das obrigações portuguesas a dez anos. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado.

A taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade, são estimadas com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, e resultam do entendimento da Empresa das perspetivas futuras para a evolução do preço e da atividade.

A quantificação dos pressupostos foi efetuada tendo por base dados históricos bem como a experiência do Conselho de Administração da Empresa. Contudo, tais pressupostos poderão ser afetados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos acima referidos, e tendo em consideração os montantes de dividendos distribuídos pela subsidiária naquele exercício, não foram reconhecidas perdas por imparidade.

É convicção do Conselho de Administração que o efeito de eventuais desvios que possam ocorrer nos principais pressupostos em que assenta o valor recuperável da participação financeira, não implicará, em todos os aspetos materialmente relevantes, reconhecimento de imparidades adicionais de participações financeiras.

### 5.2 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa possui outros investimentos financeiros correspondentes a participações minoritárias em empresas não cotadas para os quais foram registadas perdas por imparidade, apresentando naquelas datas um valor líquido de 510 Euros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor total dos investimentos financeiros para os quais foram constituídas perdas por imparidade ascende a 156.400 Euros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Outros investimentos financeiros” inclui ainda o caucionamento de um montante de 10 milhões de Euros no contexto do Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA”) celebrado em 20 de setembro de 2019 com a Promotora de Informaciones, S.A. para a aquisição de 100% do capital social e direitos de voto da Vertix, SGPS, S.A. (“Vertix”), que, à data da celebração do SPA, era titular de ações representativas de 94,69% dos direitos de voto do Grupo Media Capital, S.A. (“Media Capital”), SPA esse se encontrava sujeito (i) à verificação de um conjunto de Condições Suspensivas e (ii) à realização, pela Cofina à Prisa, de um *Down Payment* no montante de € 10.000.000,00 (dez milhões de Euros). Esta *escrow account* encontra-se depositada numa instituição financeira.

No dia 15 de abril de 2020, o Grupo Cofina comunicou ao mercado ter sido notificado de um Requerimento de Arbitragem (“Requerimento”), apresentado pela Promotora de Informaciones, S.A. (“Prisa”) junto da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP), na qual reclama o direito de que lhe seja entregue, pelo Escrow Agent (Banco BPI, S.A.), o montante de 10 milhões de Euros ali depositado a título de *Down payment*. Adicionalmente, a Prisa apresenta um pedido indemnizatório em que reclama a condenação da Cofina no pagamento dos danos que considera ter sofrido.

A Cofina, suportada nos seus assessores legais, considera que os pedidos da Prisa carecem de qualquer fundamento e apresentou a devida contestação, rebatendo cada argumento apresentado com a devida fundamentação.

É, por isso, entendimento do Conselho de Administração da Cofina, com base na informação disponível, atual e de conhecimento à data, suportado nos seus assessores legais, que o montante será devolvido, motivo pelo qual não procedeu ao registo de qualquer ajustamento sobre o saldo apresentado no ativo da Empresa, bem como não irá ser condenada a pagar qualquer valor à Prisa a qualquer título.

Até à presente data o processo arbitral encontra-se a seguir os seus trâmites normais.

## 6. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa de 21%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. A Cofina, SGPS, S.A. é a sociedade dominante do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas demonstrações financeiras separadas na rubrica “Empresas do Grupo”. Nos casos em que as subsidiárias contribuem com prejuízos é registado, nas demonstrações financeiras individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime. Caso sejam registados ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados, o montante fica registado na Empresa por contrapartida de conta a pagar às entidades do Grupo.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos desde 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.



# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), sendo a Cofina a sociedade dominante do Grupo fiscal o qual é constituído pela Cofina Media, S.A..

Em 31 de dezembro de 2022, a Cofina, através da subsidiária Cofina Media, como acionista única da subsidiária Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., deliberou em Assembleia Geral a dissolução e liquidação desta entidade. Em resultado da dissolução (e entrada em liquidação) a 1 de setembro de 2022 da subsidiária, Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A., esta passou a ser tributada individualmente com referência a 1 de janeiro de 2022.

### Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem situações geradoras de impostos diferidos passivos.

De acordo com as declarações fiscais da Empresa, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem prejuízos fiscais reportáveis.

### Impostos correntes

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados como segue:

<u>Imposto corrente:</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Estimativa de imposto do exercício	139 285	232 307
Excesso / (Insuficiência) estimativa imposto	(20)	(59)
Outros efeitos	740 224	—
	<u>879 489</u>	<u>232 248</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto sobre o rendimento é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (Reexpresso Nota 4)
Resultado antes de impostos	13 172 611	4 905 885
Taxa de imposto teórica	21,00 %	21,00 %
	<u>(2 766 248)</u>	<u>(1 030 236)</u>
Resultados relativos a investimentos	2 908 303	1 262 968
Excesso / (Insuficiência) estimativa imposto	(20)	(59)
Tributação autónoma	274	(473)
Outros efeitos	737 180	48
Imposto sobre o rendimento	<u>879 489</u>	<u>232 248</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o montante incluído na rubrica "Outros efeitos" resulta, essencialmente, do desfecho favorável à Empresa de processos fiscais.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 7. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.2 b), foram classificados como segue:

#### Ativos financeiros

31 de dezembro de 2022	Ativos financeiros registados ao custo amortizado		Total
Ativos correntes			
Clientes	1 152 645		1 152 645
Outras dívidas de terceiros	185		185
Outros ativos correntes	—		—
Caixa e equivalentes de caixa	10 463 956		10 463 956
	<u>11 616 786</u>		<u>11 616 786</u>
31 de dezembro de 2021	Ativos financeiros registados ao custo amortizado		Total
Ativos correntes			
Clientes	219 690		219 690
Outras dívidas de terceiros	594 704		594 704
Outros ativos correntes	—		—
Caixa e equivalentes de caixa	472 977		472 977
	<u>1 287 371</u>		<u>1 287 371</u>

#### Passivos financeiros

31 de dezembro de 2022	Passivos financeiros registados ao custo amortizado		Total
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	—		—
	<u>—</u>		<u>—</u>
Passivos correntes			
Outros empréstimos	14 991 582		14 991 582
Fornecedores	2 392		2 392
Outras dívidas a terceiros	407 604		407 604
Outros passivos correntes	188 195		188 195
	<u>15 589 773</u>		<u>15 589 773</u>
	<u>15 589 773</u>		<u>15 589 773</u>

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

31 de dezembro de 2021	Passivos financeiros registados ao custo amortizado	Total
Passivos não correntes		
Outros empréstimos	9 994 799	9 994 799
	<u>9 994 799</u>	<u>9 994 799</u>
Passivos correntes		
Outros empréstimos	38 857 769	38 857 769
Fornecedores	222 336	222 336
Outras dívidas a terceiros	—	—
Outros passivos correntes	266 030	266 030
	<u>39 346 135</u>	<u>39 346 135</u>
	<u>49 340 934</u>	<u>49 340 934</u>

### 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Saldos devedores:</u>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	101 349	148 485
Total outros impostos (Nota 9)	<u>101 349</u>	<u>148 485</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Imposto sobre o rendimento	283 484	1 147 949
Total imposto sobre o rendimento	<u>283 484</u>	<u>1 147 949</u>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	—	—
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3 238	3 988
Contribuições para a Segurança Social	3 736	3 736
Outros	3 638	3 638
Total outros impostos (Nota 13)	<u>10 612</u>	<u>11 362</u>

### 9. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das "Outras dívidas de terceiros" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Empresas do Grupo (Nota 18)	185	594 704
Contas a receber de Estado e outros entes públicos (Nota 8)	101 349	148 485
	<u>101 534</u>	<u>743 189</u>

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de “Caixa e equivalentes de caixa” era o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	51	3
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10 463 905	472 974
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	10 463 956	472 977
Descobertos bancários (Nota 12)	—	(2 991 893)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	10 463 956	(2 518 916)

### 11. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 102.565.836 ações sem valor nominal. Nessa data, a Cofina, SGPS, S.A. e as suas filiais não detinham ações próprias.

#### Prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a “reserva legal”, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras reservas corresponde a resultados transitados de exercícios anteriores da Empresa.

#### Aplicação do Resultado Líquido

No que respeita ao exercício de 2022, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Cofina, SGPS, S.A. no montante de 14.052.100 Euros, seja integralmente transferido para Reservas livres.

O Conselho de Administração da Cofina, SGPS, S.A. propôs ainda à Assembleia Geral a distribuição de reservas livres no montante de 3.076.975 Euros, sob a forma de dividendos. A proposta de distribuição de lucros de reservas livres implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,03 Euros por ação.

No que respeita ao exercício de 2021, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, o qual foi aprovado em Assembleia Geral realizada a 29 de abril de 2022, que o resultado líquido individual da Cofina, SGPS, S.A. no montante de 1.652.669 Euros (resultado líquido individual da Cofina, SGPS, S.A. após reexpressão é de 5.138.133 Euros Nota 4) fosse integralmente transferido para Reservas Livres.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 12. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica “Outros empréstimos” é como segue:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Valor contabilístico		Valor nominal		Valor contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Descobertos bancários	—	—	—	—	2 991 893	—	2 991 893	—
Papel comercial	14 991 582	—	15 000 000	—	35 865 876	9 994 799	36 000 000	10 000 000
	14 991 582	—	15 000 000	—	38 857 769	9 994 799	38 991 893	10 000 000

#### Papel Comercial

A rubrica do passivo “Papel comercial” corresponde a um programa de papel comercial com subscrição garantida de tomada firme pelos bancos responsáveis pela sua colocação, até aos montantes máximos de 15.000.000 Euros, os quais vencem juros a taxas de mercado. Este programa vence-se em janeiro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresenta Programas de Papel Comercial com Garantia de Tomada Firme classificado como passivo corrente, no entanto, a maturidade dos contratos que os sustentam vai, na sua maioria, para além de 31 de dezembro de 2023, pelo que, o Grupo tem a possibilidade de renovar as subscrições, tal como tem vindo a ocorrer ao longo dos últimos exercícios.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estes empréstimos venceram juros a taxas indexadas à Euribor acrescidas de *spreads* que variam entre 1,050% e 2,250% (0,910% e 1,750% em 31 de dezembro de 2021), em função da natureza e prazo do crédito obtido.

Em 31 de dezembro de 2021 as linhas de financiamento utilizadas pela Empresa e os correspondentes montantes máximos autorizados, eram como segue:

Natureza	Maturidade	31.12.2021		
		Saldo autorizado	Saldo nominal utilizado	Saldo disponível
Cash pooling / Overdraft	n/a	3 000 000	—	3 000 000
Facilidade em conta de Depósito à ordem	n/a	4 000 000	2 991 893	1 008 107
Papel comercial	07/07/2022	15 000 000	15 000 000	—
Papel comercial	27/09/2026	10 000 000	10 000 000	—
Papel comercial	12/09/2024	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	28/11/2025	6 000 000	6 000 000	—
Papel comercial	30/05/2022	5 000 000	5 000 000	—
Papel comercial	03/09/2022	5 000 000	5 000 000	—
		53 000 000	48 991 893	4 008 107

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em 1 de janeiro	48 852 568	51 848 141
Pagamento de empréstimos obtidos	(102 102 742)	(104 174 581)
Recebimento de empréstimos obtidos	70 857 310	97 657 859
Descobertos bancários	(2 991 893)	2 991 893
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	376 339	529 256
Variação da dívida	(33 860 986)	(2 995 573)
Saldo em 31 de dezembro	14 991 582	48 852 568

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 13. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 8)	10 612	11 362
Empresas do Grupo (Nota 18)	407 604	—
	<u>418 216</u>	<u>11 362</u>

### 14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	34 924	29 112
Outros acréscimos de gastos	153 271	236 918
	<u>188 195</u>	<u>266 030</u>

### 15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Honorários	399 759	524 572
Outros gastos	135 914	104 612
	<u>535 673</u>	<u>629 184</u>

### 16. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de gastos com pessoal pode ser detalhada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	312 810	305 620
Encargos sobre as remunerações	47 920	41 594
Outros gastos com pessoal	1 355	1 355
	<u>362 085</u>	<u>348 569</u>

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

### 17. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Juros e gastos similares (Nota 12)</u>		
Juros bancários	(454 717)	(550 144)
Comissões de financiamento	(266 767)	(239 890)
Imposto de selo	(1 500)	(1 500)
Outros gastos financeiros	(20 779)	(15 850)
	<u>(743 763)</u>	<u>(807 384)</u>
 <u>Juros e rendimentos similares</u>		
Outros rendimentos financeiros	235 672	—
	<u>235 672</u>	<u>—</u>

### 18. PARTES RELACIONADAS

As empresas do Grupo Cofina têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as principais transações realizadas com essas entidades durante o exercício findo nessa data, podem ser detalhados como segue:

#### Transações:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Prestações de serviços	Dividendos distribuídos (Nota 5)	Prestações de serviços	Dividendos distribuídos (Nota 5)
Cofina Media, S.A.	744 944	44 695 615	703 180	2 528 668
Grafedisport - Impressão e Artes Gráficas, S.A.	13 556	—	11 260	—
	<u>758 500</u>	<u>44 695 615</u>	<u>714 440</u>	<u>2 528 668</u>

#### Saldos:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Cientes	Outras dívidas de terceiros	Outras dívidas a terceiros	Cientes	Outras dívidas de terceiros	Outras dívidas a terceiros
Cofina Media, S.A.	1 132 509	—	366 652	216 228	588 475	—
Grafedisport	20 136	185	40 952	3 462	6 229	—
	<u>1 152 645</u>	<u>185</u>	<u>407 604</u>	<u>219 690</u>	<u>594 704</u>	<u>—</u>

#### Compensações dos Gestores Chave

As compensações atribuídas aos gestores chave, que, dado o modelo de governação do Grupo, correspondem aos membros do Conselho de Administração da empresa mãe, auferidas diretamente na empresa mãe, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, ascenderam a 272.000 Euros e 272.000 Euros, respetivamente, e referem-se unicamente a remunerações fixas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem: (i) planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de ações aos membros do Conselho de Administração; (ii) regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores; (iii) indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício; ou (iv) benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

# RELATÓRIO E CONTAS 2022

## Demonstrações financeiras separadas e notas anexas

(montantes expressos em Euros)

A Cofina, SGPS, S.A. não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

### 19. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022, em resultado do desfecho do processo fiscal foi levantado o penhor das ações da Cofina Media, S.A., pelo que não existiam quaisquer garantias prestadas. Em 31 de dezembro de 2021 a Cofina tinha constituído garantias penhor de 20.000.000 ações da Cofina Media, S.A., a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira dadas como garantia de processos de execução fiscal.

### 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2022 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

\_\_\_\_\_  
Paulo Jorge dos Santos Fernandes

\_\_\_\_\_  
João Manuel Matos Borges de Oliveira

\_\_\_\_\_  
Domingos José Vieira de Matos

\_\_\_\_\_  
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

\_\_\_\_\_  
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

\_\_\_\_\_  
Laurentina da Silva Martins



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Cofina SGPS, S.A. ("Entidade" ou "Cofina") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 136.477.477 Euros e um total de capital próprio de 60.070.904 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 10.451.297 Euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Cofina SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 132, 4150-146 Porto

© 2023. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Imparidade do goodwill</u></p> <p>(Referido nas Notas 2.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>A demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 inclui na rubrica “Goodwill” o montante de 77.568.721 Euros, gerado em concentrações de atividades empresariais ocorridas em exercícios anteriores, relacionadas, essencialmente, com as unidades geradoras de caixa das publicações (jornais e revistas). A realização do valor do goodwill está dependente dos fluxos de caixa futuros a gerar pelas unidades geradoras de caixa correspondentes, pelo que existe o risco destes não serem suficientes para recuperar o valor do respetivo goodwill. Conforme referido na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo efetua anualmente testes de imparidade ao valor do goodwill ou sempre que se verifiquem indícios de imparidade, utilizando o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base as projeções futuras a cinco anos de cada negócio e considerando uma perpetuidade a partir do quinto ano, as quais, incluem diversos pressupostos relativos a um conjunto de variáveis que se encontram detalhadas na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Considerando o saldo da rubrica “Goodwill”, assim como a existência de um elevado número de julgamentos e estimativas que os testes de imparidade comportam, e a respetiva complexidade, a análise de imparidade do goodwill é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Testes aos controlos internos considerados relevantes relativos à elaboração das análises de imparidade;</li> <li>- Obtenção dos testes de imparidade preparados pelo órgão de gestão com o apoio de um especialista externo e execução de um conjunto de procedimentos de auditoria, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) análise do método utilizado pelo órgão de gestão;</li> <li>(ii) análise da razoabilidade da informação utilizada nas projeções e dos pressupostos utilizados, considerando a conjuntura económica e o mercado atual, assim como o desempenho futuro esperado das unidades geradoras de caixa correspondentes;</li> <li>(iii) comparação dos fluxos de caixa projetados, incluindo os principais pressupostos considerados, com o desempenho histórico das unidades geradoras de caixa e respetivos orçamentos preparados pelo Grupo;</li> <li>(iv) realização de testes retrospectivos, comparando os valores projetados no ano anterior, com os valores reais do corrente exercício; e</li> <li>(v) verificação da sua correção aritmética.</li> </ul> </li> </ul> <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Reconhecimento da receita de publicidade</u></p> <p>(Referido nas Notas 2.3 e 25 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>As receitas geradas através da exibição de anúncios publicitários em televisão, jornais e revistas correspondem a uma muito relevante fonte de receita do Grupo.</p> <p>Esta receita resulta, essencialmente, das campanhas publicitárias efetuadas pelos clientes nos meios do Grupo através de um elevado número de transações, das respetivas audiências (em televisão) e das condições acordadas com os clientes.</p> <p>Conforme referido na Nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a mensuração da referida receita depende das condições acordadas com os clientes e dos descontos a atribuir em função do investimento publicitário efetuado pelos mesmos (<i>rappeil</i>).</p> <p>Atendendo ao risco da receita de publicidade ser incorretamente registada, nomeadamente à aplicação dos descontos a conceder que se encontrem negociados e das restantes condições acordadas, consideramos uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Entendimento do ciclo da receita de publicidade e dos sistemas relevantes de suporte até ao seu reconhecimento. Neste procedimento foram envolvidos os nossos especialistas internos. Teste à eficácia operacional dos mecanismos de controlo interno considerados relevantes no apuramento e registo da receita;</li> <li>Avaliação da política de reconhecimento da receita de publicidade adotada pelo Grupo por referência às normas contabilísticas aplicáveis;</li> <li>Para uma amostra de ordens publicitárias, foi efetuado o recálculo da receita apurada por referência às condições comerciais acordadas, respetiva inserção e/ou audiência atingida na respetiva faixa horária (quando aplicável);</li> <li>Para uma amostra de inserções publicitárias diárias, verificámos que as mesmas foram exibidas, faturadas e registadas contabilisticamente;</li> <li>Conciliação dos registos contabilísticos com os módulos de faturação, e destes com as listagens de inserções publicitárias extraídas dos módulos de gestão de publicidade;</li> <li>Teste de revisão analítica substantiva do montante de descontos atribuídos, considerando o investimento publicitário realizado nos meios do Grupo, as condições comerciais aplicáveis, comparando-o com os montantes registados;</li> <li>Aferição da fiabilidade das estimativas efetuadas pelo órgão de gestão, por referência à comparação dos descontos efetivamente concedidos no exercício com estimativas registadas em exercícios anteriores; e</li> <li>Confirmação de saldos, investimento publicitário e responsabilidades em 31 de dezembro de 2022 com os principais clientes.</li> </ul> <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IFRS 15), incluídas nas Notas 2.3 e 25 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Processo Prisa - Escrow account – Processo arbitral e outros investimentos financeiros</u></p> <p>(Referido na Nota 4.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Outros investimentos financeiros – não corrente, apresenta um saldo de 10.000.000 Euros, correspondente à quantia transferida para uma <i>escrow account</i> na sequência do contrato de compra e venda assinado em 20 de setembro de 2019, e posterior adenda em 23 de dezembro de 2019, com o Grupo Prisa, para a aquisição de uma posição maioritária no Grupo Media Capital, tal como referido na Nota 4.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>A referida aquisição não foi concretizada, estando as partes envolvidas num processo arbitral, cuja resolução é incerta.</p> <p>No âmbito do referido processo, o Grupo Prisa reclama o direito a receber o montante depositado pelo Grupo na <i>escrow account</i>, bem como uma indemnização para compensação de danos que alegadamente considera ter sofrido.</p> <p>O órgão de gestão, suportado nos pareceres dos assessores legais do Grupo, entende que o Grupo Prisa não tem qualquer direito sobre os montantes depositados na <i>escrow account</i>, sendo entendimento do órgão de gestão que o direito àquele depósito pertence exclusivamente à Cofina, e ainda que a Cofina não terá de pagar qualquer indemnização decorrente deste processo.</p> <p>Atendendo à relevância dos montantes envolvidos neste processo judicial, assim como à incerteza quanto ao desfecho deste litígio, este assunto configura-se como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Leitura do contrato de compra e venda assinado em 20 de setembro de 2019 e posterior adenda em 23 de dezembro de 2019;</li> <li>– Leitura da informação divulgada ao mercado no âmbito da Oferta Pública de Ações Ordinárias e de Admissão à Negociação da Entidade na Euronext Lisbon;</li> <li>– Leitura da petição inicial instada pela Prisa junto do Tribunal Arbitral contra o Grupo datada de 1 de outubro de 2021;</li> <li>– Leitura da contestação e reconvenção apresentada pelo Grupo junto do Tribunal Arbitral datada de 21 de dezembro de 2021;</li> <li>– Leitura da principal correspondência trocada entre o Grupo e o Grupo Prisa relativa à projetada transação de aquisição do Grupo Media Capital por parte do Grupo, nomeadamente relativa às negociações entre as partes, às divergências entre as partes, e, em última análise, ao litígio entre as partes;</li> <li>– Compreensão e avaliação dos argumentos de ambas as partes, em resultado da análise da documentação supra descrita;</li> <li>– Inquérito ao órgão de gestão e ao responsável pela área legal, e obtenção de uma posição escrita sobre os fundamentos do órgão de gestão;</li> <li>– Inquérito aos consultores legais externos do Grupo que acompanham este processo, relativamente aos argumentos de ambas as partes, ao fundamento da posição do Grupo, e à análise de risco e probabilidade de sucesso que os mesmos fazem do processo;</li> <li>– Obtenção de informação dos consultores legais externos do Grupo, sobre os processos legais em curso, assim como o seu entendimento sobre a probabilidade de desfecho;</li> <li>– Leitura das atas das reuniões do órgão de gestão; e</li> <li>– Análise da resposta do banco Agente ao pedido de libertação da quantia em favor do vendedor, bem como da posição do Grupo sobre este tema.</li> </ul> <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IFRS 9 e IAS 37), incluídas na Nota 4.3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p>



## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração da informação não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório único de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 ("Regulamento ESEF").

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL, utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório único de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

#### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº1 do referido artigo.

#### **Sobre a demonstração não financeira consolidada**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão, denominado Relatório de Sustentabilidade, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

#### **Sobre o relatório de remunerações**

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

#### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além da matéria relevante de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas do Grupo para o mandato de 2021 e para o mandato de 2022 na Assembleia Geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2021 e 28 de abril de 2022, respetivamente;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;



- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 6 de abril de 2023

---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado, ROC  
Registo na OROC n.º 1150  
Registo na CMVM n.º 20160762

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cofina SGPS, S.A. ("Entidade" ou "Cofina"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 90.156.581 Euros e um total de capital próprio de 74.272.712 Euros, incluindo um resultado líquido de 14.052.100 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cofina SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Mensuração e imparidade dos investimentos em empresas do grupo</u></p> <p>(Referido nas Notas 2.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras)</p> <p>Conforme referido nas Notas 2.2 e 4 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade alterou em 2022 o critério de mensuração dos investimentos em empresas do grupo, passando a registá-las pelo método de equivalência patrimonial. A demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 inclui assim o investimento financeiro na subsidiária pelo montante de 68.432.782 Euros, registado ao método de equivalência patrimonial acrescido do <i>goodwill</i> gerado na aquisição desta participação ocorrida em exercícios anteriores. A realização do valor do investimento financeiro em empresas do grupo, incluindo o <i>goodwill</i> está dependente dos fluxos de caixa futuros a gerar pelas unidades geradoras de caixa desta entidade, pelo que existe o risco destes não serem suficientes para recuperar o valor do respetivo investimento, incluindo o <i>goodwill</i>. Conforme referido na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa efetua anualmente testes de imparidade daquele investimento ou sempre que se verifiquem indícios de imparidade, utilizando o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base as projeções futuras a cinco anos de cada negócio e considerando uma perpetuidade a partir do quinto ano, as quais, incluem diversos pressupostos relativos a um conjunto de variáveis que se encontram detalhadas na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Considerando o saldo da rubrica “Investimentos em subsidiárias”, assim como a existência de um elevado número de julgamentos e estimativas que os testes de imparidade comportam, e a respetiva complexidade, a análise de imparidade do investimento financeiro é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Teste aos impactos decorrentes da alteração do critério de mensuração dos investimentos financeiros para o método de equivalência patrimonial, verificação da razoabilidade da explicação do órgão de gestão para a alteração da política de reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros, verificação da sua correção aritmética e verificação da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 apresentadas para efeitos comparativos;</li> <li>– Testes aos controlos internos considerados relevantes relativos à elaboração das análises de imparidade;</li> <li>– Obtenção dos testes de imparidade preparados pelo órgão de gestão com o apoio de um especialista externo e execução de um conjunto de procedimentos de auditoria, nomeadamente:             <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) análise do método utilizado pelo órgão de gestão;</li> <li>(ii) análise da razoabilidade da informação utilizada nas projeções e dos pressupostos utilizados, considerando a conjuntura económica e o mercado atual, assim como o desempenho futuro esperado das unidades geradoras de caixa correspondentes;</li> <li>(iii) comparação dos fluxos de caixa projetados, incluindo os principais pressupostos considerados, com o desempenho histórico das unidades geradoras de caixa e respetivos orçamentos preparados pela Entidade;</li> <li>(iv) realização de testes retrospectivos, comparando os valores projetados no ano anterior, com os valores reais do corrente exercício; e</li> <li>(v) verificação da sua correção aritmética.</li> </ul> </li> </ul> <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 8 e 36), incluídas nas Notas 4 e 5 do anexo às demonstrações financeiras.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><u>Processo Prisa - Escrow account – Processo arbitral e outros investimentos financeiros</u></p> <p>(Referido na Nota 5.2 do anexo às demonstrações financeiras)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Outros investimentos financeiros – não corrente, apresenta um saldo de 10.000.000 Euros, correspondente à quantia transferida para uma <i>escrow account</i> na sequência do contrato de compra e venda assinado em 20 de setembro de 2019, e posterior adenda em 23 de dezembro de 2019, com o Grupo Prisa, para a aquisição de uma posição maioritária no Grupo Media Capital, tal como referido na Nota 5.2 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A referida aquisição não foi concretizada, estando as partes envolvidas num processo arbitral, cuja resolução é incerta.</p> <p>No âmbito do referido processo, o Grupo Prisa reclama o direito a receber o montante depositado pela Entidade na <i>escrow account</i>, bem como uma indemnização para compensação de danos que alegadamente considera ter sofrido.</p> <p>O órgão de gestão, suportado nos pareceres dos assessores legais da Entidade, entende que o Grupo Prisa não tem qualquer direito sobre os montantes depositados na <i>escrow account</i>, sendo entendimento do órgão de gestão que o direito àquele depósito pertence exclusivamente à Cofina, e ainda que a Cofina não terá de pagar qualquer indemnização decorrente deste processo.</p> <p>Atendendo à relevância dos montantes envolvidos neste processo arbitral, assim como à incerteza quanto ao desfecho deste litígio, este assunto configura-se como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Leitura do contrato de compra e venda assinado em 20 de setembro de 2019 e posterior adenda em 23 de dezembro de 2019;</li> <li>– Leitura da informação divulgada ao mercado no âmbito da Oferta Pública de Ações Ordinárias e de Admissão à Negociação da Entidade na Euronext Lisbon;</li> <li>– Leitura da petição inicial instada pela Prisa junto do Tribunal Arbitral contra a Entidade datada de 1 de outubro de 2021;</li> <li>– Leitura da contestação e reconvenção apresentada pela Entidade junto do Tribunal Arbitral datada de 21 de dezembro de 2021;</li> <li>– Leitura da principal correspondência trocada entre a Entidade e o Grupo Prisa relativa à projetada transação de aquisição do Grupo Media Capital por parte do Grupo, nomeadamente relativa às negociações entre as partes, às divergências entre as partes, e, em última análise, ao litígio entre as partes;</li> <li>– Compreensão e avaliação dos argumentos de ambas as partes, em resultado da análise da documentação supra descrita;</li> <li>– Inquérito ao órgão de gestão e ao responsável pela área legal, e obtenção de uma posição escrita sobre os fundamentos do órgão de gestão;</li> <li>– Inquérito aos consultores legais externos da Entidade que acompanham este processo, relativamente aos argumentos de ambas as partes, ao fundamento da posição da Entidade, e à análise de risco e probabilidade de sucesso que os mesmos fazem do processo;</li> <li>– Obtenção de informação dos consultores legais externos da Entidade, sobre os processos legais em curso, assim como o seu entendimento sobre a probabilidade de desfecho;</li> <li>– Leitura das atas das reuniões do órgão de gestão; e</li> <li>– Análise da resposta do banco Agente ao pedido de libertação da quantia em favor do vendedor, bem como da posição do Grupo sobre este tema.</li> </ul> <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IFRS 9 e IAS 37), incluídas na Nota 5.2 do anexo às demonstrações financeiras.</p>

## Outras matérias

As demonstrações financeiras acima referidas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme previsto nos IFRS e indicado na Nota 2.2, a participação financeira na subsidiária é registada pelo método de equivalência patrimonial. Assim, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar em separado.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 ("Regulamento ESEF").

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

## **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório único de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

## **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº1 do referido artigo.

## **Sobre a demonstração não financeira**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão, denominado Relatório de Sustentabilidade, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

## **Sobre o relatório de remunerações**

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

## **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Entidade para o mandato de 2021 e para o mandato de 2022 na Assembleia Geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2021 e 28 de abril de 2022, respetivamente;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 6 de abril de 2023



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Aos Acionistas da  
COFINA, SGPS, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas separadas e consolidadas da COFINA, SGPS, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

### **1. Relatório sobre a atividade desenvolvida**

Ao longo do exercício em apreço, nos termos da sua competência legal e de acordo com o estabelecido no Regulamento do Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração, nomeadamente a evolução dos negócios, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, e acompanhou a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, efetuou reuniões, presenciais ou por via telemática, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas, tendo reunido no ano de 2022 cinco vezes, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença de outros membros de órgãos ou direções da Sociedade, tais como membros do Conselho de Administração da Sociedade e da sua subsidiária, e obtido da Administração e dos Serviços da Sociedade e das suas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da Sociedade e da sua subsidiária de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções. Em particular, no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da respetiva atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no Regulamento do Conselho Fiscal.

Em cumprimento do art.º 29.º S, n.º 1, do Código dos Valores Mobiliários, na versão introduzida pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, aprovado inicialmente na reunião de 18 de novembro de 2020 e revisto no dia 21 de novembro de 2022, o Conselho Fiscal emitiu parecer prévio vinculativo relativamente à revisão da política interna em matéria de transações com partes relacionadas, política essa que foi aprovada pelo Conselho de Administração inicialmente em 24 de novembro de 2020 e revista no dia 24 de novembro de 2022. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadraram-se na atividade corrente da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido identificada a presença de conflitos de interesses.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efetuados e tomar conhecimento das respetivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta sede o Conselho Fiscal analisou ainda as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria por aquela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (“SROC”) tendo-as aprovado, desde logo por respeitarem a serviços permitidos, não afetarem a independência da respetiva SROC e cumprirem os demais requisitos legais.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, o Relatório de Sustentabilidade (que integra o Relatório de Informação Não Financeira), o Relatório de Governo da Sociedade (que integra o Relatório de Remunerações) e os demais documentos de

prestação de contas separadas e consolidadas, designadamente as Demonstrações Separadas e Consolidadas da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e os correspondentes anexos, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor, é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo da consolidação e procedeu ainda à apreciação da respetiva Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, documentos esses que foram emitidos com uma opinião não modificada e que merecem o seu acordo.

O Conselho Fiscal mais apreciou o Relatório do Governo da Sociedade e o Relatório de Informação Não Financeira (integrado no Relatório de Sustentabilidade), nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo confirmado que os mesmos contêm os elementos referidos no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Em reunião de 6 de abril de 2023 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o relatório e as contas do exercício. O Conselho Fiscal teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e demais documentação emitido pelo representante da Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

## **2. Declaração de responsabilidade**

De acordo com o disposto na alínea c) do número do artigo 29º- G do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho Fiscal, declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas separadas e consolidadas atrás referidos foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da COFINA, SGPS, S.A. e do Grupo por ela liderado, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

## **3. Parecer**

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) O Relatório de Sustentabilidade;
- c) O Relatório de Governo da Sociedade;
- d) As Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- e) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos Serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 6 de abril de 2023

O Conselho Fiscal

---

António Pinho  
Presidente do Conselho Fiscal

---

Pedro Pessanha  
Vogal do Conselho Fiscal

---

Ana Paula dos Santos Silva e Pinho  
Vogal do Conselho Fiscal



**COFINA, SGPS, S.A.**

Rua Manuel Pinto Azevedo, 818  
4100 – 320 Porto PORTUGAL  
Tel: + 351 22 834 65 00

[www.cofina.pt](http://www.cofina.pt)